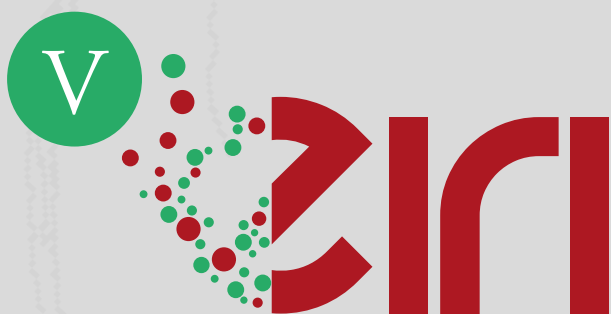


III SÉRIE

REC

PRAIA, N° ESPECIAL - NOVEMBRO 2018

REVISTA DE ESTUDOS CABO-VERDIANOS



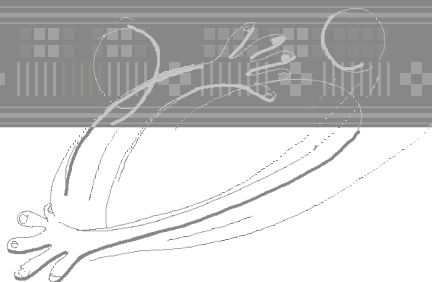
ENCONTRO INTERNACIONAL DE
REFLEXÃO E INVESTIGAÇÃO

Edições
uni 

III SÉRIE

REC

REVISTA DE ESTUDOS
CABO-VERDIANOS



ENCONTRO INTERNACIONAL DE
REFLEXÃO E INVESTIGAÇÃO

Edições
uniç

FICHA TÉCNICA

Título	Revista de Estudos Cabo-verdianos - III Série Número Especial / Atas V EIRI
Propriedade	Universidade de Cabo Verde
ISSN	2073 – 9419
Direção	M. Fátima Fernandes e J. Esteves Rei
Conselho Editorial	Amália Melo Lopes - <i>Universidade de Cabo Verde</i> Américo Peres - <i>Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro</i> Ana Cristina Pires Ferreira - <i>Universidade de Cabo Verde</i> Ana Paula Arnaut - <i>Universidade de Coimbra</i> António Correia e Silva - <i>Universidade de Cabo Verde</i> António Jorge Costa - <i>Universidade Fernando Pessoa</i> António Tavares de Jesus - <i>Universidade de Cabo Verde</i> Aracy Alves Martins - <i>Universidade Federal de Minas Gerais</i> Artur Bento - <i>Universidade Federal do Rio de Janeiro</i> Bartolomeu Varela - <i>Universidade de Cabo Verde</i> Carlos Bellino Sacadura - <i>Universidade de Cabo Verde</i> Clara Ferrão Tavares - <i>Instituto Politécnico de Santarém</i> Crisanto Barros - <i>Universidade de Cabo Verde</i> Elvira Reis - <i>Universidade de Cabo Verde</i> Eurídice Monteiro - <i>Universidade de Cabo Verde</i> Gabriel Fernandes - <i>Universidade de Santiago</i> Isabel Ponce de Leão - <i>Universidade Fernando Pessoa</i> Iva Cabral - <i>Universidade Lusófona de Cabo Verde</i> João Lopes Filho - <i>Universidade de Cabo Verde</i> João Paulo Araújo - <i>Universidade Federal de Minas Gerais</i> Jorge Pedro Sousa - <i>Universidade Fernando Pessoa</i> José Esteves Rei - <i>Universidade de Cabo Verde</i> José Pacheco - <i>Universidade do Minho</i> Lourenço Gomes - <i>Universidade de Cabo Verde</i> Luísa Inocêncio - <i>Universidade de Cabo Verde</i> Manuel Brito-Semedo - <i>Universidade de Cabo Verde</i> Maria Adriana Carvalho - <i>Universidade de Cabo Verde</i> Maria de Fátima Fernandes - <i>Universidade de Cabo Verde</i> Maria Luísa Álvares Pereira - <i>Universidade de Aveiro</i> Míria Gomes de Oliveira - <i>Universidade Federal de Minas Gerais</i> Nardi Sousa - <i>Universidade de Santiago</i> Pedro Borges Graça - <i>Universidade de Lisboa</i> Pedro Leão - <i>Universidade de Lisboa</i> Simone Caputo Gomes - <i>Universidade de São Paulo</i> Sónia Silva Victória - <i>Universidade de Cabo Verde</i> Pedro Leão - <i>Universidade de Lisboa</i> Vanda Lúcia Praxedes - <i>Universidade Federal de Minas Gerais</i>
Revisão	José Esteves Rei Maria de Fátima Fernandes
Coordenação Editorial	Elizabeth Coutinho Direção do Serviço de Documentação & Edições
Paginação	GCI - Gabinete de Comunicação e Imagem
Edições Uni-CV	Praça Dr. António Lerenó Caixa Postal 379-C Praia, Santiago, Cabo Verde Tel (+238) 260 3851 – Fax (+238) 261 2660 E-mail: edicoes@adm.unicv.edu.cv



Praia, 11 e 12 maio 2017

REVISTA ESTUDOS CABO-VERDIANOS

NÚMERO ESPECIAL / ATAS

J. Esteves Rei, M. Fátima Fernandes (Org.)

Índice

A ABRIR

..... 9

I. CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

Gestão da qualidade do ensino: dimensões e condicionantes

Lionilda de Sá Nogueira, José Augusto Brito Pacheco 15

A Relação Professor/a e Aluno/a numa Perspetiva de Interação Social: Estudo de Caso na Escola Satélite Pólo N.º 1, Concelho de Santa Cruz

Maria de Fátima Tavares Pires 25

Orientação Vocacional, Escolar e Profissional: Estudo de Caso na Escola Secundária Cônego Jacinto

Samira Moniz 35

O Acesso ao Ensino Superior dos Bissau-guineenses em Cabo Verde: o caso da Cidade da Praia

Euclides Fernandes Correia 45

II. CIÊNCIAS SOCIAIS

Grandes Projetos Urbanos: Cape Verde Integrated Resort and Casino, Algumas Contradições e Questionamentos

Ivete Silves Ferreira 55

Imigrantes Oeste-Africanos: (In)Coerência Político-Institucional na Imigração em Cabo Verde?

Paulino Oliveira do Canto 65

Colonialidade e Pós-Colonialidade: Uma Interrogação Permanente

Susana Pimenta, Orquídea Ribeiro 75

III.

LINGUÍSTICA

Análise Linguística de Textos Jurídicos (Um Estudo Contrastivo)

Iva Svobodová 85

IV.

LITERATURA

Memória e Identidade em “A Gloriosa Família”, de Pepetela

Fernando Alberto Torres Moreira 97

“Lavar a Cabeça das Ideias Colonialistas”: Reeducação e Deslocados em Moçambique

Orquídea Ribeiro, Susana Pimenta..... 105

IV.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A Complexidade Crescente das Relações Internacionais: uma Análise Estratégica da Atual Conjuntura

Pedro Borges Graça 115

Uma Perspetiva ‘Redimensionada’ da Diplomacia: para além do Estado e Alargada a Novos Âmbitos

Gerson Sousa 123

V.

MEIO AMBIENTE

Fatores que influenciam a presença de *Fusarium SPP.* em ninhos naturais da tartaruga *Caretta caretta* na praia de Nhô Martin, Porto Ferreira, ilha da Boa Vista, Cabo Verde

Naya Sena, Elton John Ramos, Ravidson Monteiro, María Medina Suárez, Ana Liria Loza, Hailton Spencer, Denise Andrade Colito..... 135

Cabo Verde e os Desafios dos SIDS: riscos e oportunidades socioambientais

João Paulo Madeira 149

A ABRIR

Nos dias 11 e 12 de maio de 2017, teve lugar no Auditório do Campus do Palmarejo da Uni-CV o V Encontro Internacional de Reflexão e Investigação da Faculdade de Ciências Sociais, Humanas e Artes. Os objetivos essenciais são dois: Dinamizar a comunidade académica e publicar ciência.

Os dois dias foram preenchidos com atividades seguintes: Trinta e quatro (34) comunicações; Os comunicadores são oriundos de uma quinzena de Instituições de Ensino Superior, distribuídas por seis países: Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique, Portugal, República Checa,

Uma constatação se impõe: Perante as comunicações, confirma-se e acentua-se a presença de investigação realizada no âmbito de trabalhos de doutoramento, terminado ou em curso.

Sublinhando que o EIRI é um evento científico de tema aberto, observamos que são três as linhas que subjazem às comunicações do V EIRI: Pluridisciplinaridade curricular e das áreas científicas; Diversidade temática dos painéis onde surgem Realidades e objetos de estudo relacionados com uma dezena de países.

Estas linhas são uma riqueza que se vem fortalecendo nos sucessivos EIRI, desde 2013. Vejamos os seus desenvolvimentos.

1. Pluridisciplinaridade ou campos disciplinares dos temas tratados

São as seguintes as áreas disciplinares dos temas desenvolvidos nos dois dias do V EIRI: Línguas – em Cabo Verde, Angola, Portugal e Brasil e República Checa – falas sociais e ensino; Literaturas – moçambicana, angolana, cabo-verdiana; Educação – currículo e ensino de línguas locais; gerir a qualidade: dimensões e condicionantes; Comunicação – Espaços públicos e desafios éticos – novos meios e eleições políticas; a falta à verdade e a penalização dos meios de comunicação; Colonialidade e Pós-colonialidade – dos conceitos e da análise aplicados ao caso de Angola; pioneirismo na defesa da instrução feminina século XIX e o exercício do jornalismo no feminino em pleno século XIX; Patrimonialização: processos a partir de etnografias – o caso do artesanato, na perspetiva do poder instituído; Diplomacia e Relações Internacionais – seu redimensionamento, na nova conjuntura internacional; uma análise e um estudo da “aliança ímpia”: África do Sul, Rodésia e Portugal, de 1961 a 1974; Urbanismo sustentável, Resiliência Ambiental e Estratificação social – O ambiente e políticas urbanísticas e ambientais, por parte de países e organizações mundiais e regionais; grandes projetos urbanos e diminuição das assimetrias no acesso ao desenvolvimento económico e social; Recursos Naturais e Biodiversidade – A agricultura familiar – novos enfoques; a educação ambiental.

2. Temas desenvolvidos nos painéis, por ordem de apresentação

Linguística – intercompreensão, relação entre normas, construções sintáticas em contextos idênticos de variedades linguísticas; Literatura / cultura – moçambicana (tempo da história, Sec. XX), angolana (tempo da história, séc. XVII), cabo-verdiana (XX); Migração – da Costa oriental africana para Cabo Verde; Saúde - aprendizagem do profissional de saúde e vivência paterna da gravidez; Gestão escolar – liderança (estilos) e dimensões do sucesso do ensino; relação professor-aluno e aluno-aluno, com os valores correspondentes, numa escola de proximidade; orientação vocacional, escolar e profissional; Meios de comunicação e forças políticas – o caso das eleições em novos meios e o caso de suporte de um partido político; Memórias em conflito – registo ou reconstrução de sentidos, de vencedores e vencidos, continuação ou nova “guerra”?; Artesanato – o processo de patrimonialização de etnografias – esforço oficial; Diplomacia – clássica e atual: mudanças e contextos, da política à economia e à cultura – novos atores e novas organizações – novas modalidades: a ambiental, a humanitária; Ambiente – uma preocupação para os Estados, o caso dos pequenos estados africano; Urbanismo, arquitetura e contexto – globalidade e identidade, a partir de dois locais cabo-verdianos; desenvolvimento urbano, competitividade e desigualdades sociais, negociação público-privada na concretização de grandes projetos – o caso do ilhéu da Praia entre a China e Cabo Verde; Recursos Naturais e Biodiversidade – Multifuncionalidade dos espaços rurais e a agricultura familiar; educação ambiental e conhecimento de algumas espécies o caso da tartaruga Caretta.

3. Países de origem das realidades ou objetos de estudo, apresentados

Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal, por vezes, os PALOP, em geral; ainda, Rodésia, África do Sul e Grã-Bretanha, nos anos sessenta e setenta, pequenos países africanos.

Em nome da Comissão Organizadora, cumpre-nos o dever de agradecer a todos os que viabilizaram o V EIRI e espírito de academia que conseguimos corporizar. Assim:

- Agradecemos à Reitoria da Universidade de Cabo Verde, à Faculdade de Ciências Sociais, humanas e Artes, ao Camões IP e, ainda, ao Leitorado Brasileiro que, em parceria com a Associação Teatral Fladu Fla, e com o apoio da Embaixada do Brasil e do Centro Cultural Brasil Cabo Verde, nos ofereceram o Momento Cultural de ontem;

- Agradecemos aos comunicadores, que nos trouxeram o resultado das suas investigações, em curso, em projeto ou concluídas; os moderadores, que prestaram um serviço valioso; os apresentadores do número especial da Revista de Estudos Cabo-verdianos, que fizeram a ponte com o evento de 2016; e todos os participantes em cada um dos oito painéis deste V EIRI;

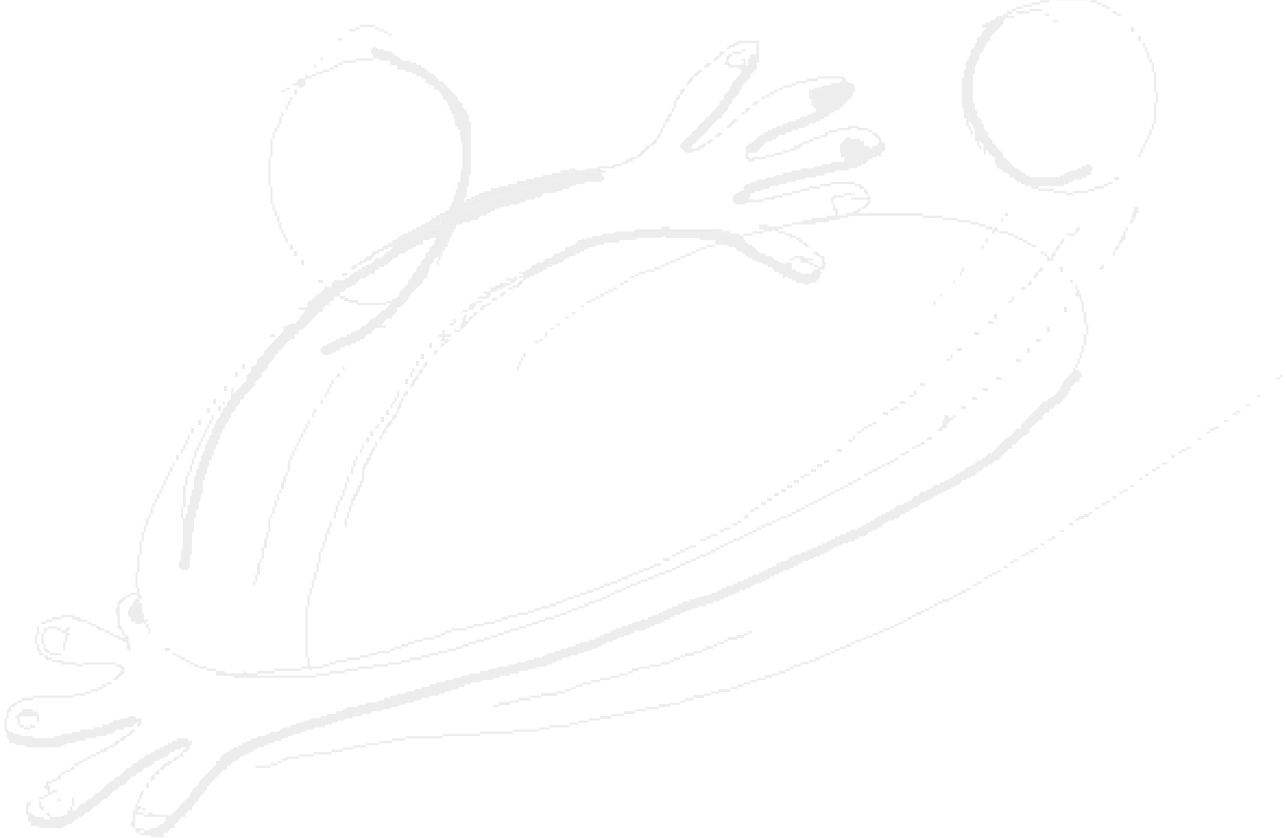
- Agradecemos aos nossos queridos alunos, pela colaboração e participação abnegada na organização, logística e secretariado;

Por último, agradecemos a todos os membros da Comissão Organizadora, por terem entregado o seu melhor labor à realização deste V EIRI.

Seguindo o lema deste V EIRI – **Questionar Para Avançar No Horizonte** – nestes dois dias, fizemos e vivemos a ou em Universidade.

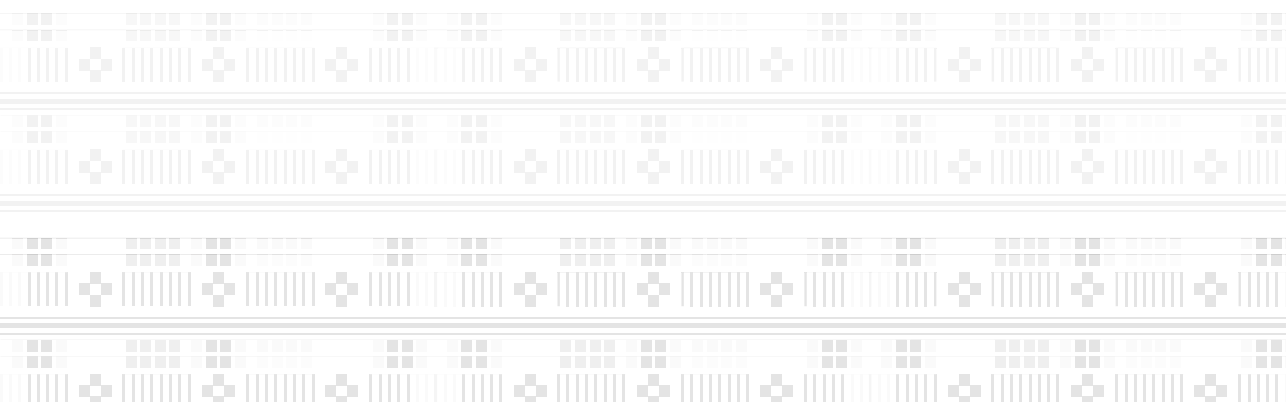
Desejamos a todos, sobretudo os que vieram de longe, um bom regresso e voltem sempre porque esta casa também é vossa, e “si ka badu ka ta biradu” na expressão de Eugénio Tavares.

A COMISSÃO ORGANIZADORA



I.

CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO



Gestão da qualidade do ensino: dimensões e condicionantes

Lionilda de Sá Nogueira, José Augusto Brito Pacheco

*Universidade de Cabo Verde, Universidade do Minho
lionilda.nogueira @docente.unicv.edu.cv, jpacheco@ie.uminho.pt*

Resumo

Este trabalho faz parte da tese de doutoramento em curso, a realizar na Universidade do Minho/Portugal. O conceito de qualidade está relacionado com o ajuste entre os requisitos de um serviço e as expectativas do cliente desse serviço (Cabral, 2000). No âmbito dos sistemas educativos, entende-se que a educação de qualidade deve proporcionar a todos, uma participação ativa na sociedade e permitir que sejam cidadãos do mundo, (UNESCO, 2001). O objetivo deste trabalho consiste em assinalar os aspetos essenciais que garantem a gestão da qualidade nas organizações educativas e os fatores impeditivos dessa qualidade. Para o efeito, foi realizada uma incursão na bibliografia e verificou-se um elevado nível de consenso entre os autores, tendo sido eleito o modelo mais integrador. Este modelo preconiza a qualidade do ensino assente na Liderança da Direção, nas Competências Docentes, no Plano Estratégico, no Sistema de Acompanhamento e Avaliação, na Gestão Curricular, Administrativa e Financeira, nos Resultados de Aprendizagem e na Responsabilidade Social. Entretanto alguns fatores constituem obstáculos ao garante da qualidade, designadamente, o instrucionismo, a desprofissionalização dos docentes e a mercantilização da educação.

Palavra-chave – Qualidade, gestão, escola.

Résumé

Cet article est une partie intégrante de la thèse de doctorat en cours à l'université de Minho/Portugal. Le concept de qualité est lié aux caractéristiques d'un service et aux attentes des clients de ce service, (Cabral, 2000). Dans le cadre des systèmes éducatifs, il est admis que l'éducation de qualité doit permettre à tous une participation active dans la société et leur permettre d'être des citoyens du monde (UNESCO, 2001). Le but de ce travail est de souligner les aspects essentiels qui assurent la gestion de la qualité au sein des organisations éducatives et les contraintes de cette qualité. À cet effet, une recherche bibliographique a été effectuée et celle-ci a révélé un grand consensus parmi les auteurs. Dans cette optique, le modèle le plus intégrateur a été adopté. Ce modèle préconise la qualité de l'enseignement basée sur le Leadership de la Direction, les Compétences des Enseignants, le Plan Stratégique, le Système de Suivi et d'Évaluation, la Gestion des Curricula, Administrative et Financière, les Résultats de l'Apprentissage et la Responsabilité Sociale. Cependant certains facteurs constituent des obstacles à l'assurance de la qualité, notamment, l'instrucionisme, le manque de professionnalisme des enseignants et la marchandisation de l'éducation.

Mots-clés: Qualité, gestion, école.

1. Introdução

O conceito de qualidade, embora com origem muito antiga, encontra-se na ordem do dia.

Com o surgimento da globalização, o mercado laboral tornou-se mais competitivo, exigindo qualificação dos trabalhadores. A acrescentar a esse aspeto, temos a chegada da Internet, que contribuiu para a expansão do conhecimento.

2. O Ensino de Qualidade

Na opinião de Cabral (2000), o conceito de qualidade diz respeito ao ajuste entre os requisitos de um serviço e as expectativas do cliente desse serviço.

A educação de qualidade deve proporcionar a todos, uma participação ativa na sociedade e a serem cidadãos do mundo (UNESCO, 2001).

O ensino de qualidade exige recursos e tem como características:

- Organização dinâmica e inovadora;
- Docentes qualificados ao nível intelectual, emocional, com capacidade de comunicação e ética;

Para se atingir esse objetivo, torna-se necessária a disponibilização de ensino de qualidade que responda às necessidades desse mercado.

Existem alguns aspetos que condicionam esse ensino. Contudo, este pode ser assegurado se se levar em consideração a gestão das dimensões da sua qualidade.

- Professores detentores de boa remuneração, motivados e com condições de trabalho aceitáveis;
- Interações saudáveis entre docentes e alunos, que permitam acompanhamento efetivo do educando;
- Infraestruturas adequadas e modernas;
- Acesso a tecnologias rápidas e modernas;
- Alunos motivados, preparados, intelectuais e emocionalmente, autónomos capazes de gerir com eficiência e eficácia a vida pessoal e de grupo.

2.1 Condicionantes

Existem alguns riscos relacionados com a qualidade da educação, nomeadamente, instrucionismo, desprofissionalização, ausência de inovação e a mercadização. Um primeiro diz respeito ao instrucionismo (Demo, 2000), que consiste na reprodução de aulas. A instrução tende a formar alunos que repetem informações sem sentido crítico, sem autonomia intelectual. Freire (s/d) alerta para a necessidade de se formar professores capazes de

construir conhecimento. Na atual era da globalização, a sociedade necessita de cidadãos autónomos, com espírito de iniciativa, conscientes e responsáveis.

A desprofissionalização dos docentes verifica-se pelo facto que existem já instituições que disponibilizam professores para ministrar aulas. No entender de Freire (sd) é necessário que o docente, para além de ministrar aulas, acompanhe os seus alunos, conheça os

seus alunos, avalie-os e oriente-os nos estudos.

Não há qualidade sem inovação, mas a escola padece de crise de ineditismo. No entender de Gadotti (2009) a escola receia mudar e transformar-se. Sem transformação, não existe inovação e consequentemente sem essa não há

qualidade.

A mercadização da educação constitui também uma ameaça. Significa atribuir um valor económico a tudo incluindo à educação que constitui um direito de todos, consagrado na constituição de grande parte de países.

2.2 Dimensões da qualidade de ensino

Existem várias referências na literatura acerca das dimensões da gestão da qualidade escolar. Essas referências são quase consensuais. Assim optou-se por um modelo que pareceu integrar as diferentes dimensões. Os parâmetros desse modelo são: a Liderança, as Competências Docentes, o Plano Estratégico, o Sistema de Acompanhamento e Avaliação, a Gestão Curricular, a Gestão Administrativa, a Gestão Financeira, os Resultados da Aprendizagem e a Responsabilidade Social.

2.2.1 Liderança

A liderança pode ser definida como a forma de exercício do poder. Os conceitos mais consagrados de liderança destacam três elementos essenciais: influência, comunicação e objetivo. Liderança é a capacidade de influenciar pessoas por meio da comunicação, canalizando os seus esforços para a consecução de um objetivo. Consiste em fazer com que outros façam o que se deseja, visando atingir determinado objetivo (Chiavenatto, 1983 & Furtado, s/d).

Perrenoud (2003) afirma que existem dez princípios para que as organizações educativas se tornem mais eficazes de entre os quais se destaca o seguinte, “chefias que exerçam uma liderança profissional mais do que um controlo burocrático”(Whitaken, 2000, p. 89).

A liderança constitui um aspeto

crucial para o crescimento e desenvolvimento institucionais. Marçal Grilo corrobora a ideia quando indica três condições para uma escola de qualidade: existência de um projeto educativo, liderança forte e estabilidade do corpo docente (Neto, 2002, pp. 50-52, in Costa & Ribeiro, 2008).

No que concerne à sala de aula, é necessário definirmos o que se quer produzir nesse espaço: obediência, participação, postura crítica. De acordo com o que se deseja, é preciso analisar as relações sociais que o favorecem. A obediência se relaciona com a relação vertical e autoritária. A ação participativa requer uma relação democrática. Uma postura crítica exige uma relação horizontal caracterizada pela liberdade de expressão.

Um outro aspeto a sublinhar relacionado com o poder é a questão do controlo. O professor, por ser o responsável pelo resultado final do processo, deve ser o gestor da sala de aula.

Assim, o exercício do poder deve ser precedido de uma consciência clara do efeito que se pretende conseguir. Esse efeito precisa de ser alinhado ao tipo de relação que se pretende estabelecer e o docente precisa de definir com os alunos as formas de controlo a serem utilizadas.

2.2.2 Competências docentes

A educação constitui uma área em constante evolução o que exige que os docentes se mantenham atualizados.

Existem competências tradicionais na docência, designadamente, comprometimento, preparação, organização, tolerância, abertura às questões e narração de histórias. A essas se somam a inovação, o entusiasmo pelas TIC, a sociabilidade e o Geek-coneção.

O compromisso exige que o docente se empenhe no seu trabalho e na educação dos jovens. A preparação académica é importante porque a sociedade está em constante mudança e é cada vez mais exigente. A organização é fator-chave para o professor pois permite-lhe planificar e organizar um plano de estudos, assegurando desta forma que todos os conteúdos sejam abordados e que haja sequencialização. Num mundo globalizado, as sociedades são cada vez mais multiculturais e convém que os docentes sejam tolerantes tratando todos de igual forma sem preconceitos. Aberto a perguntas, é um aspeto importante pois possibilita a discussão e participação em sala de aula. Ser narrador e é uma das melhores formas de ensinar.

Entretanto a sociedade está a mudar e exige novas competências. Como inovador, o professor deve experimentar coisas novas, designadamente técnicas de ensino, aplicativos educacionais, TIC. Também deve ser entusiasta de TIC e estar em permanente procura de TIC, visando a sua implementação na sala de aula.

O professor deve possuir competências sociais. Tradicionalmente, era estar aberto às perguntas. Atualmente, o professor deve ser capaz de estimular debates e reflexões nas redes sociais, visando promover o conhecimento fora da sala de aula.

A competência Geek se prende ao fato de que o professor deve ser um pesquisador procurando sempre dados e informações desafiantes para os alunos.

Para Perrenoud (2001) existem cinquenta competências cruciais na profissão docente e agrupa-as em dez famílias: - organizar e estimular situações de aprendizagem; - gerar a progressão das aprendizagens; - conceber e fazer com que os dispositivos de diferenciação evoluam; - envolver os alunos em suas aprendizagens e no trabalho; - trabalhar em equipa; - participar da gestão da escola; - informar e envolver os pais; - utilizar as TIC; - enfrentar os deveres e os dilemas éticos da profissão; - e gerar a sua própria formação contínua. Entretanto, para este autor, não se pode dissociar as competências da relação com a profissão. Perrenoud (2001) afirma que para formar professores mais competentes, com uma postura reflexiva e um forte comprometimento com o desenvolvimento da sociedade, é necessário desenvolver a profissionalização docente.

2.2.3. Plano estratégico

O planeamento estratégico é um processo respeitante à formulação de objetivos para a seleção de programas de ação e para sua execução, tendo em conta as condições internas e externas da organização bem como a sua evolução. Consiste na elaboração de estratégia na qual se define a relação entre a organização e o ambiente interno e externo bem como os objetivos organizacionais (Maximiano, 2006).

O planeamento estratégico prevê o futuro da empresa a longo prazo, definindo o que deve ser feito, quando, como e quem deve executá-lo. Este processo é importante para a organização e é da responsabilidade do administrador/

gestor de topo, tendo em conta o nível de decisões a serem tomadas.

O processo conducente ao planeamento estratégico contem as seguintes fases: - a definição de missão; - análise da situação; - formulação de objetivos; - formulação de estratégias; - e implementação e o controlo.

Definida a missão, o passo seguinte constitui a análise da situação. Essa envolve a análise do ambiente externo e o interno. A análise do ambiente externo permite conhecer a situação atual e projetar as mudanças futuras.

A formulação de estratégias consiste em criar vários percursos alternativos aos quais seleciona-se a melhor alternativa para solução de problemas ou aproveitamento de oportunidades. Essa seleção é feita com base nas consequências de cada alternativa.

O plano estratégico é um produto resultante do planeamento estratégico. É um documento em que vêm expressos os objetivos formulados.

2.2.4 Sistema de acompanhamento e avaliação

A avaliação institucional visa promover o desenvolvimento de uma cultura de avaliação das instituições de ensino superior; introduzir um processo contínuo de avaliação institucional; planejar e redirecionar as ações de IES, a partir da avaliação institucional; garantir a qualidade no desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão; otimizar o planeamento institucional orientado pela gestão participativa e do conhecimento; consolidar o compromisso social científico e cultural da instituição.

A integração da avaliação com o projeto pedagógico dos cursos realiza-se tendo em consideração a contextualização destes com as características da

demanda e do ambiente externo.

Na avaliação institucional, deve-se optar por uma metodologia participativa, trazendo para o debate as opiniões de toda a comunidade académica, de forma aberta e com periodicidade anual, não impedindo que seja realizado em outro momento desde que se revele necessário.

As dimensões avaliadas são: planeamento institucional, produção académica, responsabilidade social, relação das IES com a sociedade, recursos humanos, administração académica, infraestrutura física e tecnológica, integração entre o Plano de Desenvolvimento e avaliação, atendimento aos discentes e gestão financeira das IES.

As fases de processo compreendem a informação e sensibilização, aplicação do instrumento, tratamento e análise de dados, apresentação e discussão dos dados.

2.2.5 Gestão curricular

O currículo é a razão da existência das escolas. A escola passou a existir quando se percebeu a necessidade de fazer passar um conjunto de saberes de forma sistemática a um grupo ou parte da sociedade (Roldão, 1999). Constitui um conjunto das aprendizagens que são consideradas socialmente importantes para uma sociedade, em um determinado tempo e que, por isso, a escola deve disponibilizar às crianças e aos jovens.

A gestão curricular consiste em decidir o que ensinar, quando, como, com que recursos, com que organização e com que resultados. Em países com administração muito centralizada, a gestão curricular é definida ao nível central. As escolas recebem os programas pedagógicos e cabe ao coletivo de professores (grupo disciplinar) definir a planificação anual e trimestral. Ao

nível individual o professor deve planificar as suas aulas diárias.

Devido às mudanças sociais e à sua pressão sobre a escola, esta é obrigada a adequar o seu currículo, ajustando a oferta às necessidades da sociedade.

As sociedades tem-se revelado cada vez mais heterogêneas, nomeadamente, do ponto de vista étnico, cultural e linguístico, de entre outros. Entretanto a escola atual foi concebida a partir de um modelo curricular e organizativo, que atende a um público homogêneo, de grupos bem definidos, e orientado para o acesso de uma pequena franja populacional aos cargos e às funções mais relevantes.

A alteração da coerência desse modelo se fez sentir no início dos anos 60, nas sociedades mais desenvolvidas com a massificação do ensino e com o reconhecimento da necessidade de educar toda população para o desempenho de uma função social.

Reconhece-se as mudanças significativas que vêm sendo implementadas na escola, mas essas mudanças não têm colocado em causa esse modelo. A grande crise que a escola vive atualmente é decorrente desse desajuste. A resolução dessa problemática passa por repensar o currículo ao nível de duas dimensões: - as aprendizagens comuns (core curriculum), reconhecidas como necessárias aos alunos para o desenvolvimento de competências essenciais à vida, e a forma de concretizar esse currículo (projeto curricular) em cada escola (Roldão, 1999).

2.2.6 Gestão administrativa

O conceito de administração abarca as atividades de planeamento, organização, direção e controlo (Fayol, in Chiavenatto, 2007). Administrar é trabalhar com e por intermédio de

outras pessoas, visando o alcance dos objetivos da organização e dos seus membros.

Henri Fayol propôs catorze princípios de administração: divisão de trabalho - em que cada membro da organização deve ter bem definida a sua função; autoridade e responsabilidade - autoridade é o direito de decidir visando o alcance dos objetivos da organização (Teixeira, 1998 & Chiavenatto, 2007) e responsabilidade constitui o dever de prestar contas. Disciplina - determina que os membros de uma organização devem seguir as regras. Unidade de comando - os colaboradores devem receber ordens apenas do superior imediato. Unidade de direção - significa orientação de uma mesma pessoa e um plano para cada conjunto de atividades que possui o mesmo objetivo. Subordinação dos interesses individuais aos do coletivo - alerta para o facto de que os interesses do colaborador não devem sobrepor-se aos da organização como um todo. Princípio da remuneração - decreta que o trabalhador tem direito a auferir uma remuneração justa pelo trabalho que desempenha. Centralização - refere-se à concentração da autoridade ao nível do topo da organização, hierarquia, ordem significa que os materiais e as pessoas devem estar no sítio e na hora adequados. Equidade - os gestores devem ser amigáveis e justos com os subordinados. Estabilidade - requer que a organização evite a rotatividade dos seus membros que fragiliza o funcionamento eficiente da organização. Iniciativa - indica que os colaboradores devem ter iniciativa para planear e executar as suas atividades. E espírito de equipa - que significa promover esse espírito visando contribuir para a unidade da organização (Chiavenatto, 2007).

2.2.7 Gestão financeira

A gestão financeira consiste em um conjunto de ações e procedimentos administrativos que têm como objetivo maximizar os resultados económicos e financeiros. Constitui uma das áreas de gestão. Ocupa-se da análise, decisões e ações inerentes aos meios financeiros dos quais a organização necessita para se funcionar. Os objetivos de gestão financeira visam garantir a organização equilibrada ao nível financeiro, assegurar a rendibilidade dos investimentos feitos e estabilidade das operações (Nunes, 2016).

Segundo esse mesmo autor, para a prossecução desses objetivos, esta área necessita de desenvolver atividades das quais destacamos:

- planeamento das necessidades de recursos financeiros, que consiste no levantamento dos recursos existentes e definição e financiamentos externos;
- análise das fontes de financiamento com o objetivo de verificação de fontes mais vantajosas tendo em conta custos, prazos, condições fiscais, contratuais, de entre outros;
- utilização eficiente e eficaz dos recursos financeiros tendo em consideração o seu retorno, grau de liquidez e risco;
- análise económica e financeira da instituição através de recolha de informações; e
- atividades contabilísticas, gestão de contas de clientes, fornecedores, gestão da faturação e outras.

2.2.8 Gestão escolar para resultados

A gestão constitui um dos fatores condicionantes da qualidade de ensino (Paro, 2007) e as práticas de organização e gestão se refletem nos resultados escolares (Libâneo, 2008).

Nessas práticas se incluem a liderança do Diretor, a gestão participativa, o clima organizacional, as relações interpessoais e a organização do espaço.

O objetivo da gestão consiste em transformar as metas e os objetivos educacionais em ações, tendo como base as diretivas políticas. No entanto cada instituição concebe a gestão e as suas práticas de forma particular, influenciada pela cultura organizacional.

A gestão educacional abrange três níveis. O nível pedagógico que é de natureza técnica e que se refere aos processos de ensino e aprendizagem; o nível organizacional ou burocrático relativo à estrutura e funcionamento da organização e o nível político que diz respeito à relação entre a escola e a comunidade, onde se situam forças políticas, económicas e culturais.

Para Bordignon & Gracindo (2006), a gestão pedagógica tem como finalidade transformar os objetivos educacionais em ações e isso ocorre através do planeamento pedagógico e da execução do plano pelos docentes. Ao nível político diz respeito à tomada de decisões em grupo, que se materializa na gestão democrática.

No âmbito da gestão pedagógica, convém realçar que os programas curriculares não constituem apenas uma lista de disciplinas. Servem de orientação e desempenham um papel importante na qualidade do ensino e da aprendizagem.

O sistema de ensino e formação tem sofrido pressão para satisfazer as necessidades do aluno e do mercado de trabalho. Nesse sentido, os programas curriculares têm-se tornado mais abrangentes e baseiam-se em resultados de aprendizagem definidos em função de estudantes.

2.2.9 Responsabilidade Social

Existem diferentes definições de responsabilidade social. Entretanto parece ser consensual quando se considera responsabilidade social, o nível em que os gestores de uma organização desenvolvem atividades que protegem e desenvolvem a sociedade para além do

necessário, para servirem os interesses económicos e técnicos da organização (Teixeira, 1998).

A necessidade de haver responsabilidade social não é nova e não se coloca somente às empresas. Diz também respeito às universidades, institutos, fundações, igrejas, partidos políticos, de entre outros.

Conclusão

A qualidade de ensino não é garantida apenas por uma componente, mas deve ser vista na ótica sistémica, em que a entrada ou os insumos são a liderança da Direção e as competências docentes. O processamento ou

transformação consiste na existência do plano estratégico, o sistema de acompanhamento e avaliação, a gestão curricular, administrativa e financeira e os resultados e a responsabilidade social como saídas, ou resultados.

Referências bibliográficas

- Cabral, J.S. (2000). Educação em Ambiente de Qualidade. In Actas das Jornadas Pedagógicas. Educação XXI - Uma aposta na Qualidade. Oliveira do Douro, Centro de Formação Gaia Nascente.
- Chiavenato, I. (2007). Introdução à Teoria Geral da Administração. (7ª Edição). Campus. Rio de Janeiro: Editora Campus.
- Libâneo, J.C. (2008). Organização e gestão da escola: teoria e prática. (5. Ed). Revista e ampliada. Goiânia: MF Livros.
- Paro, V.H. (2007). Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino. São Paulo: Ática, 2007.
- Perrenoud, P. (2001). Dez novas competências para uma nova profissão. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação. Suíça: Universidade de Genebra.
- Roldão, M. C. (1999). Gestão curricular, fundamentos e práticas. Coleção reflexão participada. Lisboa: Ministério da Educação Departamento da Educação Básica.
- Teixeira, S. (1998). Gestão das Organizações. Portugal: Editora Mc Graw-Hill.
- Carmo, Sandra Alves do. (2010). A criança com câncer em processo de morrer e sua família: perspectivas para a enfermagem pediátrica. Rio de Janeiro: UFRJ/EEAN.
- Dall'Oglio, Marcos; Nesrallah, Luciano; Srougi, Miguel; Ortiz, Valdemar. (2005). Guia de medicina ambulatorial e hospitalar de urologia: tumor de pênis. São Paulo: Manole.

- Ellias, Norbert. (2001). *A solidão dos moribundos seguido de envelhecer e morrer*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Kübler-Ross, Elisabeth. (1969). *Sobre a morte e o morrer: o que os doentes terminais têm para ensinar a médicos, enfermeiras, religiosos e aos seus próprios parentes*. São Paulo: Martins Fontes.
- Lima, Cristina Fortes. (2012). Comunicado de imprensa da representação da OMS, n. 1, fev. Praia: OMS.
- Moraes, Maria Carolina. (2002). O paciente oncológico, o psicólogo e o hospital. In: Carvalho, Maria Margarida. (Org.). *Introdução à psiconcologia*. Campinas: Livro Pleno, pp. 57-64.
- Sales, Cibebe; Paiva, Luciano; Scandiuizzi, Delcio; Anjos, Anna Cláudia. (2001). Quality of life of breast cancer survivors: social functioning. *Revista Brasileira de Cancerologia*, 47 (3).

A Relação Professor/a e Aluno/a numa Perspetiva de Interação Social: Estudo de Caso na Escola Satélite Pólo N.º 1, Concelho de Santa Cruz

Maria de Fátima Tavares Pires

Universidade de Cabo Verde

fatimatavares1@live.com.pt

Resumo

Este artigo aborda a relação professor/a e aluno/a numa perspetiva de interação social e analisa os fatores que facilitam e dificultam o processo de ensino e aprendizagem. As informações foram recolhidas com base nas técnicas de entrevista aos professores, observação de aulas e análise documental. A análise de conteúdos das informações recolhidas permitiu destacar as rotinas da escola e base social da relação entre professor/a e o/a aluno/a. Constatou-se que as relações sociais revelam-se em função das práticas escolares dentro e fora da sala de aula.

Palavras-chave: Relações sociais, professor/a e aluno/a, ensino e aprendizagem básica.

Résumé

This article approaches the relationship between teacher and student in a perspective of social interaction and analyzes the factors that facilitate and hinder the process of teaching and learning, addresses the relationship between teacher and student in a perspective of social interaction and analyzes the factors that facilitate and hinder the process of teaching and learning. Information was collected through interviews with teachers, classroom observation and document analysis. The content analysis of the data collected has highlighted the schools routines and the social basis of the relationship between the teacher and student. It appears that social relationships are revealed in the light of school practices inside and outside the classroom.

Keywords: Social relations, between teacher and student, teaching and basic learning.

Introdução

No presente artigo abordei a relação entre professor/a e aluno/a numa perspetiva de interação social, focalizando as práticas em sala de aula, a forma como esta relação é percebida do ponto de vista do/a professor/a e como é vivenciada pelos professores/as e aluno/a. A elaboração deste trabalho partiu da tentativa de aprofundar as bases sociais da relação de ensino e aprendizagem e de como elas influenciam esse processo.

Essa preocupação parte, por um lado, da minha própria experiência como professora no Ensino Básico e, por outro lado, incidirá sobre um tema pouco abordado em Cabo Verde (CV), as interações sociais em sala de aula.

Dada a situação socioeconómica do Concelho de Santa Cruz (CSZ) e da realidade eminentemente rural do mesmo, o ponto de partida é a questão que se segue: como a interação social

entre professor/a e o aluno/a em sala de aula influencia o processo de ensino e aprendizagem e o sucesso dos alunos na Escola Satélite do Polo N.º1 de Santa Cruz?

Esta questão pode ser desdobrada em outros corolários: Quais são as características da relação entre professor/a e aluno/a na Escola Satélite Pólo N.º1 de Santa Cruz? Que perfis de professores podem ser identificados em função da importância atribuída pelos mesmos às relações sociais na sala de aula?

O objetivo geral do trabalho será aprofundar a compreensão das relações professor/a e aluno/a com o foco nas interações sociais se apontam para a inclusão ou a exclusão dos alunos. Este objetivo foi desdobrado noutros específicos como analisar o significado e a importância das interações sociais na relação professor/a e aluno/a no processo de ensino e aprendizagem.

1. Matérias e Métodos para Recolha de Dados

Tanto o estudo de caso como o método etnográfico implicam o uso de diferentes fontes de informação para contextualizar o tema de pesquisa. Assim, foram utilizadas as seguintes técnicas de recolha de dados: entrevista semiestruturada, observação direta e análise de documentos.

Elas permitiram-me a ativação do meu conhecimento social e obter informações necessárias para o estudo. Posso afirmar, de acordo com Bogdan e Biklen (1994, p.135) que na entrevista semiestruturada fica-se com a certeza de se obter dados comparáveis entre vários sujeitos. Além disso, permite ao investigador desenvolver claramente uma ideia sobre a maneira como

os sujeitos interpretam determinado assunto.

Para a análise foi necessário, conforme Geertz (1989, p.20), “escrever a realidade do algo próximo do que ele chamou de ‘descrição densa’ [...]”. Por acreditar que essa forma de análise tem sido particularmente útil noutras pesquisas, neste estudo, a análise dos dados foi realizada por meio de temas representativos, seguindo basicamente o roteiro de entrevista e o guião de observação e de acordo com os objetivos da pesquisa.

É de destacar que passado algum tempo após recolher os dados, revisei por várias vezes o caderno de campo, onde pude dispor de outras possibilidades de

interpretar o material. Antes de proceder à sua análise, as entrevistas foram transcritas e codificadas da seguinte forma: E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7. A letra E significa entrevistado e o algarismo a ordem em que os professores que foram entrevistados. Utilizo ainda, imagens fotográficas coletadas durante a pesquisa de campo.

No que se refere ao número de alunos, no momento de realização da pesquisa, a Escola Satélite do Pólo Educativo N.º1, possuía 64 alunos no 1.º ano, sendo 34 do sexo feminino, 30 do sexo masculino; 66 alunos, no 2.º ano, sendo 31 do sexo feminino e 35 do

sexo masculino; 34 alunos, no 3.º ano, com 20 do sexo feminino e 14 do sexo masculino. Possuía, ainda, 102 alunos no quinto (5º) ano de escolaridade, sendo 45 do sexo feminino e 57 do sexo masculino. No total eram 266 alunos no 1.º, 2.º, 3.º e 5.º anos de escolaridade.

Além dos professores, os recursos humanos da escola integram ainda duas cozinheiras, um pessoal auxiliar de limpeza e um guarda. É uma escola pequena, constituída por cinco salas de aula, uma cozinha, duas casas de banho, um escritório para a gestora, uma dispensa e uma pequena praça para as brincadeiras dos alunos.

1.1. As Perceções dos Professores

Nesta secção procederei a uma apresentação de forma descritiva dos dados que dizem respeito às representações dos professores, veiculadas através das

respostas dadas às entrevistas realizadas, com o fito de atingir os objetivos traçados para este estudo.

1.2. A relação professor/a e aluno/a e as suas características

As entrevistas realizadas permitiram-me perceber que a relação professor/a e aluno/a é um processo fundamental para alcançar os objetivos do ensino-aprendizagem principalmente em sala de aula. Um bom relacionamento interpessoal entre professor/a e aluno/a é uma das prioridades no sistema educacional e requer respeito, ambiente alegre, capacidade de ouvir e de falar.

Concordo com DelPrette e DelPrette (2004, p.143), quando eles referem que os “encontros sociais não ocorrem no vazio”. «Eles se dão em determinados contextos e situações específicas e são regidos por normas da cultura mais ampla ou da subcultura».

O quadro abaixo apresenta as características gerais e o tipo de relação que os professores entrevistados entretêm com os seus alunos.

Quadro N.º 1 - A relação professor/a e aluno/a e as suas características.

Categoria	Subcategoria	Indicadores	Entrevistados
Tipo de relação professor/a e aluno/a na sala de aula.	Características da relação		
	Aberta	-Meus alunos sentem sempre à vontade para perguntar e responder.	E ¹ , E ⁴ , E ⁵
	De Confiança e respeito	-A minha relação com os meus alunos é uma relação de confiança; a minha relação com os meus alunos é uma relação sobretudo de respeito.	E ³ , E ⁶ , E ⁷
	Tolerância	-A minha postura como professora é de tolerância.	E ⁴
	Amizade	-Uma relação familiar.	E ² , E ⁴ , E ⁷

Fonte: Entrevista dos professores observados no ano letivo: 2012/13

Constatei que as principais características da relação entre professor/a e aluno/a são: a confiança, o respeito e a amizade. Além disso, ela é aberta. Verifiquei que os entrevistados têm a consciência da relação de troca e procuram criar um ambiente que contribua para a facilitação dos conhecimentos dos alunos e para a construção de um coletivo social.

Conforme mencionam Berger e Luckmann (1993), no processo de socialização o aluno/a desenvolverá a sua identidade através do fenómeno de identificação com o/a professor/a.

Além disso, o tipo de relação que se privilegia é familiar: “Como eu sei que o comportamento dos alunos do 5.º ano de escolaridade é muito diferente dos 1.º e 3.º ano, a minha postura como professora é de tolerância, de uma relação

familiar e aberta com os meus alunos” (E⁴).

Constatei que o estilo pode ser autoritário, significa que a “professora é um modelo a imitar” (E¹), não questionado e que serve de exemplo irrepreensível para os alunos. Uma boa parte dos entrevistados afirmaram que utilizam o diálogo e o aconselhamento para resolver conflitos entre os alunos (E¹, E⁵, E⁶, E⁷).

Ainda os entrevistados E² e E⁴, declararam que a mediação é uma das estratégias de resolução de conflitos. Em síntese, os entrevistados apontam para uma relação entre os professores e os alunos que é aberta e democrática, que pretende incluir todos os alunos da sala de aula. Será o mesmo na prática? Para responder irei apoiar-me nas observações feitas em sala de aula.

2. As Práticas Dentro e Fora da Sala de Aula

Nesta secção apresento as informações recolhidas a partir das aulas observadas, sistematizadas, e documentos

de notas de campo e que foram categorizadas segundo diferentes temas.

2.1. A relação entre os professores e alunos, no processo de ensino-aprendizagem

Durante as observações na Escola Satélite N.º1 do Concelho de Santa Cruz, constatei que a interação professor/a e aluno/a é um aspeto fundamental da situação didática, tendo em vista o alcance dos objetivos do processo de ensino-aprendizagem. Conforme Libânio (1994, p. 249), «a interação professor/a e aluno/a diz respeito à forma de comunicação do conteúdo escolar e às tarefas escolares indicadas aos alunos».

De acordo com as minhas observações a interação professor/a e aluno/a é baseada numa relação de cooperação, respeito e de desenvolvimento dos conteúdos escolares. Observei que as interações na sala de aulas são baseadas no diálogo entre os professores e os alunos. É nesse espaço que a professora observa seus alunos, identifica suas conquistas e suas dificuldades e os conhece cada vez melhor. (Ver foto de aula de língua portuguesa).

Figura 1- Professora e alunos numa aula de língua portuguesa (leitura e interpretação de texto)



Fonte: Foto de Maria de Fátima Tavares Pires

O espaço da classe apresenta-se sempre marcado por um ambiente cooperativo, de modo a favorecer o desenvolvimento e as manifestações das diferentes formas de aprendizagem. Sendo assim, o

reconhecimento da escola como espaço de socialização parte do pressuposto de que «a elaboração do saber implica expressar de forma elaborada o saber que surge da prática social» (Saviani, 2000, p. 91).

Notei ainda, a importância da existência de uma relação de amizade entre o/a professor/a e aluno/a. Apresentando-se os professores como amigos de todos, conseguem captar a atenção dos alunos e transmitir conhecimento, a convivência agradável é fundamental.

2.2. Ambiente dentro da sala de aula

Nesta secção descrevo e analiso o ambiente de sala de aula, tendo em conta as formas como estão organizadas as salas de aula, as interações e regras que dão conta do clima existente nas mesmas, dando atenção aos estilos de liderança do/a professor/a.

Durante dezenas de horas, de segunda à sexta-feira, cerca de 266 alunos e

Em síntese, na interação professor/a e aluno/a estabelecida no decurso das atividades de aprendizagem, influenciam, de forma decisiva, aspetos tais como: o processo de socialização em geral, a aquisição de aptidões e de habilidades de controlo dos impulsos agressivos por parte dos alunos, entre outros.

9 professores, do 1.º, 2.º, 3.º e 5.º anos, partilham esse mesmo espaço, no período de manhã e à tarde. Além disso, são partilhados os materiais produzidos pelos professores, nomeadamente, o abecedário, regras da sala, mapas do nome e tempo, etc., com um aspecto mais formal e organizado. (Ver foto).

Figura 2 - Sala de aula como ambiente de imersão pedagógica



Fonte: Fotos de Maria de Fátima Tavares Pires.

A análise, a partir da prática instituída, aponta para a seleção dos conteúdos, com base no plano de ensino e no diário de classe, como uma tarefa pouco refletida, pelos professores, pautada nas experiências quotidianas do docente, mais do que nas prescrições curriculares.

Como afirma Sacristán e Gimeno (2001), a prática que pode ser observada no desenvolvimento da educação é uma prática ancorada em esquemas

pessoais, que tem uma história, e nos caminhos consolidados na cultura, nas estruturas sociais (soma e produto coletivos), que também possuem sua trajetória (Sacristán e Gimeno, 2001, p.72).

No quotidiano das práticas curriculares, havia um momento demarcado para a aula de cada disciplina específica. Em todas as aulas observadas, percebi que os conteúdos de Língua Portuguesa eram os mais trabalhados pelas professoras dos primeiros,

segundo e terceiro anos de escolaridade, seguidos pelos conteúdos de Matemática e Ciências Integradas.

Constatai que o ambiente nas turmas dos 1.º, 2.º e 3.º anos de escolaridade é mais ordeiro, calmo e organizado do que na turma do 5.º ano. O controlo da turma pelo/a professor/a e o fazer respeitar as regras de convivência pareceram mais evidentes nas turmas dos 1.º, 2.º e 3.º anos do que nas do 5.º ano.

Não raras vezes, nesta turma, após o intervalo, o barulho na sala é muito grande, os alunos conversam em voz alta, brincam, há uma certa desordem na sala de aula, porque os alunos não respeitam as regras estipuladas.

Trata-se de um grupo de crianças (não ultrapassam os 12 anos) e de alguns adolescentes (mais de 12 anos). Conforme Silva (2001, p. 18) “há estudos que atribuem um maior índice de indisciplina à faixa etária entre os 13 e 17 anos, com particular incidência, para os 14 e 15 anos”.

Notei, nas turmas observadas, que o clima na sala de aula é mais do tipo familiar, que se revela, entre outros, na relação de proximidade entre professor/a e aluno/a e na realização de atividades que visem reforçar os laços de amizade, as relações interpessoais

entre os alunos, como por exemplo, a comemoração dos aniversários, na sala de aula, consoante as condições dos pais.

2.2.1 Ambiente fora da sala de aula

O ambiente fora da sala de aula era de descontração para os professores e de brincadeira para os alunos, sob a supervisão dos professores (cada dia havia um grupo incumbido dessa tarefa). Os intervalos constituíam momentos de convivência, de interação, que ajudavam a fortalecer as relações de amizade entre os alunos e os professores.

Compreendo este fato como um reflexo da cultura da sociedade cabo-verdiana, em que há distribuição diferenciada das atividades em função do sexo. Com efeito, tradicionalmente são as meninas que fazem brincadeiras de rodas, enquanto os rapazes estão mais interessados em jogar futebol.

Este fato contraria o que se observa na sala de aula, em que os professores procuram fazer com que todos realizem as diferentes tarefas (varrer, limpar, lavar os pratos da refeição...), sem discriminação de sexo. (Ver fotos alunos e alunas a brincarem)

Figura 3 - Brincadeira de alunos e de alunas no intervalo das aulas



Fonte: Fotos de Maria de Fátima Tavares Pires.

Saliento que o corpo docente observado é efetivo na unidade da escola e demonstra satisfação por nela trabalhar. Também constatei que a relação é boa, os grupos são unidos. Relacionando-se, os professores e os alunos, foi possível perceber que todos gostam da instituição.

Complemento esta definição da escola com Almeida (2009, p.61), para quem a escola: É uma invenção histórica, contemporânea da dupla revolução industrial e liberal que baliza o início da modernidade e que introduziu, como novidade, o aparecimento de uma instância educativa, especializada que se para o aprender do fazer, a criação de uma relação social inédita, a relação pedagógica no quadro da classe.

Em síntese, entendo, a partir das práticas observadas, que há marcas de clima familiar e paternalista, dentro e fora da sala de aula. Com base nas ideias de Alves (2003, p. 52), constatei que existe sociabilidade (coesão social entre os professores e os alunos) e consideração (relação pessoal e humanizada). Também notei baixo distanciamento entre os professores e os alunos e entre os professores. No entanto, a atitude de controlo por parte dos professores e relações interpessoais similares às de pai e filho, em que o poder está centralizado no professor, leva-me a definir o clima como sendo também paternalista.

3. As Perceções e Discursos dos Professores Face às Práticas em Sala de Aula

3.1. Relação professor/a e aluno/a e os valores sociais

No seu discurso, os professores reconhecem que a relação entre o/a professor/a e o/a aluno/a tem bases sociais. Do cruzamento das informações relativas a estes aspetos enumerados depreendo, concordando com Libânio (1994, p. 24), que, no relacionamento professor/a e aluno/a, predomina a autoridade docente que exige atitude preceptiva dos alunos e impede qualquer comunicação entre eles, no decorrer das aulas.

Por um lado, no discurso dos professores, os valores sociais na base da relação educativa mais referidos têm a ver com o respeito, ordem, disciplina e civismo. Sendo estas duas últimas, formas de apresentar o respeito. No entanto, o discurso aparece de modo mitigado, porque a tolerância, solidariedade, amor e amizade também são evocados.

Por outro lado, as práticas dos professores apontam frequentemente para a aplicação e o reforço das regras de bom comportamento e de disciplina na sala de aula; das regras de regulação da comunicação na sala de aula (formas de intervir, formas de participar...); também estão incluídas regras de boa convivência (atitudes e valores sociais valorizados tais como: cumprimentar os outros, ter respeito, tolerância e amizade, etc.).

A falta de comunicação entre a escola e os pais leva ao comprometimento do sucesso escolar. Reforçando a ideia de que a diversidade social dificulta, a perspetiva de alguns professores é de homogeneização dos grupos de alunos, “todos devem ser tratados por igual” (E6, E7). Tanto o discurso dos professores como as observações feitas

na sala de aula, apontam para um clima familiar que se pode ilustrar com afirmações feitas pelos professores: “a escola é a nossa segunda casa” (E1), “a escola é um espaço em que as crianças consolidam grande parte das relações afetivas com os outros” (E1).

Como argumenta Cody e Siqueira (1997, p.15) é preciso participar da vida escolar dos filhos e da escola, a contínua colaboração entre escola e os pais faz com que se tornem parceiros no processo educacional.

Ilustrei este a partir do excerto do diário de campo (4/04/2013, pelas 14 horas da tarde, aula de Ciências Integradas, na turma do 5.º ano). Há

uma briga entre dois alunos, após o intervalo e uma das alunas intervém dizendo: “Meninos daqui a dois anos, iremos sair do ensino básico para irmos ao liceu, são esses tipos de comportamentos que iremos levar?”

Fiquei surpreendida com a coragem da aluna ao chamar a atenção da turma, procurando influenciá-la no sentido da adoção de comportamentos adequados ao que se espera dos alunos no Liceu. As bases sociais dos elementos/ fatores influenciam a aprendizagem dos alunos. Vários são os aspetos que influenciam a aprendizagem dos alunos, alguns têm uma base social explícita e outros não a revelam claramente.

Conclusão

Este artigo é o resultado de uma pesquisa realizada na Escola Satélite do Polo N.º1 do Concelho de Santa Cruz, com o objetivo de aprofundar a compreensão das relações professor/a e aluno/a e se as bases sociais a elas inerentes facilitam ou dificultam o processo de ensino-aprendizagem.

Procurei trazer respostas às questões colocadas à partida, a saber: quais são as características da relação social entre professor/a e aluno/a na Escola Satélite Pólo N.º1 de Santa Cruz? Quais são os efeitos dessa relação social sobre o processo de ensino-aprendizagem na Escola Satélite Pólo N.º1 de Santa Cruz? Os métodos do estudo de caso e etnográfico utilizado permitiram retratar os pormenores da realidade de ensino-aprendizagem e as bases sociais.

Assim, os resultados desta pesquisa apoiam-se numa descrição da realidade dentro e fora da sala de aula, na maioria das turmas (6 das 8 existentes) na Escola Satélite Pólo N.º1, do Concelho

de Santa Cruz, que abrangem os 1.º, 2.º, 3.º e 5.º anos de escolaridade que funcionaram nos períodos de manhã e da tarde.

A partir das informações recolhidas sobre as perceções e práticas dos professores, posso inferir que as relações sociais subjacentes à relação professor/a e aluno/a dependem não somente do saber profissional dos professores mas também da vivência social que eles têm na comunidade onde se insere a escola e da vivência social dos alunos, sobretudo no que tange à relação entre adulto e criança.

Por fim, concluo que a abordagem etnográfica tornou o meu olhar mais sensível à realidade social vivida na escola, tendo ela sido revelada de forma explícita nas rotinas escolares. Foi interessante perceber que, apesar de serem severos, os professores gostam de seus alunos e consideram-nos como um ser sociáveis, pela escola em estudo. Considerando o projeto de conhecimento da realidade educativa no Ensino

Básico, em Santa Cruz, como podendo ser faseado, apresento a seguir algumas pistas para futuras investigações:

- Aprofundar o estudo sobre a relação professor/a e aluno/a numa perspetiva de interação social, integrando todos os anos de escolaridade (1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 5.º e 6.º anos de escolaridade) e

a participação da direção da escola;

- Analisar a articulação entre a ação dos pais/encarregados de educação e dos professores no processo educativo dos alunos, com foco em formas de reprodução das desigualdades sociais e de resiliência.

Referências bibliográficas

Alves, José Matias (2003). *Organização, Gestão e Projetos Educativos das Escolas*. 6ª Edição. Porto: Asa.

Almeida, Jorge Miranda (2009). *A Dinâmica dos Autores e a Problemática Comunicacional na Construção e Implementação do Projeto Educativo Comum do Agrupamento de Escola. Um estudo de Caso Múltiplo: Dissertação de Doutoramento Inédita, Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação, Universidade de Coimbra, Portugal.*

Beger, Peter, Luckmann, Thomas (1993). *A construção Social da Realidade. Um livro sobre a sociologia do conhecimento*. Rio de Janeiro: Vozes.

Bogdan, Robert e Biklen Saria (1994). *Investigação Qualitativa em Educação. Coleção Ciências da Educação*. Porto Editora.

Cody, Frank e Siqueira, Silva (1997). *Escola e Comunidade. Uma Parceria Necessária*. 2ª Edição. São Paulo.

Del Prett, Almir e Dell, Prett, Zilda (2004). *Psicologia das Relações Interpessoais. Vivências para o trabalho em grupo*. 3ª Edição. Petrópolis. Vozes.

Geertz, Clifford (1989). *A interpretação das Culturas*. Editor: LTC- Livros Técnicos e Científico. 4ª Edição, Rio de Janeiro.

Libâneo, José Carlos (1994). *Didática*. 2ª Edição. São Paulo. Cortez.

Sacristán, José e GIMENO Gomez (2001). *Compreender e Transformar o Ensino*. Porto Alegre. Artes Médicas.

Saviane, Dernaival (2000). *Pedagogia História Crítica. Primeiras aproximações*. São Paulo. Campinas, Editora, Autores Associados.

Silva, Fernandes, Loura Maria (2001). *Indisciplina na Aula. Um problema do nosso dia*. 2ª Edição. Portugal. Porto, Asa.

Outros Documentos:

Ministério da Educação e do Desporto (2011). *Relatório do Estado. Sistema Educativo Nacional*.

Orientação Vocacional, Escolar e Profissional: Estudo de Caso na Escola Secundária Cónego Jacinto

Samira Moniz

*Escola Secundária Cónego Jacinto
samiramoniz@yahoo.com*

Resumo

A escolha da profissão caracteriza-se por um momento de descoberta, de dúvida, onde o aluno(a) encontra diversas interferências externas, sobretudo no seio da família e da sociedade e internas que dizem respeito às decisões individuais. Tendo em conta que a adolescência um período de preparação para a vida adulta, é nela que os jovens mostram uma maior preocupação com o seu futuro, pelo facto de terem de tomar decisões e proceder a escolhas relacionadas com a área de estudo e respetiva profissão. Para melhor se entender este processo, propomos debruçar sobre a origem histórica da orientação vocacional e profissional, abordando os conceitos de “talento” e “vocação”, que correspondem a termos que sempre existiram, mas a aplicação e entendimento evoluíram ao longo dos séculos. Pretendemos igualmente analisar as diferentes abordagens e conceitos utilizados em torno da orientação vocacional e profissional, à luz de diversos autores, aprofundando os objetivos, os modelos e os fatores que se encontram inerentes neste processo. O estudo incidirá no contexto cabo-verdiano, em particular, na Escola Secundária Cónego Jacinto Peregrino da Costa e, para o efeito, adaptaremos a escala de exploração vocacional, por forma a avaliar as dimensões da exploração do ambiente e de si próprios, ou seja, do comportamento exploratório vocacional. A amostra do estudo abrange duas turmas do 10º ano de escolaridade. A presente investigação não pretende constituir um ponto de chegada, mas um processo que tende a explorar em futuras investigações na área da orientação escolar vocacional e profissional, em Cabo Verde, mais, concretamente, na utilização de instrumentos, a debater sobre o assunto em epígrafe.

Palavras-chave: Adolescência, orientação vocacional, escolar e profissional, escala de exploração vocacional.

Abstract

The choice of profession is characterized by a moment of discovery, of doubt, where the student encounters diverse external interferences, especially within the family and society and internal ones that concern individual decisions.

Considering that adolescence is a period of preparation for adulthood, it is in it that young people show greater concern for their future because they have to make decisions and make choices related to the area of study and their respective profession. In order to better understand this process, we propose to look at the historical origin of vocational and vocational guidance by addressing the concepts of "talent" and "vocation" that correspond to terminologies that have always existed but which have been applied and understood over the centuries. We also intend to analyze the different approaches and concepts used in the vocational and professional orientation in the light of several authors in which we will deepen the objectives, the models and the factors that are inherent in this process. The study will be carried out in the Cape Verdean context, in particular in the Secondary School Cónego Jacinto Peregrino da Costa and, for this purpose, we will adapt the scale of vocational exploration in order to evaluate the dimensions of the exploration of the environment and of themselves, that is, exploratory vocational behavior. The study sample covers two classes of the 10th year of schooling. This research is not intended as a point of arrival in any way, but rather a process that it is likely to explore in future investigations in the area of vocational and vocational guidance in Cape Verde, more specifically in the use of instruments to discuss the above subject.

Keywords: Adolescence, vocational, school and vocational guidance, scale of vocational exploration.

Introdução

A adolescência é compreendida como um período de preparação para a vida adulta, é nela que o/a adolescente mostra uma maior preocupação com o futuro, em tomar decisões e fazer escolhas da profissão entre outros aspetos. Quando abordamos as questões relacionadas com as escolhas profissionais, reconhecemos que nem sempre as escolhas da profissão estiveram associadas ao dom, talento ou a uma escolha livre sobre o seu próprio destino.

Ao longo deste artigo, pretendemos analisar origem histórica da orientação vocacional e profissional e o modo como

o conceito é empregue. Procuramos trazer toda a discussão para o contexto cabo-verdiano, em particular, para o trabalho que é realizado na Escola Secundária Cónego Jacinto Peregrino da Costa. Neste sentido, pretendemos adaptar a escala de exploração vocacional de forma a avaliar as dimensões: exploração do ambiente e exploração de si que se refere ao comportamento exploratório vocacional. Pretendemos ainda abarcar duas turmas do 10º ano de escolaridade da referida Escola como amostra de estudo.

1. Orientação Vocacional e Profissional: Abordagens e Conceitos

Ao procurar as origens históricas, da Época Antiga até ao final da Idade Média, observamos que o trabalho em si era visto como uma obrigação, necessidade e, em certos casos, castigo, sendo a profissionalização determinada, sobretudo, por regras rígidas concernentes à posição social. De acordo com Baroncellis (2012) subentende-se que não existia aquilo que denominamos, atualmente, como escolha de profissão, uma vez que o trabalho era, basicamente, determinado pelo “lugar” que homens e mulheres ocupavam na sociedade.

A sociedade organizada em feudos reforçava a noção de que cada pessoa nascia com o destino de perpetuar a história familiar. Significa que a profissão era transmitida de geração em geração. A partir da revolução industrial, a sociedade assistiu a profundas mudanças, tendo o processo da industrialização se refletido no estilo de vida das populações, assim como na

esperança da ascensão social através do trabalho e da poupança. Surge aqui a ideia do conceito do “homem certo no lugar certo”. Com isso, a escolha da profissão passa a ter uma importância que outrora não o mesmo significado (Bock, Furtado, & Teixeira, 2008).

É justamente no contexto de grande desenvolvimento industrial que o trabalho assalariado assume uma organização repetitiva, fragmentada, tendo a produção assumido formato de larga escala. O trabalho passou a ser obrigatoriamente fora de casa e especializado em linhas de produção. A especialização exige a capacitação, que, por sua vez, abrange a necessidade de treinamento. A expressão “o homem certo no lugar certo” explica a questão da aptidão e da escolha profissional. Foi a partir desta fase que começaram a surgir as abordagens mais sistemáticas acerca da orientação profissional. A escolha vocacional passou a ser entendida como uma etapa extremamente importante e

de grande impacto na vida dos jovens adultos, o que significa que o homem tem condições de aprender e que as características inatas não são suficientes para definir uma escolha de profissão/carreira.

Normalmente, utiliza-se o termo orientação vocacional para designar uma fase na qual os adolescentes e jovens que se encontram no ensino, pretendem ingressar nas universidades ou em escolas profissionalizantes e estão indecisos acerca da escolha do curso a seguir. Serve também para reorientar aqueles que iniciam vários cursos e/ou formações técnicas, mas que não se adaptam.

O termo orientação vocacional é mais adequado por não pressupor unicamente a descoberta de aptidões do indivíduo, mas pelo fato de considerar a relação dessas com a realidade profissional. Trata-se de um processo que busca auxiliar o indivíduo na descoberta das suas habilidades naturais assim como conhecer as fontes de treinamento disponíveis para se aprimorar e se desenvolver. Propomos abordar o conceito a partir de García Gómez, Moreno Olmedilla y Torrego Seijo (1993), que o caracterizam como um processo de ajuda inserido na atividade educacional cujo objetivo é o de contribuir para o desenvolvimento integral do aluno. Na opinião dos autores, é necessário

capacitar o aluno para uma aprendizagem autónoma e para uma participação ativa, crítica e transformadora na sociedade. Essa perspectiva baseia-se num processo de ajuda, no âmbito do processo educativo, cujo objetivo é contribuir para o desenvolvimento integral do aluno, o que pressupõe capacitá-lo para uma aprendizagem autónoma e para uma participação ativa, crítica e transformadora.

Já Ruiz (2009) entende que a orientação psicopedagógica engloba um processo de ajuda contínua, inserido na atividade educacional, sendo dirigido a todas as pessoas. Trata de uma atividade de aconselhamento pessoal, académico e profissional com o objetivo de contribuir para o pleno desenvolvimento do sujeito, no sentido de capacitá-lo para a auto-orientação e para a participação ativa, crítica e transformadora da sociedade em que vive. Esta abordagem consiste na orientação psicopedagógica no âmbito da atividade educativa, sendo um processo de ajuda contínua que se dirige a todas as pessoas que necessitam de orientação, seja ela pessoal, académica ou profissional. A sua finalidade é a de contribuir para o desenvolvimento, capacitação, auto-orientação, participação ativa, crítica e transformadora do indivíduo na sociedade.

2. Orientação Vocacional no Contexto Educativo em Cabo Verde

Ao se proceder à aproximação da orientação ao contexto cabo-verdiano, dois aspetos são imprescindíveis, para entendermos tal aproximação: primeiro, devemos entender o contexto educativo de Cabo Verde, assim como as experiências preliminares da orientação nos dias atuais. De acordo com o

art.º 12 do Boletim Oficial de 7 de maio de 2010, o sistema educativo em Cabo Verde abrange os subsistemas do ensino básico, secundário e superior, bem como modalidades especiais de ensino, e inclui ainda as atividades de ocupação de tempos livres.

Relativamente às experiências preliminares em termos da orientação, encontramos a criação de um centro de orientação escolar e profissional, destinado aos alunos do ensino secundário com particular incidência nos alunos que se encontravam prestes a entrar na universidade. Segundo os registos encontrados no boletim oficial n.º 51, de 22 de dezembro de 1990, as escolas que se encontravam afetas a este serviço eram a Escola Industrial e Comercial do Mindelo, Liceu Ludgero Lima, Liceu Domingos Ramos, Liceu de Santa Catarina e Liceu Olavo Moniz.

Os centros de orientação escolar e profissional nessas escolas têm como objetivo, sobretudo, auxiliar os/as alunos/as nas suas respetivas escolhas profissionais através de um caminho que o aluno deveria prosseguir de acordo com o plano de vida traçado. Caberia aos técnicos, produzir um documento e definir instrumentos técnicos destinados à informação escolar que tinha a responsabilidade de garantir a orientação dos jovens no planeamento de

opções escolares e profissionais que envolvem os seus próprios interesses aptidões, valores e experiências.

Outro aspeto que gostaríamos de destacar diz respeito à criação da unidade nacional de orientação escolar vocacional e profissional pelo Ministério de Educação. O boletim oficial mostra-nos que através do despacho conjunto n.º 6/2010, de 15 de fevereiro, os Ministros da Educação e Desporto e do Trabalho, Família e Solidariedade Social decidiram, para além da criação da Unidade Nacional de Orientação Escolar Vocacional e Profissional, designar os membros e a coordenação do referido serviço.

Os GOEVP nas escolas secundárias têm como objetivo ajudar os/as alunos/as na construção dos seus projetos de vida e prepará-los/as para a vida ativa, fornecendo-lhes subsídios que lhes permitam realizar uma escolha de formação ajustada e coerente com a sua realidade e interesses.

3. Orientação Escolar e Profissional na Escola Secundária Cónego Jacinto

Na Escola Secundária Cónego Jacinto, o Gabinete de Orientação Escolar, Vocacional e Profissional fica afeto ao Espaço de Informação e Orientação (EIO). Trata-se de um espaço resultante da parceria entre o Projeto Alemão GTZ, o Ministério da Saúde através da Delegacia de Saúde da Praia e o estabelecimento de ensino. O espaço gerido pelos próprios alunos que, após receberem formação sobre capacitação, assumem um trabalho formativo e informativo para a comunidade escolar no que diz respeito aos problemas que afetam a camada juvenil.

De acordo com os objetivos inerentes ao próprio programa da disciplina de Formação Pessoal e Social (FPS) e as diretrizes do UNOEV, e o Gabinete de Orientação Escolar Vocacional e Profissional (GOEVP), a orientação é feita para os/as alunos/as do 8.º e 10.º ano de escolaridade em estreita articulação com a disciplina de FPS, uma vez que faz parte do próprio currículo escolar; enquanto para os alunos do 12.º ano de escolaridade a orientação não é feita no âmbito da disciplina, mas, sim, nas turmas de acordo com a marcação.

Todo o trabalho tem em vista permitir

que os jovens analisem e reflitam sobre os seus próprios valores crenças, opiniões, que resistam a pressões dos outros com quem nem sempre concordam.

Afinal, trata-se de os preparar para ingressarem na vida adulta.

4. Procedimentos Metodológicos

Tendo em conta que este trabalho tem como objetivo fazer uma adaptação da escala vocacional utilizada para estudantes universitários ao contexto escolar cabo-verdiano, nomeadamente, aos alunos do 10º ano de escolaridade da Escola Secundaria Cónego Jacinto Peregrino da Costa, acreditamos que a utilização da “Escala de Exploração Vocacional Para Universitários” serve perfeitamente para este caso de estudo.

A escala implementada por Teixeira et al. (2006) teve o objetivo de construir um instrumento voltado para a população universitária no sentido de avaliar as duas dimensões do comportamento exploratório vocacional, nomeadamente, a exploração do ambiente que engloba os comportamentos que visam, principalmente, obter informações sobre a ocupação e o trabalho.

Na referida escala, foram mantidos os dois constructos, sendo as perguntas relacionadas com cada um deles. Foram acrescentadas as variáveis sociodemográficas, nomeadamente, idade, sexo e morada. De uma forma geral, o questionário é constituído por 24 itens, que formam os referidos constructos e que visam, essencialmente, avaliar as duas dimensões vocacionais. Uma diz respeito à exploração de si e a outra debruça-se sobre a exploração do ambiente. O primeiro constructo abarca os 13 primeiros itens mais o 15.º item, enquanto o segundo contém o 14.º item mais os outros restantes itens.

A chave de respostas utilizada foi uma escala Likert de cinco pontos de

carácter ordinal, com as seguintes opções: 1 – Raramente ou nunca; 2 - Poucas vezes; 3 - Com alguma frequência; 4 - Frequentemente; 5 – Muito frequentemente ou sempre.

No que diz respeito à amostra e de acordo com Gil (1999), “quando um pesquisador seleciona uma pequena parte da população, espera que ela seja representativa dessa população que se pretende estudar”.

Neste trabalho utilizou-se uma amostragem intencional, que consiste em selecionar um subgrupo da população que passa a ser considerado como representativo da mesma; com base em informação previamente recolhida junto desta mesma população (Gil, 1999). A amostra foi constituída por duas turmas do 10.º ano de escolaridade num total de 59 estudantes da Escola Secundária Cónego Jacinto. Os alunos que fizeram parte da representação da amostra são os que posteriormente terão as sessões de orientação, feitas em articulação pela responsável do GOEVP, no âmbito da disciplina de FPS do 10º ano de escolaridade.

Depois da adaptação do questionário, junto da professora responsável pelo serviço da orientação, dos professores que iriam aplicá-lo e da subdiretora pedagógica, numa primeira fase, procedeu-se à escolha das turmas a receberem os questionários.

Foram agendadas as aplicações dos mesmos conforme disponibilidade das aulas, inclusive antes da aplicação destes, os alunos foram informados

em sala de aula sobre a proposta da pesquisa e as instruções para o seu preenchimento de forma correta. Para analisar os dados do questionário, foram utilizados o programa IBM e SPSS Statistics V 21 X 86, cuja aplicação analítica transforma os dados em informações.

Aproveitaram-se as aulas de FPS para proceder à aplicação do

questionário e ao esclarecimento dos alunos de que seriam garantidos o sigilo e a confidencialidade dos dados. Da mesma forma, esclarecemos que o questionário não era um exame, que não existem respostas erradas, mas que cada qual deveria preencher com uma cruz a opção que correspondesse à sua forma de pensar ou àquela que achasse ser a mais correta.

5. Aplicação e Análise da Escala de Exploração Vocacional

O questionário engloba questões em torno da exploração de si próprio e do ambiente escolar por parte dos estudantes. Para avaliar a fidelidade das escalas, foi utilizado o Alpha de Cronbach, obtivemos o valor de 0,8519, valor este considerado fiável, uma vez que o intervalo varia de 0 a 1 para os 24 itens. Alguns campos do questionário não foram preenchidos.

Foram inquiridos um total de 59 alunos/as, sendo 73,7% alunas e 26,3% alunos. A idade dos jovens inquiridos encontra-se entre os 14 (1,8%) a 18 (5,4%) anos de idade, sendo que a média da idade dos alunos é de 16 anos.

Ao fazer o cruzamento da idade com género, podemos observar detalhadamente a percentagem dos/as inquiridos/as em cada uma das respetivas idades. As idades de 15 e 16 anos apresentam um maior número de inquiridos, e neles constatamos que a idade de 15 anos corresponde a 76,2% (feminino) contra 23,8% (masculino), e na idade de 16 anos - 83,3% são do sexo feminino contra 16,7% do sexo masculino.

A maioria dos inquiridos não conversa com os pais e/ou encarregados de educação, professores ou amigos para conhecerem mais acerca das diferentes possibilidades profissionais.

Apenas 25% o fazem frequentemente e 16%1 raramente o fazem. Observamos que 38,2% não procuram informações sobre mercado de trabalho e oportunidades de emprego, enquanto 12,7% buscam frequentemente ou muito frequentemente tais informações; 28,6% dos/as inquiridos/as que responderam ao inquérito, poucas vezes, procuram conhecer as diversas possibilidades de atuação, enquanto 16,1% é que o fazem frequentemente;

Com relação aos salários, 10,2% procuram conhecê-los, enquanto 39% muito frequentemente procuram informações sobre os salários. Apesar dos vários questionamentos a respeito da questão do trabalho, habilidades, conhecimentos e atitudes para a entrada na vida produtiva, os dados concentram-se somente nas respostas “raramente ou nunca e poucas vezes”. Se somarmos essas percentagens deparamos que os/as inquiridos/as não investem muito nas questões que dizem respeito à exploração no mercado de trabalho.

Na questão referente à visita aos locais de trabalho para conhecer de perto o dia-a-dia dos profissionais, podemos perceber que tantos os inquiridos como as inqueridas nunca realizam tal atividade.

Relativamente à exploração ou conhecimento de si mesmos, das suas vidas e das suas futuras profissões e para que os/as alunos/as estabeleçam um plano de ação em relação aos seus sonhos e ambições, foi necessário elaborar um outro constructo considerado importante no sentido de permitir aos jovens analisarem e refletirem sobre os seus próprios valores, crenças e opiniões e capacitá-los para tomarem decisões de acordo com aquilo em que os adolescentes e jovens acreditam.

Destacamos aqui diversas questões e dados, sendo neles possível mostrar que 66,1% dos/as inquiridos/as responderam que muito “frequentemente ou quase sempre” e somente 22% responderam que “frequentemente” param para pensar sobre que tipos de atividades profissionais realmente lhes interessam; 50,8% dos/as inquiridos/as muito “frequentemente ou quase sempre” e 22% “frequentemente” costumam

pensar sobre as principais habilidades e limitações; 21,1% dos/as inquiridos/as responderam que “frequentemente” e 68,4% responderam que “muito frequentemente” têm sobre a história pessoal e do futuro profissional.

Dos/as inquiridos/as 55,9% responderam que “muito frequentemente ou sempre” e 27,1% responderam que “frequentemente” pensam sobre como os “seus modos de ser” podem efetivamente estar relacionados com as preferências/gostos profissionais

Pelas respostas dos/as inquiridos/as podemos ver elevadas percentagens na exploração do “eu”, questões que dizem respeito ao self de cada um. Os alunos/as questionam-se acerca de si próprios e do seu futuro. Nele demonstram que os/as mesmos/as se preocupam muito em questões que dizem respeito à exploração de si próprios.

6. Considerações Finais

Ao longo do artigo, procuramos demonstrar que a orientação vocacional e profissional exige uma abordagem que se centre nos(as) alunos(as) que estão num constante processo de construção de si próprios e do seu mundo. Apesar de a adolescência constituir uma fase em que existem vários questionamentos à volta das suas habilidades, conhecimentos e atitudes quanto à entrada na universidade e no mercado de trabalho, destacamos que os/as inquiridos/as não investem muito em questões que dizem respeito à exploração do mercado de trabalho. Estes dados mostram

elevadas percentagens na exploração do “eu”, o que permite aos jovens analisar e refletir sobre os seus próprios valores, crenças, opiniões e capacitá-los a tomarem decisões centrados somente nas suas vocações, esquecendo que a componente mercado de trabalho é importante para o equilíbrio vocação *versus* mercado de trabalho. Há que apostar em ambos os constructos no sentido de ajudar os alunos para as suas escolhas e decisões assertivas em relação ao seu futuro profissional.

Referências bibliográficas

- Baroncellis, L. (2012). Orientação profissional na abordagem gestáltica: reflexões históricas para uma práxis. *Revista IGT na Rede*, V. 9, N.º 16: 86-98.
- Belsky, J. (2010). *Desenvolvimento Humano: experienciando o ciclo de vida*. Porto Alegre: Artemed.
- Bock, A. M., Furtado, O., & Teixeira, M. d. (2008). *Psicologias: Uma Introdução ao Estudo de Psicologia* (14.ª ed.). São Paulo: Saraiva.
- Gil, A. C. (1999). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 5.ª Ed. São Paulo: Atlas.
- Ruiz, M. L. (2008). *Modelos de Orientación e Intervención Psicopedagógica*. Castelló de la Plana: Publicacions de la Universitat Jaume I. Servei de Comunicació i Publicacions.
- Teixeira, M. A., Bardagi, M. P., & Hutz, C. S. (jan./abr. de 2007). Escalas de exploração vocacional (EEV) para universitários. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 12, n. 1, pp.195-202.

Documentos legislativos consultados

- Boletim Oficial n.º 6/2010, de 15 de Fevereiro 2010.
- Boletim Oficial n.º 17/2010, I série, 7 de Maio de 2010.
- Boletim Oficial n.º39/2010, II série, 29 de Setembro de 2010.
- Boletim Oficial n.º 50/2010, I série, 27 de Dezembro de 2010.
- Boletim Oficial n.º 50/1997, I série, de 29 de Dezembro 1997.
- Boletim Oficial n.º 51/1990, 22 de Dezembro de 1990.
- Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde, Censo 2010.
- Ministério da Educação, Ciência e Cultura, Direção Geral do Ensino Secundário, Programa da disciplina Formação Pessoal e Social 1º ciclo do Ensino Secundário 7.º e 8.º ano de escolaridade.
- Ministério da Educação, Ciência e Cultura, Direção Geral do Ensino Secundário Programa da disciplina Formação Pessoal e Social 2º ciclo do Ensino Secundário 9.º e 10.º ano de escolaridade.

O Acesso ao Ensino Superior dos Bissau-guineenses em Cabo Verde: o caso da Cidade da Praia

Euclides Fernandes Correia

*Universidade Jean Piaget de Cabo Verde /
Centro de Produção e Promoção de Conhecimentos-CeProK
euclidescv@hotmail.com*

Resumo

Após 2008, tem-se denotado, nas instituições do ensino superior em Cabo Verde, o aumento diversificado da população universitária bastante devido também ao aumento da presença de imigrantes procedentes dos países da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental, sobretudo dos Bissau-guineenses. A maioria destes é oriundo de famílias com fraco capital cultural e económico. Este último fator norteia a existência de algumas barreiras (linguísticas, culturais, os curriculares, financeiras) que limitam o acesso ao ensino superior. Daí que a questão do acesso não pode ser visto apenas sob o prisma económico e financeiro, é necessário focarmos na “democratização da sociedade” e do “aprofundamento da justiça social”. O país, e as instituições do ensino superior não dispõem de uma política ativa de ação afirmativa, o que tem constituído um “entrave” dos Bissau-guineense no acesso a esse nível de ensino. Perante esse cenário a atitude deles é de “rebeldia camuflada” o que torna cada vez mais apática a luta por reconhecimento social, num cenário de “competição por recursos escassos”, - o emprego. O estudo visa conhecer a fisionomia do ensino superior cabo-verdiano no panorama africano conhecer as suas (im) potencialidades e os seus desafios; identificar as barreiras encontradas no acesso a esse nível de ensino e as suas atitudes face as políticas do ensino superior. Este trabalho, fundamenta-se empiricamente, em entrevistas semi-diretivas analisadas à luz da análise de conteúdo.

Palavras Chave: Acesso, Ensino Superior, Bissau-guineense, Reconhecimento Social

Abstract

After 2008, there has been a diversified increase in the university population in higher education institutions in Cape Verde, due to the increase in the presence of immigrants from the countries of the Economic Community of West African States, especially in Guinea-Bissau. Most of these come from families with weak cultural and economic capital. This last factor guides the existence of some barriers (linguistic, cultural, curricular, financial) that limit access to higher education. Hence the question of access can not be seen only from the economic

and financial point of view, it is necessary to focus on the “democratization of society” and the “deepening of social justice”. The country and the institutions of higher education do not have an active policy of affirmative action, which has constituted a “barrier” of Bissau-Guinean in the access to this level of education. In the face of this scenario, their attitude is a “camouflaged rebellion”, which makes the struggle for social recognition increasingly apathetic in a scenario of “competition for scarce resources” - employment. The study aims to know the physiognomy of Cape Verdean higher education in the African panorama to know its (im) potentialities and its challenges); Identify the barriers encountered in access to this level of education and their attitudes towards higher education policies. This work is empirically based on semi-directive interviews analyzed in the light of content analysis.

Keywords: Access, Higher Education, Bissau-Guinean, Social Recognition.

Introdução

A cidade da Praia tem sido vista atualmente como “arena dos imigrantes”, (40%) e os Bissau-guineenses representam 22,3% (INE, 2010). Por isso, quanto à delimitação do universo de sujeitos a serem entrevistados tendo em conta a perspetiva de Duarte (2002), numa metodologia de cunho qualitativo dificilmente decide previamente o número de sujeitos a serem entrevistados, uma vez que, tudo depende da qualidade das informações recolhidas em cada depoimento, da profundidade e do grau de recorrência e divergência destas informações. No que se refere ao número de sujeitos de pesquisa a serem entrevistados, o mesmo autor anteriormente citado, considera-se que os procedimentos têm demonstrado que o ideal seria “dar enceto e prosseguindo” com as entrevistas, se bem que, comumente a prática tenha privilegiado no mínimo de 20 (todavia, isso varia consoante o “sujeito” e o universo da investigação), até que o material recolhido permita uma análise, mais ou menos densa das relações estabelecidas o que

permite uma compreensão, dos “significados” (simbólicos, valores, ideias atitudes). Sendo assim, foram feitas mais do que 25 entrevistas abertas ou semidiretivas aos Bissau-guineenses residentes na cidade da Praia, ao dirigente da Direção Geral do Ensino Superior, ao dirigente da Direção Geral de Imigração e demais dirigentes das Instituições do Ensino Superior sedeadas na Cidade da Praia. Pois, as entrevistas foram analisadas à luz da análise de conteúdo que permite ao investigador uma leitura que vai além do senso comum. Essa metodologia conforme Moraes (1999), “faz parte de uma busca teórica e prática, com um significado especial no campo das investigações sociais. Constitui-se bem mais do que uma simples técnica de análise de dados, representando uma abordagem metodológica com características e possibilidades próprias” (p.2).

Para compreendermos a problemática do acesso ao ensino superior dos Bissau-guineenses em Cabo Verde, particularmente na Cidade da Praia

é fundamental conhecermos primeiramente a fisionomia do ensino superior em Cabo Verde enquadrada no panorama africano, no tocante às suas (im) potencialidades, e os seus desafios hodiernos, alusivos às propostas elencadas por Assié-Lumumba (2006) através

do Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África (CODESRIA), que também poderão servir para “melhorarmos” a nossa qualidade do ensino superior no país.

As (Im) Potencialidades e os desafios do Ensino Superior em África

O Ensino Superior em África apesar das suas potencialidades (um quadro docente em crescimento, o emergir de alguns centros de pesquisa, como CODESRIA) mas mesmo assim, tem sido “impotente” nos seguintes aspectos: universidade como centro de disputas do poder político, (Simala, 2014); debilidade da autonomia universitária, (guerra contra liberdade académica em Serra Leoa em 2016); acesso diferenciado às instituições do ensino superior, lutas de interesses e do poder no circuito universitário, défice de pesquisas ou pesquisas com

visões eurocêntricas (Barros Varela, 2008 & Varela, & 2015), o que nos desafia numa luta pela conquista de legitimidade e hegemonia das instituições do ensino superior via produção de conhecimentos (que seja solidário connosco), o acesso, permanência e sucesso dos estudantes a esse nível, o que contribui para a sustentabilidade das instituições do ensino superior na promoção do desenvolvimento social, económico, política, cultural e tecnológica do continente.

As Narrativas dos Bissau-Guineense face às Políticas de Imigração (Acesso ao Ensino Superior) em Cabo Verde

Após 2008, as instituições do ensino superior (IES) cabo-verdiano têm deparado com uma população universitária bastante heterogénea de imigrantes sobretudo, os da CEDEAO que “escolheram ou foram obrigados” a escolher Cabo Verde como «destino» para realizarem os seus projetos de vida, se qualificando no país. Esses imigrantes são providos inclusive da Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Moçambique, Timor Leste. E a Cidade da Praia, ilha de Santiago tem acolhido uma maior porção, 40% do total da população (INE, 2010).

Hoje, cada vez mais nos estudos

pós-coloniais é sobrevalorizado os segmentos sociais que se encontram em situação de “marginalização”, que, apesar de serem atribuídos “vez e voz” (que embora sejam insuficientes), mas constituem uma trilha para inclusão social e reconhecimento social nas diversas esferas sociais, económicas, políticas e culturais. É neste âmbito que, Cabo Verde sendo um «país de imigrantes», mormente para os da CEDEAO, que clamam pelo “reconhecimento” dos “direitos da terceira geração”, por esta razão, o estudo ancorado numa perspetiva da “Psicologia Crítica Africana” (é uma Psicologia tão antiga

e milenar quanto a própria história da humanidade que permanece viva nas premissas filosóficas ou comunicações culturais no continente e na diáspora. Ela é mais antiga do que a própria Psicologia tradicional euro-americana, cuja história de origem está relacionada à Grécia Antiga. O psicólogo afro-estadunidense Nobles é um dos fundadores da psicologia crítica africana, sustenta que a psicologia euro-americana da libertação como para a psicologia crítica africana urge: a tarefa de descolonizar a própria psicologia e contribuir para a libertação, emancipação, e descolonização de pessoas e povos latino-americanos e africanos, mediante uma postura política e crítica voltada para mudança social e a produção de uma ciência de carácter aplicado), como esta, concatenado numa viés humanista reconhece sobremaneira as “narrativas” dos Bissau-guineense face as políticas de imigração.

Vejamos as narrativas dos Bissau-Guineense após terem chegado a Cabo Verde:

“Na altura quando migrei para Cabo Verde enfrentei algumas dificuldades: uma vez tratando-se de uma terra desconhecida, deparando-se com povos com culturas, basicamente diferentes, sem deixar de lado, a metodologia de ensino que difere daquela em que a universidade Jean Piaget Bissau tinha adoptada” (E nº1). Muitas vezes, sinto-me constrangido quando me chamam de *mandjaco*.

Ao chegarmos num país de acolhimento, os imigrantes têm defrontado com barreiras de várias ordens: diferenças de meio físico e social, choque de culturas, estilos de vida, barreiras linguísticas e sistemas legais distintos, entre outros (Von Mühlen, Dewes e Leite, 2010). O «acolhimento à realidade cabo-verdiana»,

permite-nos afirmar que o processo adaptativo é bastante complexo, para os Bissau-guineense, porque os nacionais discrimina-os e os reconhece pejorativamente, atribui-lhes o termo “*mandjaco*”- que segundo Rocha (2009) “são todos os africanos, todas as gentes pretas que vêm da África” (p.95). Mas a realidade, mostra-nos também que este conceito ganhou significado pejorativo – “imigrante desqualificado, sem oportunidades de vida se compararmos com outros, oriundos de outros continentes (os europeus, americanos e chineses) em que há uma “categorização positiva” que a própria sociedade lhes atribui. Vê-se um certo desconhecimento da realidade guineense por parte dos autóctones, porque neste país, existem várias etnias, mas a etnia *mandjaca* foi a primeira a emigrar a única e a mais conhecida pelos cabo-verdianos. Entretanto, mesmo aqueles (as) que pertencem a essa etnia, muitas vezes recusam de serem chamados (as) desta forma (*mandjacos*), devido ao significado pejorativo que a própria categoria vem ganhando” (Idem, p.54). Parafraseando, Freire (2001) para gozar de respeito e atenção não precisamos encapotar a nossa condição de judeus, de árabes, de alemães, de suecos, de norte-americanos, de brasileiros, de africanos, de latino-americano de origem hispânica, de indígenas seja lá qual for a origem social e geográfica, de negros, de louros, de homossexuais, de crentes, de ateus, de progressistas, ou de conservadores.

A “língua nativa” historicamente sempre constitui um dos constrangimentos com que os imigrantes têm deparado ao chegarem num estabelecimento de ensino num país que os acolhe. O “agravamento dos constrangimentos linguísticos” agrava-se ainda

mais, quando há diferenças linguísticas (as gírias, os sotaques) regionais, o que lhes constituiu um “entrave comunicativo”. Em Cabo Verde, há dois blocos regionais em que há «assimetrias linguísticas», o do Sotavento e do Barlavento e os estudantes Bissau-guineense consideram-nas, como um estorvo na sala de aula, quando o professor distancia um pouco da língua oficial para estabelecer «diálogo», expressando «os crioulos». O depoimento abaixo evidencia a situação linguística dos Bissau-guineense nas IES no país:

“Um dos constrangimentos é a dificuldade em compreender os “crioulos” cabo-verdiano (da ilha de Santiago, São Vicente, São Nicolau, Fogo, Brava enfim), logo na sala de aula tinha dificuldades no relacionamento com os colegas e não só, todavia aos poucos fui-me acostumando e aprendendo. (E. nº3, Uni Piaget).

De acordo com Silveira (N.D) ainda que vários estudos tenham evidenciado o papel das instituições do ensino superior no desenvolvimento psicossocial, no rendimento académico e na adaptação à universidade dos estudantes, no caso de Cabo Verde o facto de ter havido um incremento da presença dos imigrantes (sobretudo, os procedentes dos países da CEDEAO) nas IES, no entanto, constata-se uma inexistência de pesquisas sistemáticas com enfoque na adaptação dos imigrantes à educação superior. Na sua óptica, o acolhimento dos imigrantes, pressupõe, portanto, repensar as instituições quer na sua conceptualização, organização, quer na definição das suas regras, uma vez que, a discriminação muitas vezes ela é associada ao facto de não terem domínio da língua nativa. Portanto, convém, ouvir e escutar profundamente os depoimentos dos Bissau-Guineense no que concerne às políticas de acolhimento dos imigrantes nas instituições

do ensino superior para promoção do acesso:

Sendo uma instituição privada, a mesma é de livre acesso para qualquer imigrante”, inclusive existe uma residência estudantil (E. nº 1 Dirigente da UniPiaget).

Na universidade onde estudo, um dos problemas que enfrento neste momento UniPiaget) é falta de recursos financeiros para cobrir as despesas no residencial (nomeadamente alimentação). Tudo, tornaria mais fácil se Guiné- e Cabo Verde tivessem assinado protocolos de cooperação, que me ajudaria e demais outros colegas a cursarem aqui (E. nº4)

A Uni-CV não tem reservado vagas específicas para os imigrantes, ou seja, não faz discriminação positiva, porém está de portas abertas à todos e todas. Por isso, os benefícios atribuídos pela universidade são destinados a todos os estudantes que frequentam este estabelecimento. Ainda, posso dizer que um dos problemas que poderei enfrentar após ter terminado o meu curso é o emprego. (E. nº 12 Dirigente da UniCV).

«Duvido que as instituições do ensino superior Cabo-verdianas tenham deixado vagas para os imigrantes», isto de acordo com os depoimentos dos entrevistados (os), equivale afirmar que as IES não dispõem por enquanto, de uma política ativa de imigração (e demais outras IES), apesar de algumas instituições como a Universidade de Cabo Verde ter estado a promover feiras interculturais, para fomentar e conscientizar os estudantes acerca das diversidades culturais e diálogo interculturais (através de danças culturais tradicionais de diversas nacionalidades, feiras gastronómica, enfim). Além disso, a Universidade Jean Piaget de Cabo Verde, contém um residencial estudantil, onde alberga estudantes de várias regiões e nacionalidades, ocupada maioritariamente pelos Bissau-guineense.

Entretanto, isto não significa que Cabo Verde dispõe de uma política de ação afirmativa, que no entendimento de Silveira (N.D) refere-se a um conjunto de políticas para salvaguardar os direitos das minorias que estão sendo discriminados e continuam sendo numa determinada sociedade. Na mesma senda, assegura que essas políticas são aplicáveis em diversas esferas, sejam elas: económicas, políticas, educacionais, na saúde, enfim. No âmbito educacional as IES ainda que tenham acolhido estudantes de diversas nacionalidades, é “ilusório” falarmos das «cotas sociais» e muito menos das «cotas raciais», num país onde as “políticas de imigração são prematuras” o que coloca um entrave nas questões de acesso /permanência no ensino superior.

Tendo em conta o depoimento do entrevistado nº4, pode-se afirmar que o acesso/permanência ao e no ensino superior dos Bissau-guineense em Cabo Verde, à luz de Dias Sobrinho (2010), não pode ser visto tão-somente, sob o ponto de vista dos interesses económicos, mas sobretudo, por uma questão da «democratização da sociedade» e do aprofundamento da justiça social».

«Agora o meu problema é

conseguir um estágio e depois será o emprego», - assim afirma os Bissau-guineense. Para os que ambicionam e frequentam as IES em Cabo Verde, torna-se cada vez mais delicada, a “luta por reconhecimento social”, porque, a política de imigração é ainda prematura. A procura de um emprego, num cenário de desemprego, que afecta não só os nacionais, mas também os imigrantes, entende Honneth (N.D), perante o fenómeno do desemprego, muitas pessoas não dispõem nem sequer de uma oportunidade para verem reconhecidas as suas habilidades, muito menos podendo conceber-se como sócias contribuintes da sociedade. Após esse cenário, pode-se esperar cada vez mais lutas por reconhecimento norteadas para o alargamento do conceito trabalho, com mais tipos de dinamismos (actividades) que passarão a ser dignas de estima na justa medida em que se alterem os padrões institucionalizados do que seja digno desse reconhecimento. Essa “rebeldia camuflada” testemunhada pela comunidade guineense pode ser revertida apenas com uma “educação conscientizadora” que norteia uma “ação já”, caso contrário, espera-se menos lutas por reconhecimento, ao invés de, mais lutas por reconhecimento.

Conclusão

O Ensino Superior em África apesar das suas potencialidades (um quadro docente em crescimento, o emergir de alguns centros de pesquisa, como CODESRIA) mas mesmo assim, tem estado impotente nos seguintes aspectos (universidade como centro de disputas do poder político, debilidade da autonomia universitária, acesso diferenciado às instituições do ensino

superior, lutas de interesses e do poder no circuito universitário, défice de pesquisas, enfim), o que nos desafia numa luta pela conquista de legitimidade e hegemonia das instituições do ensino superior via produção de conhecimentos (que seja solidário connosco), acesso, permanência e sucesso dos estudantes a esse nível, o que contribui para a sustentabilidade das instituições do

ensino superior na promoção do desenvolvimento social, económica, política, cultural e tecnológica do continente.

Após 2008, tem-se deparado nas IES em Cabo Verde uma população universitária bastante heterogénea oriunda de várias nacionalidades (Guineense, Senegalesa, Nigeriana, Santomense, Queniana, Moçambicana, Timorense). A presença dessa população universitária heterogénea, vai questionar a universidade no seu todo, não só os regulamentos internos, políticas académicas, mas acima de tudo os «Currícula» (conteúdos de ensino, programas da disciplina, e de cursos), ou seja, implica mormente, uma democratização do acesso. Pois, tem enfrentado constrangimentos de várias ordens: linguísticas, curriculares, discriminatórias, económicas ou financeiras que lhes entravam no acesso e permanência neste nível de ensino. Por isso, a questão do acesso

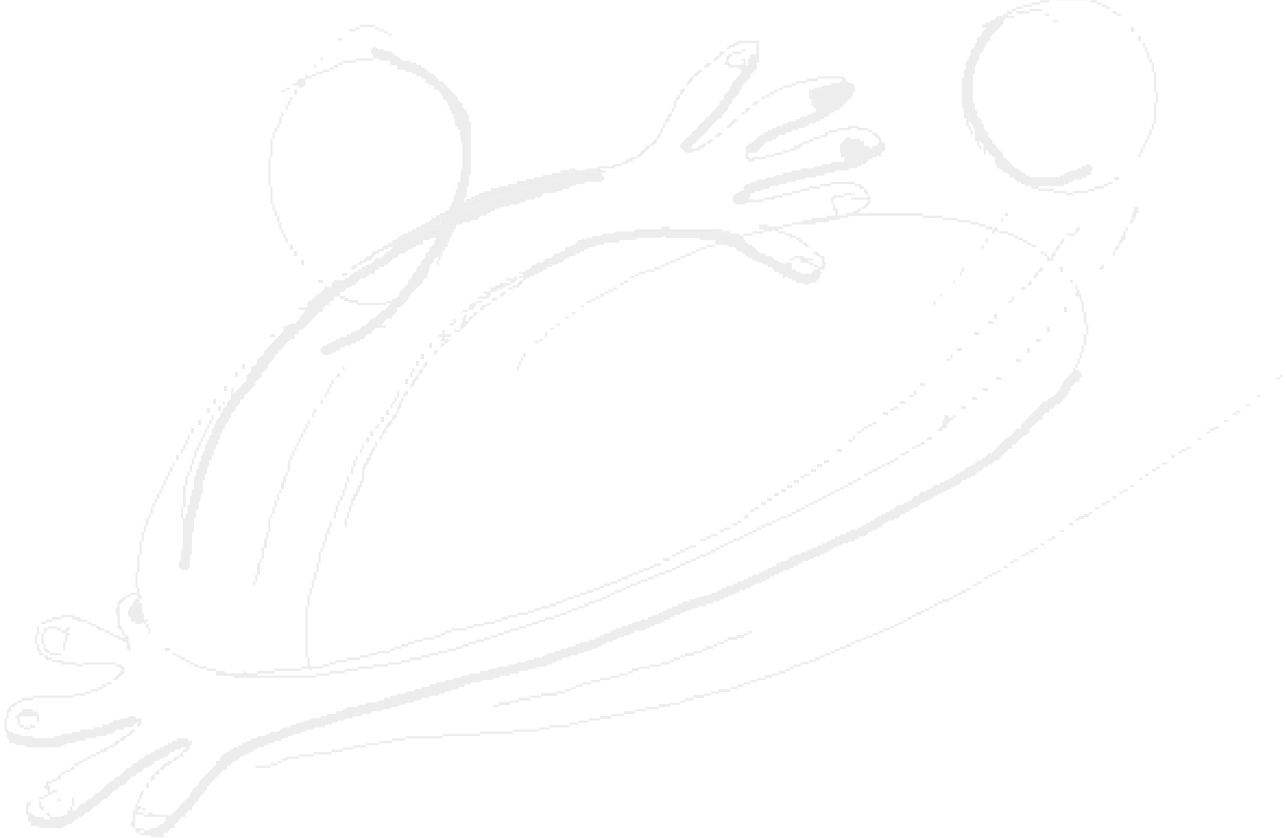
ao ensino superior deve ser vista não só, por questões de ordens económicas ou financeiras, mas também para uma maior «democratização da sociedade» e do «aprofundamento da justiça social».

Tanto em Cabo Verde como noutras paragens o objetivo principal das IES passa por lecionar, exigir a cobrança das propinas, e manter as despesas operacionais. Dado a isso, elas não dispõem de uma política de ação afirmativa, uma vez que o país não predispõe de uma política ativa de imigração o que tem constituído um “entrave” dos Bissau-guineense no acesso ao ensino superior no país. Diante disso, a atitude deles é de “rebeldia camuflada”, o que torna cada vez mais indolente a luta por reconhecimento social, num cenário de “competição por recursos escassos”, - o emprego.

Referências Bibliográficas

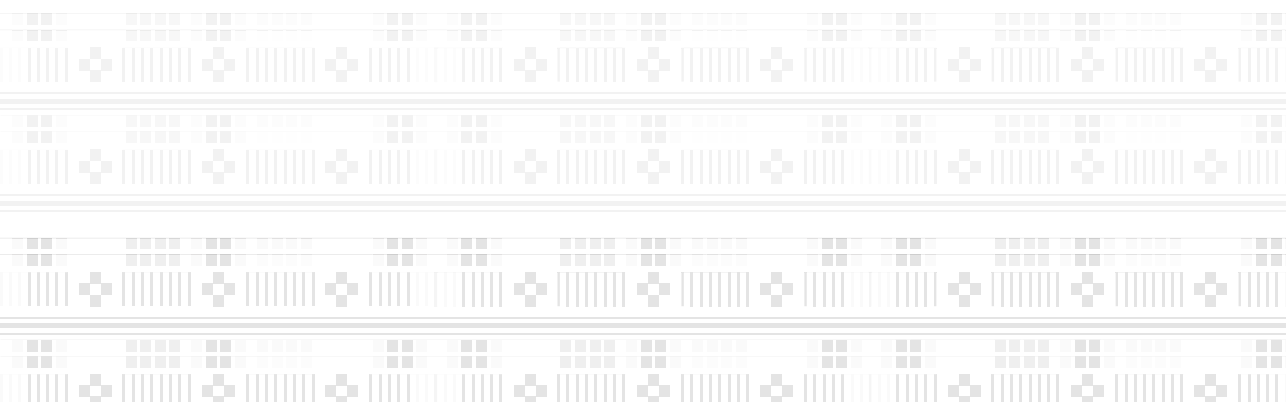
- Assie-Lumumba, T. N'Dri. (2006). Higher education in Africa, crises, reforms and transformation. Dakar: CODESRIA.
- Dias Sobrinho, J. (2010). Democratização e crise da educação superior faces da exclusão e limites da inclusão. *Edu. Soc.*, Campinas, 31 (113), pp.1223-1245, out-dez. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>.
- Duarte, R. (2004). Entrevistas em Pesquisas Qualitativas. *Educar*. Curitiba, (24), pp.213-225, Editora UFPR.
- Freire, P. (2001). Política e educação. 5ª Edição, São Paulo: Cortez Editora.
- Honneth, A. (2003). Luta por reconhecimento. A gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34.
- Honneth, A. (N.D). Reconhecimento ou Redistribuição? A mudança de perspectivas na ordem moral da sociedade. In: Souza, Jesse & Mattos, Patrícia (Org). *Teoria crítica no séc. XXI*. São Paulo: Annablume, 2007, p. 93.
- Moraes, R. (1999). Análise de conteúdo. *Revista Educação*, Porto Alegre: 22 (37), pp. 7-32.
- Marcelino, P. F. (2013). O Novo paradigma migratório dos espaços de trânsito africanos: inclusão, exclusão, vidas precárias e competição por recursos

- escassos em países tampão: o caso de Cabo Verde. Cabo Verde: Ilhéu Editora.
- Rocha, E. V. (2009). Mandjakus são todos os africanos, todas as gentes pretas que vêm de África: xenofobia e racismo em Cabo Verde. Dissertação (apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade de Cabo Verde (UniCV), Praia, Março de 2000.
- Silveira, M. (N.D). Acolhimento do aluno estrangeiro. O aspeto humano na gestão. Fundação Oswaldo Cruz- Fiocruz. Disponível em https://www.google.cv/?gws_rd=ssl#q=+Acolhimento+do+aluno+estrangeiro:+o+aspeto+humano+na+gest%C3%A3o
- Simala, K.I. (2014). Deanship, leadership dilemmas and management challenges facing the social sciences in public university education in Kenya. JHEA/ RESA Vol. 12(1), Dakar: Council for the Development of Social Science Research in Africa (CODESRIA-2015). Disponível em <http://www.codesria.org/spip.php?rubrique54&lang=en>
- Varela, B.L. (2015). O Ensino superior em África: potencialidades, desafios e perspectivas. Disponível em <https://bartvarela.wordpress.com/2015/10/19/o-ensino-superior-em-africa-potencialidades-desafios-e-perspetivas/>
- Varela, B.L. (2013). Tendências internacionais e política do ensino superior em Cabo Verde. Disponível em <http://excelenciaeducativa.blogs.sapo.cv/tendencias-internacionais-e-politica-do-41793>
- Varela, O. B. (2008). O repto da ‘diversidade de conhecimentos’ em Cabo Verde: do colonial/moderno ao moderno/pós-colonial», *e-cadernos ces* [Online], 02 | 2008, colocado *online* no dia 01 Dezembro 2008. Disponível em: <http://eces.revues.org/1332>; DOI: 10.4000/eces.1332.
- Von-Mühlen, B. K.; Dewes, D., & Leite, J. C. D. C. (2010). Stress e processo de adaptação em pessoas que mudam de país: uma revisão de literatura. *Ciência em Movimento - Biociências e Saúde*, (24), pp.59-67.



II.

CIÊNCIAS SOCIAIS



Grandes Projetos Urbanos: Cape Verde Integrated Resort and Casino, Algumas Contradições e Questionamentos

Ivete Silves Ferreira

Universidade Federal de Pernambuco

ivetefer@gmail.com

Resumo

O atual panorama urbano-regional em Cabo Verde é caracterizado por um cenário em que, num total de 22 concelhos e 10 ilhas, metade da população se concentra na ilha de Santiago e cerca de 25% no Concelho da Praia e mais de metade da riqueza gerada tem igualmente origem na ilha de Santiago, sendo 40% na cidade da Praia. Deste modo, este artigo propõe-se debater a contradição entre políticas públicas voltadas para uma melhor distribuição, no território nacional, de serviços públicos e qualidade de vida urbana, e políticas de atração de investimentos externos, com base no argumento de desenvolvimento e criação de emprego. Tais políticas integram-se na tendência mundial de investimentos em Grandes Projetos Urbanos (GPUs), com reais possibilidades de aumento da segregação e segmentação sócio espacial e agravamento do presente cenário urbano-regional, se não forem bem equacionadas.

Palavras-chaves: Grandes projetos urbanos, contradições, segmentação espacial, desigualdade regional, inclusão social.

Abstract

The current urban-regional panorama in Cape Verde is characterized by a scenario in which, in a total of twenty two counties and ten islands, half the population is concentrated on the Santiago island and about 25% in the Municipality of Praia and more than half of the wealth generated also has origin in the Santiago island, being 40% in Praia. Thus, this article proposes to discuss the contradiction between public policies aimed at a better distribution in the national territory of public services and urban quality of life, and policies of attraction of external investments, supported by the argument of development and creation of employment, integrated in the a global trend of investments in Large Urban Projects, with real possibilities of increasing segregation and socio-spatial segmentation and aggravation of the present urban-regional scenario, if not well equated.

Keywords: Large urban projects, contradictions, spatial segmentation, regional inequality, social inclusion.

Introdução

Nas últimas décadas, as cidades têm sido usadas como mercadorias, havendo por isso uma grande aposta no chamado “advento do city marketing”, o que tem contribuído muito para o surgimento de um mercado mundial de cidades. Um número crescente de governos locais passam a incorporar nas suas pautas administrativas, políticas de promoção de suas cidades no âmbito da escala e do mercado mundiais (Sánchez, 2003).

Estas novas coordenadas nas políticas urbanas mundiais, acabam por também afetar os pequenos países periféricos como é o caso de Cabo Verde, que de certa forma, acabou por ser contagiado e incorporar também na sua agenda urbana, a necessidade das suas cidades serem altamente competitivas para poderem ser consideradas atrativas e capazes de alocarem investimentos estrangeiros.

Para além de outros fatores que poderão ter facilitado essa “adesão” de Cabo Verde à estas novas abordagens urbanas, a questão do desequilíbrio regional também poderá estar a pesar nesta questão. Tratando-se de um arquipélago, formado por dez ilhas, existe hoje um panorama urbano-regional de alguma desigualdade, no que concerne não só ao peso da população, mas também da disponibilidade de serviços, equipamentos e infraestruturas urbanas de base. A ilha de Santiago possui praticamente metade da população do país e contribui com mais de metade da riqueza produzida anualmente (Fonte: http://ine.cv/wp-content/uploads/2016/11/apr_regionalizacao.pdf, acesso a 15 de Novembro de 2015). Trata-se de um cenário bastante propício para facilitar alinhamentos com os atuais fundamentos das políticas

urbano-regionais: vender o que de melhor as cidades do país têm e atrair investimentos que, de alguma forma, possam repor algum equilíbrio.

Observa-se uma certa dinâmica na implementação de projetos urbanos financiados por organismos internacionais e países parceiros, nas últimas décadas, particularmente a partir de finais dos anos noventa (altura em que se dá a liberalização da economia de Cabo Verde, com a entrada do setor privado. Alguns pelas suas características e amplitude podem ser considerados Grandes Projetos Urbanos (GPUs), na escala de um país pequeno como Cabo Verde. É o caso do Projeto Cape Verde Integrated Resort and Casino (PCVIRC). Trata-se de um projeto turístico em construção no ilhéu de Santa Maria e praia da Gamboa, na cidade da Praia, capital de Cabo Verde, pelo empresário Chinês David Chow, avaliado em cerca de US\$ 250 milhões de dólares.

A vasta literatura existente sobre os GPUs, de uma forma geral, os caracteriza como sendo potenciadores de fragmentação e segregação sócio-espacial. E se assim é, questiona-se quais serão os efeitos do PCVIRC dentro do atual quadro de desigualdades urbano-regionais do país e de que forma poderá promover uma maior integração espacial e incentivar a inclusão de espaços marginalizados da atual dinâmica sócio-económica do país.

Para além desta introdução, o artigo é constituído por mais dois capítulos. No primeiro, avalia-se o desempenho dos GPUs como eventuais instrumentos de integração, participação e inclusão social; no segundo, questiona-se a viabilidade do PCVIRC se apresentar

como ferramenta de integração espacial, apontado algumas contradições

inerentes à temática.

Grandes Projetos Urbanos: veículos de inclusão social?

nas últimas décadas, os agora denominados GPUs vêm sendo disputados por cidades de distintos tamanhos e características, numa luta para atrair investidores e potencializar as vantagens competitivas de cada núcleo urbano. A dinâmica da sua implementação, muitas vezes, sacrifica os interesses da localidade que recebe os investimentos, que, para ser competitiva, recorre a todos os tipos de incentivos possíveis, desde fiscais, provisão de condições às infraestruturas sociais que são vantajosas para o capital, à adequação da mão de obra local aos interesses dos investidores, sendo que nem sempre o confronto entre os custos e benefícios deste processo, se reverte necessariamente a favor do local (Somekh & Gaspar, 2012).

Habitualmente, os GPUs são antecipados por discursos que mostram firmeza em estabelecer diálogos, envolver diversas sensibilidades, produzir centralidades e/ou redefinir o território como um todo, mas os resultados acabam por não confirmar estas tendências, pois resumem-se a intervenções pontuais, sem articulação com o espaço no seu todo. Os grandes questionamentos que recaem sobre esses bilionários projetos são se efetivamente impulsionam transformações que trazem benefícios para a sociedade (Moura, 2011).

Em muitos casos, a justificação, relativamente às contrapartidas, relaciona-se com a criação de emprego, o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Mas, contraditoriamente, de acordo com Moura (2011, p. 19) “os GPUs são geridos sem

discussão com a sociedade, sob um consenso social despolitizado, sem o propósito de redistribuir socialmente os ganhos. A sociedade fica então impossibilitada de realizar o controle social dos empreendimentos e ações”.

Naturalmente as motivações que envolvem a implementação dos GPUs variam de acordo com as especificidades dos países onde são executados. Para Lungo (2005, p. 17), existe diferença del contenido de esta temática en América Latina con relación a Estados Unidos y Europa. En la primera se incluyen intervenciones urbanas de muy distinto tipo y con diferentes objetivos, mientras que en Estados Unidos prevalecen las grandes construcciones de infraestructura urbana y en Europa la discusión se orienta hacia los grandes proyectos urbanos de corte emblemático.

Com base num estudo de treze GPUs implementados em doze países da união europeia, realizado por Swyngedouw, Moulaert, & Rodriguez (2002), estes autores concluíram que apesar das particularidades de cada caso de estudo, existe um conjunto de aspetos que são comuns aos diferentes megaprojetos analisados e que são aqui retomados para ampliar a discussão que se pretende fazer sobre esta temática. Observaram que, em diversas ocasiões, os GPUs foram conduzidos à margem da participação ativa de todos os quadrantes sociais, em outras, através de medidas de “excepcionalidade”, substituindo ferramentas convencionais de planeamento, regulamentos legais e órgãos institucionais, por agências de projetos com poderes de intervenção

e de tomada de decisão especiais ou excepcionais.

Embora varie de lugar para lugar, existe uma tendência geral para as comunidades afetadas serem substituídas por empresas de consultoria, que passam a ter importante participação no processo de planeamento e privatização do território. “Esse modelo coloca-se em confronto com o planeamento participativo e democrático, pautado em políticas públicas, prioridades e respeito ao coletivo, à totalidade da sociedade e do território – considerado por muitos, ultrapassado” (Moura, 2011, p. 22). Vai nesse sentido a reflexão seguinte.

In the name of greater flexibility and efficiency, these quasi-private and highly autonomous organizations compete with and often supersede local and regional authorities as protagonists and managers of urban renewal. Moreover, the fragmentation of agencies and the multiplicity of institutions, both formal and informal, are often portrayed as positive signs, suggesting enabling institutional thickness, a considerable degree of local embeddedness, and significant social capacity-building. In addition, these institutional and regulatory configurations are celebrated as a new form of governing, signaling a better and more transparent articulation between government (state) and civil society. The “stakeholder” participation on which partnerships are based becomes a normative model that is presented as a democratic forum that permits open and non distorted communication and action (Swyngedouw, Moulaert, & Rodriguez, 2002, p. 561)

Constataram, também, que os argumentos de maior flexibilidade e eficiência foram utilizados para promover estas “novas configurações institucionais e regulatórias”, como “nova forma de governar”, supostamente representando um modelo de articulação democrático, mais eficiente, aberto e transparente

entre governo (Estado) e sociedade civil (Swyngedouw, Moulaert, & Rodriguez, 2002).

Embora sejam constituídos por instituições de cariz estatal, privado e organizações não-governamentais (ONG's) apresentam um considerável défice de prestação de contas, representação e presença de regras de inclusão ou participação. Assim observamos que:

[...] participation is rarely statutory, but operates through co-optation and invitation, usually by the key power brokers within the institutions. This invariably influences the regulatory environment, shapes the interventions, and produces a particular imagination of the urban in line with the demands, dreams, and aspirations of the included, while marginalized or otherwise excluded groups remain symptomatically absent (Swyngedouw, Moulaert, & Rodriguez, 2002, p. 566).

Em alguns GPUs, as estruturas de representação dos parceiros participantes apresentaram-se difusas e não formalizadas, o que obviamente dificulta o controlo e deixa espaços de manobra para que estas novas configurações liderem as ações de acordo com as suas conveniências.

Swyngedouw, Moulaert, & Rodriguez (2002) chamam ainda atenção que este modelo tem-se transformado na forma dominante de organização institucional e indicia a passagem de um sistema de governo urbano representativo para uma governança urbana das franjas privilegiadas, baseada em novos acordos institucionais. Novais (2014, p. 21) reforça que “esses projetos constituem oportunidade para acordos políticos e para a transferência de recursos de um nível de governo para outro (...)”.

Uma das consequências importantes desta alteração se relaciona com o risco do ambiente regulatório, se sujeitar as

ações dominantes e criar uma determinada imaginação do urbano de acordo com os interesses de um grupo minoritário, marginalizando outros que mantêm-se sintomaticamente ausentes.

Sob pretexto de confidencialidade comercial e imparcialidade técnica, as críticas e discussões são antecipadas por um ambiente sigiloso, com escassa disponibilização da informação. Um dos aspetos que caracterizam o ambiente no qual habitualmente os GPU's são implementados é a tendência para a inexistência de resistência e oposições (Swyngedouw, Moulaert, & Rodriguez, 2002).

Uma outra contradição inerente aos

GPUs se relaciona com o facto de no discurso político serem apresentados como instrumentos que podem ajudar a superar as exclusões sócio-espaciais, mas quase sempre acabam por contribuir para aprofundar situações de segmentação. Os investimentos na produção de um novo ambiente construído tem um enorme potencial em revalidar o valor monetário da terra, mas os benefícios são quase sempre colhidos pelo setor privado. Para Swyngedouw, Moulaert, & Rodriguez (2002) isso não contribui para aliviar o processo de segmentação e exclusão social e, muitas vezes, leva à criação de ilhas de riqueza em um ambiente empobrecido.

PCVIRC: instrumento de integração regional? alguns questionamentos e contradições

A relação China - Cabo Verde começa com o apoio chinês à luta pela independência de Cabo Verde, na década de 60. Os interesses da China por Cabo Verde foram-se alterando ao longo dessa cooperação, e recentemente os negócios do turismo (que se articulam muito bem com o capital imobiliário) surgem como um dos focos de atração.

Interessa aqui destacar a contradição inerente pois habitualmente investimentos em GPUs, envolvem países capitalistas, com capitais imobiliários típicos. Embora Cabo Verde nunca tenha-se assumido como país socialista, assimilou com a própria China, alguns princípios e valores muito próximos da agenda socialista, e que defendem a promoção de uma cultura de justiça social, da igualdade entre as pessoas e de uma sociedade mais justa. A questão que se coloca é se o PCVIRC, no âmbito dos desafios que o país enfrenta no tocante a uma melhor alocação

de infraestruturas, bens, serviços e equipamentos a nível do território nacional, seria a prioridade em termos de políticas públicas necessárias para atender as necessidades identificadas a este nível.

O panorama urbano-regional do país continua a se caracterizar por algumas disparidades, essencialmente no tocante aos efetivos de população que cada ilha possui (tabela 1), bem como as riquezas que cada uma consegue produzir no cômputo geral do país. De modo a demonstrar melhor estas diferenças, utilizaram-se dados da distribuição da população por ilhas e concelhos em 2010 e a estrutura do PIB em 2012, que acabam por dar o retrato daquilo que tem sido, ao longo dos anos, a tendência geral em termos destes dois indicadores. A tabela e a figura 1 elucidam bem as diferenças que existem a este nível e o poderio da cidade da Praia, comparado aos outros concelhos do país.

Tabela 1 - Distribuição da população por ilha e Concelho, 2010

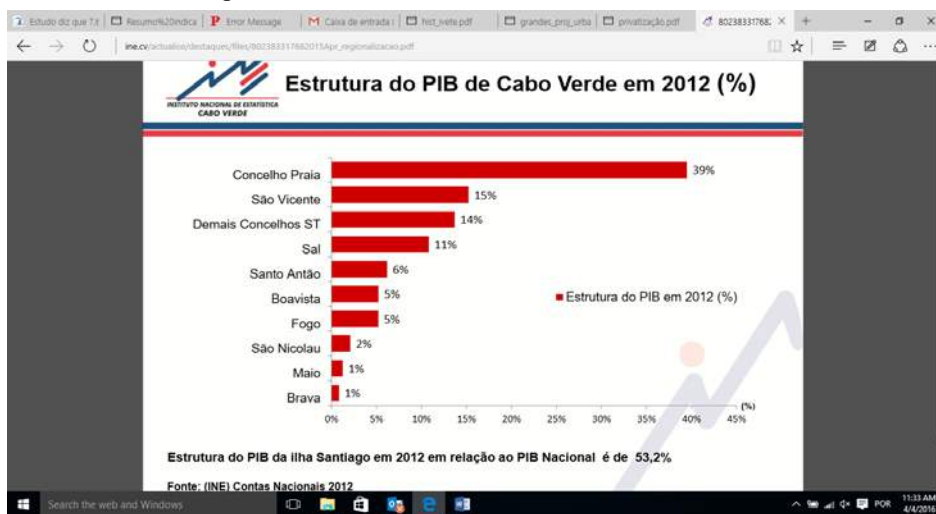
Ilha	Efectivo	%	Concelho	Efectivo	%
Total	491.575	100,0	Total	491.575	100,0
Santo Antão	43.915	8,9	Robusta Grande	18.590	3,8
			Praia	7.032	1,4
			Praia Nova	17.993	3,7
S. Vicente	76.107	15,5	S. Vicente	76.107	15,5
S. Nicolau	12.817	2,6	Robusta Brava	7.580	1,5
			Tamafila de S. Nicolau	5.237	1,1
Sal	25.857	5,2	Sal	25.857	5,2
Boavista	9.162	1,9	Boavista	9.162	1,9
Maio	6.952	1,4	Maio	6.952	1,4
			Tamafila	18.585	3,8
			Santa Catarina	43.297	8,8
			Santa Cruz	28.609	5,8
Santiago	273.919	55,7	Praia	132.117	26,9
			S. Domingos	13.684	2,8
			Colheita de S. Miguel	15.668	3,2
			S. Salvador do Mundo	8.977	1,8
			S. Lourenço dos Órgãos	7.188	1,5
			Robusta Grande de Santiago	7.712	1,6
Fogo	37.051	7,5	Móntezem	9.324	1,9
			S. Filipe	22.228	4,5
Brava	5.995	1,2	Santa Catarina do Fogo	5.299	1,1
			Brava	5.995	1,2

Fonte: dados RGPH 2010

31.3. Repartição da população por concelho segundo o sexo

Fonte: Relatório do RGPH 2010, INE

Figura 1 – Estrutura do PIB de Cabo Verde em 2012



Fonte: http://ine.cv/wp-content/uploads/2016/11/apr_regionalizacao.pdf

Tanto a nível do quantitativo populacional como a nível do produto interno bruto (PIB) o Concelho da Praia domina o panorama

nacional, participando com 39% do PIB (figura 1). Em conjunto com os restantes concelhos de Santiago, foram responsáveis

por 54% do PIB nacional em 2012. Convém também destacar as diferenças nos valores registrados entre a Praia e os restantes concelhos da ilha de Santiago.

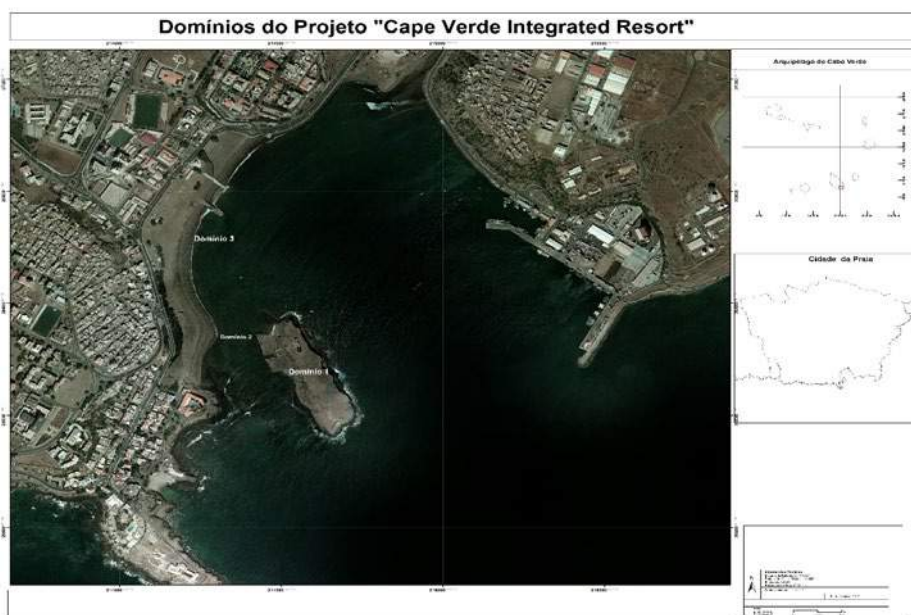
Os dados da população mostram o claro domínio da Praia (26,9%) e ilha de Santiago (55,7%) com mais de metade da população existente no país. A outra metade é repartida pelas restantes oito ilhas do país, com São Vicente, Sal e Boavista com alguns picos.

Com bases nas diferenças nacionais identificadas nestes dois indicadores (PIB e População), acredita-se que uma proposta coerente de política urbana nacional deveria integrar projetos que dinamizem de forma simultânea as diferentes ilhas e possibilitem as populações locais alternativas atrativas à sua permanência em qualquer ponto do país.

Constituirá o PCVIRC uma proposta que atenda a esses objetivos ou existirão outros interesses por detrás do projeto?

O complexo, que ocupará uma área de 152 mil e 700 metros quadrados, abrange três domínios: o o primeiro domínio vai ser no ilhéu, prevendo-se um projeto de cidade cultural que comporta um centro de conferencias Internacional, um hotel, um centro cultural, um museu e uma igreja. O segundo domínio comporta um Hotel Casino que será construído no mar entre o ilhéu e a Gamboa e o terceiro domínio compreende um resort na Gamboa, doze residências tipo vila, um hotel, áreas desportivas, recreativas e parque de estacionamento; (a figura 2 identifica a localização dos domínios).

Figura 2 - Domínios do PCVIRC



Fonte: Elaboração própria

Pelos posicionamentos oficiais (em jornais online, redes sociais etc) de representantes do poder público e privado e da sociedade civil em geral,

pode-se observar que alguns aspetos em que o projeto mais chama a atenção relaciona-se com as expectativas sobre a possibilidade de dinamizar o setor

do turismo na ilha de Santiago e gerar mais empregos. Se assim for, como ficará a questão das desigualdades urbano-regionais existentes no país? Tem que se levar em consideração os efeitos que o PCVIRC poderá ter no aumento da procura da Cidade da Praia pelas

pessoas de outras ilhas, como potencial mercado de emprego, contribuindo para aumentar a dinâmica bem como o fosso populacional da Capital com o resto do país. A figura 3 mostra o cenário antes, bem como a simulação para o pós-projeto.

Figura 3 – Antes e depois (simulação) do PCVIRC



Fonte: <https://www.google.cv/search?q=projeto+ilh%C3%A9+de+Santa+maria&rlz...>

Como se viu no capítulo anterior, os GPUs tendencialmente apresentam contradições entre o discurso e a prática, particularmente, quando se apresentam como projetos capazes de desenvolver as localidades, mas, contrariamente promovem a segmentação espacial e quando prometem integrar as pessoas no processo de desenvolvimento local mas observamos que paralelamente, as diversas franjas e comunidades não são consideradas nas decisões relacionadas.

No caso do PCVIRC, ainda na sua fase inicial de implementação, começam a se destacar alguns sinais neste sentido, na medida em que o projeto não foi alvo de articulação com a sociedade nas suas diversidades sensibilidades, tendo já se manifestado algumas vozes contra a forma como o foi negociado, sem diálogo e sem contrapartidas sociais para o país, a cidade da Praia e particularmente para as comunidades diretamente impactadas. Em Agosto de 2015, cerca de 40 ativistas “ocuparam” o ilhéu de Santa Maria, com o argumento de que o projeto iria trazer, “não riqueza e progresso, mas problemas como a ‘lavagem de capitais, prostituição e turismo sexual’” (Fonte: [http://24.sapo.pt/noticias/internacional/artigo/ativistas-cabo-verdianos-](http://24.sapo.pt/noticias/internacional/artigo/ativistas-cabo-verdianos-ocupam-ilheu-contra-construcao-de-complexo-turistico_19563573.html)

[ocupam-ilheu-contra-construcao-de-complexo-turistico_19563573.html](http://24.sapo.pt/noticias/internacional/artigo/ativistas-cabo-verdianos-ocupam-ilheu-contra-construcao-de-complexo-turistico_19563573.html), acesso a 10 de janeiro de 2016).

O PCVIRC foi também alvo de uma petição pública online (fonte: <http://nanindipala.net/>, acesso 12 Janeiro de 2016) por um ex-bastonário da ordem dos arquitetos de Cabo Verde. Contudo até ao momento, não teve número suficiente de assinaturas que possibilitasse o seu avanço formal, o que evidência, na linha do que Swyngedouw, Moulaert, & Rodriguez (2002) alertam, uma tendência da inexistência de resistência e oposições em relação aos GPUs.

Existe algum secretismo à volta das informações relativas ao PCVIRC, tanto que o ato de lançamento da primeira pedra, que à partida deveria ser público e aberto à sociedade civil, acabou por ser bastante restrito, tendo sido impedidos inclusive órgãos de soberania como os deputados da nação de terem acesso ao local. A única forma “oficial” de comunicação do projeto até ao presente, foi a colocação de um “outdoor”, em 2015, com uma maquete do projeto nas imediações da área de intervenção, embora se avenge que o projeto já sofreu várias alterações na sequência disso, mas que não são do conhecimento do grande público.

Considerações Finais

Tendencialmente, os grandes projetos urbanos representam interesses globais que ultrapassam a fronteira ou escala local, na qual são implementados. Paralelamente, as características de cada caso vão depender também de um conjunto de especificidades e da realidade do país onde se dá a sua implementação. Contudo, alguns aspetos parecem ser comuns, e algumas

contradições parecem ser inerentes ao seu processo de implementação.

Neste trabalho, debruçámo-nos sobre as contradições relacionadas a dois aspetos em particular: por um lado, a forma como os processos participativos e decisórios se dão ao longo da conceção e implementação destas megaestruturas; por outro lado, o modo como efetivamente se integram nos espaços

que os acolhem. E contraditoriamente à retórica discursiva que antecipa estes megaprojetos, na maioria dos casos, concretamente nos estudados por Swyngedouw, Moulaert, & Rodriguez (2002), constatou-se que camadas desfavorecidas da sociedade civil foram desconsideradas, e em alguns casos, o próprio Estado (poder local) perde “força” perante o surgimento de novas governanças urbanas, que acabam por liderar as intervenções. A literatura sobre a temática também aponta a segmentação espacial como um dos aspectos muito presente no contexto dos GPUs.

No caso do Projeto Cape Verde Integrated Resort and Casino (PCVIRC), embora esteja em fase inicial de implementação, já se pode notar sinais de fraco envolvimento da

sociedade civil, desde a fase de negociação, assinatura do contrato e início de implementação da obra. O projeto foi negociado de forma sigilosa, poucas informações foram partilhadas e não se conhece a versão “oficial”. Também não existem evidências que provem a sua integração, conexões ou articulações com os instrumentos de planeamento urbanístico da cidade da Praia. Num país onde a questão das desigualdades regionais está na ordem do dia, em vez de se apresentar uma proposta de política urbana que leve em consideração o desigual panorama urbano das ilhas, surge um megaprojeto que, à partida, vai agravar a segmentação territorial ao criar condições para que a cidade da Praia aumente o domínio sócio-económico e reforce o seu peso no contexto da rede urbana nacional.

Referências bibliográficas

- Lungu, M. (2005). Grandes Proyectos Urbanos. Una visión general. *Urbana*/37, pp. 17-43.
- Moura, R. (2011). Grandes projetos urbanos e planeamento territorial. *Boletim Campineiro de Geografia*, pp. 7-30.
- Novais, P. (2014). Urbanismo na cidade desigual: O Rio de Janeiro e os Megaeventos. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, V.16, N.1, pp. 11-33.
- Sánchez, F. (2003). A reinvenção das cidades para um mercado mundial. *Chapeço: Argos*.
- Somekh, N., & Gaspar, R. C. (2012). Capital excedente e urbanização. *Revista Brasileira De Estudos Urbanos e Regionais*, V.14, N.2, pp. 133-146.
- Swyngedouw, E., Moulaert, F., & Rodriguez, A. (2002). Neoliberal Urbanization in Europe: Large-Scale Urban Development Projects and the New Urban Policy. pp. 548-582.

Imigrantes Oeste-Africanos: (In)Coerência Político-Institucional na Imigração em Cabo Verde?

Paulino Oliveira do Canto

Universidade de Cabo Verde

paulino.canto@student.unicv.edu.cv ; oliveirapoc@gmail.com

Resumo

A gestão da migração é um dos grandes desafios, senão mesmo o mais complexo para os Estados Africanos. A inversão do paradigma migratório em Cabo Verde, sobretudo a partir dos anos 90, trouxe importantes desafios para a política governamental, particularmente, na reflexão a respeito da (in)coerência de políticas migratórias. A conformidade de políticas migratórias revela-se precisa neste contexto, uma vez que o Arquipélago, além de ser perspectivado como país de origem e de destino de milhares de imigrantes, é também visto como país de trânsito, que apresenta uma diáspora relativamente maior do que a população local. Adicionalmente, os discursos políticos em torno de políticas migratórias e a respeito da (in)coerência têm apresentado um crescente reconhecimento por parte dos atores e / ou gestores locais, nacionais e regionais. Este artigo, fruto da reflexão do trabalho monográfico, busca compreender o papel / influência que os atores / gestores (as instituições do Conselho Nacional da Imigração) jogaram (ou, ainda, jogam) no / para o desenvolvimento da política imigratória nacional. Este artigo baseia-se em análise qualitativa utilizando dados coletados através de documentos de fontes primários e secundários. Trata-se de uma análise exploratória para questionar efetivamente as relações ou articulações que são estabelecidas entre os atores / gestores quanto à (in)coerência de políticas migratórias em Cabo Verde.

Palavras-chave: Imigração, (in)coerência política, imigrantes oeste-africanos, Cabo Verde.

Abstract

Migration management is one of the great challenges, if not the most complex, for African States. The shift of the migratory paradigm in Cape Verde, especially since the 1990s, has brought important challenges for government policy, particularly in the reflection on the (in) coherence of migration policies. The compliance of migratory policies revealed precise in this context, since the Archipelago, besides being considered as the country of origin and destination of thousands of immigrants, is also seen as a country of transit, which has a relatively larger diaspora than the local population. In addition, political discourses on

migration policies and (in) coherence have been increasingly recognized by local, national and regional actors and / or managers. This article, which is the result of the reflection of the monography, seeks to understand the role / influence that the actors / managers (the institutions of the National Immigration Council) played (or even play) in / for the development of national immigration policy. This paper is based on qualitative analysis using data collected through documents from primary and secondary sources. It is an exploratory analysis to effectively question the relationships or the articulations that are established between the actors / managers regarding the (in) coherence of migratory policies in Cabo Verde.

Keywords: Immigration, political (in)coherence, west african immigrants, Cape Verde.

Introdução

A migração está intimamente relacionada com o processo político adotado por Estado e / ou Governo, podendo ser ampliada na conjuntura institucional, especialmente, quando este procura gerir melhor o processo de migração, através de políticas de integração coerente (desde as políticas de admissão de imigrantes às políticas de promoção de práticas de tolerância) (Riccio, 2001). A pertença de Cabo Verde à Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), à Comunidade dos Países da Língua Oficial Portuguesa (CPLP) e no âmbito da sua “parceria especial” com a União Europeia (UE), permitiu que o país se abrisse, de forma flexível, à facilitação ou livre circulação de pessoas e à mobilidade dos migrantes em situação regular (Rocha, 2013). Porém, mediante este contexto e a mais recente decisão política do Governo da IX Legislatura sobre a isenção de vistos para os países da União Europeia e do Reino Unido, que levou a discussões no Parlamento da CEDEAO sobre, consequentemente, a tímida vontade política de Cabo Verde em aceitar a entrada dos cidadãos da CEDEAO no país, incentivando, desta forma, a interrogação

dos compromissos da ratificação do Protocolo A/P.1/5/79 sobre a livre circulação de pessoas da desta região, fazem com que a gestão migratória em Cabo Verde seja refletida de forma consistente e articulada, particularmente no que se refere à harmonização de políticas a nível institucional e o seu processo de monitorização a nível regional (Rodrigues, Coutinho and Canto, 2017).

O principal objetivo deste trabalho é, portanto, compreender o papel / influência que os atores / gestores (as instituições do Conselho Nacional da Imigração) jogaram (ou, ainda, jogam) no / para o desenvolvimento da política imigratória nacional. Consequentemente, este artigo levanta a seguinte questão de pesquisa: que papel / influência é que os atores / gestores jogaram (ou, ainda, jogam) no / para o desenvolvimento da política imigratória nacional? Aqui entende-se por atores / gestores as instituições que fazem parte do Conselho Nacional da Imigração, a saber: Direção Geral da Imigração (DGI), Conselho Nacional dos Direitos Humanos e Cidadania (CNDHC), Inspeção Geral do Trabalho (IGT), Ministério de Descentralização,

Habitação e Ordenamento do Território (MDHOT) e, mais a Plataforma das Comunidades Africanas (PCA) e a Câmara Municipal da Praia (CMP). Para explorar essa questão, recorreremos a algumas entrevistas a atores envolvidos neste processo, realizadas aquando da elaboração do nosso trabalho monográfico, em 2016.

Neste trabalho emprega-se as abordagens analíticas de nível macro e micro para examinar empiricamente o tópico em investigação. No nível

macro, temos a ilustração de alguns dados de campo sobre as relações ou articulações entre os atores / gestores responsáveis pelo processo da integração dos oeste-africanos em Cabo Verde, visando compreender a (in)coerência de políticas migratórias a partir do quadro institucional (Barros & Furtado, 2014). No nível micro, registamos o caso da Câmara Municipal da Praia (CMP), permitindo destacá-lo como um exemplo da (in)coerência de políticas migratórias em Cabo Verde.

Abordagem sobre a (In)coerência Político-Institucional na Imigração em Cabo Verde

A política de imigração em Cabo Verde é recente, embora a preocupação com a regulação do fluxo migratório remonte os anos 90, distintamente, aquando da necessidade de implementar o protocolo de 1979 de livre circulação das pessoas na CEDEAO, aprovado em Cabo Verde pela lei n.º 18/II/82 (Barros & Furtado, 2014; Lei n.º 18 / II / 82; Gomes, 2010; Rocha, 2009). A reflexão sobre a (in)coerência de políticas migratórias no quadro institucional revela-se importante no contexto cabo-verdiano pelo fato de que o país se afigura ao mesmo tempo a origem, o destino e até o trânsito de milhares de imigrantes, com uma diáspora populacional muita expressiva (Marcelino, 2013; Rocha, 2009).

A coerência de política migratória é um desafio que pode ser trabalhado em cinco áreas principais: na promoção de coerência entre as instituições que estão diretamente envolvidas nas políticas migratórias (institutional coherence); no impacto para o desenvolvimento dos países tanto de origem como de destino (development impact); na integração dos imigrantes (migrants

integration); na garantia dos direitos dos migrantes (migrants rights) e no tempo / custo da migração (Migration Cost) (Siegel and McGregor, 2015). Neste artigo, a coerência de políticas migratórias é analisada a partir de duas abordagens: coerência institucional (institutional coherence) e a integração dos imigrantes (migrants integration).

O questionamento da (in)coerência de políticas migratórias em Cabo Verde requer compreender como a histórica de Cabo Verde é perspectivada a partir do quadro da migração, significativamente, (re)produzida de forma equivocada pelas vozes académicas e discursos políticos enviesados, e perceber como isto tem causado um efeito considerável na conceção de política migratória. Existe uma relação forte e indissociável de formação da sociedade cabo-verdiana com a migração (Canto, 2016). Primeiramente, a tese defendida, muitas vezes, nas académias e nos discursos políticos, de que somos um país historicamente de emigração parece equivocada, isto porque fomos uma nação de imigrantes e

nem, actualmente, Cabo Verde deixa de receber estrangeiros de diversas nacionalidades, servindo de um país de trânsito particularmente para os Oeste-africanos (Marcelino, 2013).

O efeito dessa (re)produção ganhou espaço no campo de políticas de governo que na sua VI Legislatura (2001-2006) deu os primeiros passos na criação de políticas de emigração (Marcelino, 2013; Rocha, 2013). Contudo, a coerência institucional já se manifestava um pouco desfasada da realidade, pois, se, por um lado, na VI Legislatura (2001-2006) já haviam políticas definidas direccionadas à emigração, por outro lado, somente na VII Legislatura (2006-2011) começaram a desencadear ações, diga-se embrionárias, para a política de imigração (Canto, 2016; Rocha, 2013). Isto demonstra, de certa forma, a apatia do Governo em relação à definição de uma política de imigração que, no entanto, tem sido crucial para o desenvolvimento socioeconómico das ilhas, conhecendo a sua relativa aposta somente na VIII Legislatura do programa de governação (2011-2016), embora com versões e orientações ainda muito gerais suportadas na Estratégia Nacional da Imigração (ENI) (Canto, 2016; Marcelino, 2013).

Entrementes, na divergência entre a expectativa elaborada no projeto imigratório e as práticas institucionais do quotidiano, é importante analisar a reciprocidade institucional (as articulações e o diálogo) e as suas práticas administrativas que tecem a política de integração dos imigrantes por forma a analisar a sua coerência (Barros & Furtado, 2014). Isto porque, “a imigração é transversal e assim os efeitos dos trabalhos realizados para integração vão beneficiar os cidadãos em geral, como até agora tem surtido nos

trabalhos que a IGT realiza” (inspetora superior principal da IGT / MJEDRH, Achada Santo António, 2015). Pois, os desafios de políticas de imigração são os da própria sociedade a nível nacional, ou seja, a sua capacidade de integrar todas as pessoas, incluindo os imigrantes (Schnapper, 2008).

O primeiro estudo sobre o fenómeno migratório em Cabo Verde apontava para a premente necessidade de trabalhar sobre a coerência de políticas migratórias, prevendo-a como o quarto pilar para a Política Nacional da Imigração (PNI) e a sexta área de intervenção da ENI (CIMI, 2010; Resolução n.º 3/ 2012). No CNI existe um grupo temático específico para trabalhar a coerência de políticas migratórias e procurar a harmonização das intervenções que é constituído pela DGI, antigo Ministério de Relações Exteriores e liderado pelo Ministério das Comunidades (Furtado, 2015). Pois, “é de suma importância a coerência entre as instituições com responsabilidade nesta matéria, visto que muitos estrangeiros que neste momento vivem em Cabo Verde não regressarão, pelo menos definitivamente, aos seus países de origem” (Decreto-Lei n.º 19 / 2011, p.552). Adicionalmente, a importância das parcerias e diálogo internacionais, a relação e a necessária articulação entre as instituições públicas e privadas para a coerência de política migratória em Cabo Verde, mesmo sendo um processo ainda distante das realidades migratórias no país para a tal coerência desejada e recomendada pelo subsídio da PNI, perpassa necessariamente pelo reforço do segundo pilar da PNI - “Diálogo, Solidariedade e Parceria” (CIMI, 2010; Resolução n.º 3/2012).

Análise dos Dados sobre a (In)coerência Político-Institucional na Imigração

A gestão da diversidade produzida pela imigração pressupõe a compreensão, a partir dos vários níveis e esferas de decisões, da implementação de políticas públicas em cenário tão peculiar político e institucional. Vários estudos sobre o fenómeno migratório em Cabo Verde (Rocha, 2009 e 2013; Gomes, 2010; Furtado, 2012; Barros & Furtado, 2014; Canto, 2016) demonstraram que prevalece, ainda, um enorme desafio a nível de integração em relação ao grosso da comunidade imigrada, essencialmente a proveniente da CEDEAO com “políticas de integração pouco estruturadas e o governo com dificuldade para integrar os imigrantes oeste-africanos, gerando-se situações de grande sofrimento” (Cardoso, 2011, p. 4).

As deficiências políticas e as fragilidades institucionais dos serviços-chave, ou melhor, a (in)coerência política e institucional, são factos que se colocam em evidência em alguns estudos realizados (Barros & Furtado, 2014; CIMI, 2010; CNDHC, 2010; Canto, 2016). Notam-se ainda algumas fragilidades de políticas de integração a nível institucional, em Cabo Verde, com conhecimento de causas e especificidades das diferentes comunidades imigradas (Canto, 2016; Figueiredo, 2005). Na verdade, “a imigração trouxe aspetos de ordem social e humana que exigem a adoção urgente de políticas, medidas e estratégias visando, sobretudo, a coordenação das instituições (...)” (ENI, 2012, p.16).

A (in)coerência político-institucional não se restringe apenas aos arranjos de soluções normativas, pois “transcende a mera enunciação e sistematização

de políticas e a edição de atos normativos” (Delgado, 2013, p.135). A coerência político-institucional, como resultado da articulação de atores / gestores que participam ativamente no processo da integração dos imigrantes oeste-africanos em Cabo Verde, “não é somente uma área de intervenção com atividades específicas. É sim um princípio que deve de alguma forma estar presente em tudo aquilo que nós desenvolvemos e em todas as atividades que desenvolvemos para a promoção da boa vivência dos estrangeiros em Cabo Verde” (Diretora Geral da DGI, TCV, 2015). Outrossim, requer criar mais condições nas instituições para o cumprimento das suas atribuições que, até então, têm trabalhado de forma deficiente (Canto, 2016), em especial com “recursos humanos para tanto libertar as tarefas que vêm sendo acumuladas como, também, recursos humanos capacitados para fazer face aos desafios” (Presidente da CNDHC, Chã d’Areia, 2015).

Consideram-se fundamentais a participação e a articulação permanentes dos atores interinstitucionais para haver uma melhor coordenação e uma política de integração que seja coerente em Cabo Verde, isto é, “[...] a necessidade de fortalecer o diálogo entre as instituições, no sentido de fazer presente nas suas agendas a questão de imigração” (Técnica Superior da DCC / CMP, Plateau, 2015). A necessidade de incrementar a capacidade institucional porque, ainda, em regra, “os serviços centrais e desconcentrados do Estado laboram de forma desarticulada, revelando dificuldades em convergir as suas acções para a comunidade imigrada” (Barros & Furtado, 2014, p.32).

Entende-se que embora algumas instituições registem maior desempenho face à política da imigração do que outras, o progresso continua limitado em grande parte devido às tensões inerentes entre os diferentes objectivos e algumas dificuldades em conciliarem as suas próprias agendas com a agenda da PNI/ENI (Canto, 2016). Sendo assim, reconhece-se como maior desafio para a política de imigração a sua coerência institucional de forma a “que todas as instituições que estão envolvidas neste processo assumem a imigração como parte das suas próprias agendas. *Só assumindo as responsabilidades se consegue implementar a Política e Estratégia Nacional de Imigração*” (Técnica Superior da DGI, Achada Santo António, 2015).

Portanto, a (in)coerência político-institucional implica uma abordagem integrada das questões, a análise das articulações existentes com o propósito de “afinar cada vez mais a lei. Uma delas está ligada a questão da residência, particularmente as pessoas que estão em situação que podem requerer residência” (Presidente da CNDHC, Chã d’Areia, 2015). Os desafios ligados à (in)coerência manifestam-se a um nível que requer ainda algum trabalho relativo à articulação permanente entre as instituições.

Câmara Municipal da Praia: um exemplo da (in)coerência?

Muitas das iniciativas atinentes à política nacional de imigração não são resultados de diligências tomadas pelos organismos com responsabilidade primeira para a gestão da migração, mas, sim, pelo poder local como o caso da CMP, e pelas próprias associações das comunidades imigradas. Neste caso, traz-se o caso de CMP como um

exemplo da (in)coerência, por ter vindo a desenvolver um conjunto de iniciativas diretamente para as comunidades imigradas desde o primeiro mandato de Ulisses Correia e Silva (2008-2012), com programas que visam proporcionar a integração social dos imigrantes, em especial, para os Oeste-africanos (Barros & Furtado, 2014).

Pela iniciativa própria e da sua gestão autónoma criou um conjunto de mecanismos para a integração de imigrantes oeste-africanos, desde aparatos institucionais às atividades empreendedoras, a saber: instalação da Direção de Cooperação e das Comunidades Imigrantes, deliberando um conjunto de tarefas presentes no art.º 29 da Deliberação n.º 27, de 12 de setembro de 2012 (II Série); institucionalização do dia Municipal do Imigrante pela deliberação n.º 21; Atribuição de apoios às comunidades imigrantes no Município da Praia, visando “a integração de cidadãos imigrantes; a formação técnica de suporte a iniciativas empresariais, culturais e sociais; a formação profissional; a promoção de intercâmbios entre as diferentes associações dos imigrantes residentes na Cidade da Praia”; bem como, a secção de formação da língua portuguesa, formação para alfabetização e capacitação para os imigrantes, o projeto de transformação de produtos alimentícios (Barros & Furtado, 2014; Deliberação n.º 47, art.º1; Programa de Governação do Município da Praia, 2012-2016, p. 67).

Outrossim, a flexibilidade por parte da Câmara Municipal tem desempenhado um papel importante para a regularização destes imigrantes, particularmente, no referente ao Decreto-Lei n.º 1 de 06 de janeiro de 2015, que estabelece as disposições necessárias

à regularização extraordinária de cidadãos estrangeiros que se encontrem em situação irregular no território nacional. Foi, neste contexto, que “em termos de documentos que comprovassem o exercício laboral ou vínculo laboral, para os imigrantes que trabalhavam por conta própria, isto é, os que ambulavam pela cidade, a CMP, mesmo tendo fechado o processo que concedia cartão de vendedor(a) ambulante, abriu um parêntese aos imigrantes, passando, de forma compreensível, o documento para agilização do processo. Em termos do termo de residência, agilizou passar o registo predial aos imigrantes que solicitaram o documento” (Técnica Superior da DCC / CMP, Plateau, 2015).

Mesmo de forma isolada, nota-se que a CMP desenvolve atividades e ações de matriz pluralista, com investimento nas áreas que, entretanto, constituem os principais entraves para a integração dos Oeste-africanos em Cabo Verde: “(...) os maiores desafios que os imigrantes Oeste-africanos enfrentam estão ligadas, particularmente, à aquisição de cartão de residência e

obtenção do vínculo laboral e ou licença do exercício das atividades comerciais” (Técnica Superior da DCC / CMP, Plateau, 2015).

Desta forma, pergunta-se como é possível a coerência quando esses atores (instituições governamentais, associações, imigrantes, etc.) são deixados à margem da própria construção desse processo de imigração, algo bem visível através da sua gestão não compartilhada ou, melhor, desarmônica em que “o Decreto-Legislativo n.º 6/97 que regula a situação do estrangeiro no território nacional, os Decretos-Regulamentares conexos e o Código Laboral são aplicados de forma deficiente. Presumivelmente as grandes fragilidades institucionais dos serviços-chave (DEF, DGT, IGT...), na gestão de aspetos críticos da imigração [...]” (CIMI, 2009, p.22). Consequentemente, a falta de articulação institucional vai refletindo na redução da capacidade de dar respostas concretas aos desafios que vêm sendo colocados desde o relatório da CIMI (2010).

Consideração Final

Entende-se que para a busca desta coerência é indispensável garantir que as políticas de imigração, no geral, sejam partilhadas seguidas de um diálogo permanente entre as instituições e não somente limitadas ao grupo de trabalho sobre a coerência (MC, MIREX e a DGI) porque os desafios da migração não se esgotam somente no nível político-institucional. A (in)coerência de políticas migratórias, em parte, consiste

em fortalecer as capacidades institucionais para maior inclusão da PNI/ ENI nas suas agendas, em reforçar o diálogo nas negociações políticas de uma forma global, ou seja, assegurar que as preocupações das comunidades imigradas sejam bem integradas na política de imigração e conseguir um maior engajamento e participação ativa dos quadros institucionais nas indubitáveis regulamentações jurídicas.

Referências bibliográficas

- Barros, Crisanto e Furtado, Clementina (2014). Estudo diagnóstico: Identificação das necessidades dos imigrantes no processo de integração social em Cabo Verde. Praia: União Europeia.
- Canto, Paulino Oliveira do (2016). Imigrantes Oeste-africanos, Emprego e Habitação: Uma Política d(e) Integração Coerente(s) em Cabo Verde?. Monografia de graduação não publicada, Universidade de Cabo Verde, Praia, Cabo Verde.
- Cardoso, Manuela (2011). Migrações e APD: efeitos nas alterações socioeconómicas de Cabo Verde. In XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Diversidades de (Des)Igualdades. Salvador: UFBA. Recuperado em 14/09/2017, de: http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1306801479_ARQUIVO_emigracaoeAPD-efeitosemCaboVerde1.pdf
- Comissão Interministerial para o Estudo e Proposição das Bases da Política de Imigração (CIMI) (2010). Imigração em Cabo Verde: Subsídios para a política nacional de imigração. Praia: CIMI.
- Deliberação n.º 21, de 18 de dezembro de 2011. Cria o dia Municipal do Imigrante no Município da Praia. Câmara Municipal da Praia: Assembleia Municipal.
- Deliberação n.º 47, de 10 de dezembro de 2009. Aprova regulamento para atribuição de apoios à comunidade imigrante no Município da Praia. Câmara Municipal da Praia/Assembleia Municipal.
- Deliberação n.º de 6 de agosto de 2009. Que regulamenta a atribuição de apoios a crianças do ensino pré-escolar. Câmara Municipal da Praia: Assembleia Municipal. (o documento foi consultado pessoalmente, não contendo o número da deliberação).
- Decreto-Legislativo n.º 19/2011, de 28 de fevereiro de 2011. Cria a Unidade de Coordenação da Imigração. Suplemento ao Boletim Oficial da República de Cabo Verde - I Série, n.º 9 de 28 de fevereiro de 2011.
- Delgado, José Pina (2013). Posfácio - Confrontando o novo paradigma migratório de Cabo Verde com políticas e com o Direito: depois do diagnóstico, a gestão de contingentes? In Marcelino, Pedro F. (2013). O novo paradigma migratório dos espaços de trânsito africanos - inclusão, exclusão, vidas precárias e competição por recursos escassos em países tampão: o caso de Cabo Verde. Cabo Verde: Ilhéu Editora.
- Figueiredo, Joana M. (2005). Fluxos Migratórios e Cooperação para o Desenvolvimento: Realidades combatíveis no contexto Europeu? Dissertação de mestrado, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa, Portugal. Recuperado em 14/09/2017, disponível em: http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Col_Teses/3_JMF.pdf
- Furtado, Carmem L. T. Barros (julho, 2015). O Desafio da Coerência na gestão da imigração e na implementação da Estratégia Nacional de Imigração.

In workshop intitulado “Operacionalizar um Painel de Indicadores para Medir a Coerência de Políticas e a Coerência Institucional para a Migração e Desenvolvimento: a Experiência de Cabo Verde”. KNOMA: Praia

Gomes, Davidson Arrumo (2010). Integração da Comunidade da Guiné-Bissau em Cabo Verde: O Caso da Cidade da Praia. Monografia não publicada, Universidade de Cabo Verde, Praia, Cabo Verde.

Lei n.º 18/II/82, de 7 de maio de 1982. Ratifica o protocolo sobre a livre circulação de pessoas, o direito de residência e de estabelecimento da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) assinado em Dakar, em 29 de maio de 1979. 5.º Suplemento ao Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 18, pp.4-8. Cabo Verde: Assembleia Nacional Popular.

Marcelino, Pedro F. (2013). O novo paradigma migratório dos espaços de trânsito africanos - inclusão, exclusão, vidas precárias e competição por recursos escassos em países tampões: o caso de Cabo Verde. Cabo Verde: Ilhéu Editora.

Programa de governação do município da Praia (2008-2012, p. 36). Recuperado em 15/09/2017, de: http://www.cmp.cv/images/docs_downloads/PG_CMP.pdf

Programa de Governação do Município da Praia 2012-2016. Recuperado em 14/09/2017, de: http://www.rtc.cv/admin/imgBD/candidatos/Programa%20para%20a%20C%C3%A2mara%20Municipal%20da%20Praia%202012_2016_JS.pdf

Protocol A/P.1/5/79 relating to free Movement of Persons, Residence and Establishment. Abuja: ECOWAS.

Resolução n.º 3/2012, de 23 de janeiro. Estratégia Nacional de Imigração (ENI). Gabinete do Ministro-Adjunto do Primeiro-Ministro. Praia: UCI.

Resolução n.º 16, de 22 de maio de 2006. Programa do governo da VII legislatura. Suplemento ao Boletim Oficial de Cabo Verde, I Série, n.º 14, p. 407. Cabo Verde: Conselho de Ministros.

Resolução n.º 22, de 14 de junho de 2011. Programa do governo para a VIII legislatura. Suplemento ao Boletim Oficial de Cabo Verde, I Série, n.º 20. Cabo Verde: Conselho de Ministros.

Riccio, Bruno (2001). Disaggregating the transnational community Senegalese migrants on the coast of Emilia-Romagna. European Union: University of Bologna.

Rocha, Eufémia Vicente (2009). Mandjakus são todos os africanos, todas as gentes pretas que vêm de África: xenofobia e racismo em Cabo Verde. Dissertação não publicada, Universidade de Cabo Verde, Praia, Cabo Verde.

Rocha, Eufémia Vicente (janeiro/abril, 2013). Migração na África Ocidental e Cabo Verde: uma relação recente? In Ciências Sociais Unisinos, n.º 49(1), pp.12-19.

Rodrigues, Nancy L.; Coutinho, Kathleen R.G. and Do Canto, Paulino O. (2017). People and Society in the Economic Community of West African States, with

- a Special Focus on Cabo Verde. In CORDESIA, Bulletin, N.º 3/2017 (no prelo).
- Siegel, Melissa and McGregor, Elaine (21/07/2015). "Policy and Institutional Coherence for Migration and Development: A Dashboard". In workshop intitulado "Operacionalizar um Painel de Indicadores para Medir a Coerência de Políticas e a Coerência Institucional para a Migração e Desenvolvimento: a Experiência de Cabo Verde". KNOMA: Praia
- Schnapper, Dominique (2008). *Intégration nationale et intégration des migrants: Un enjeu européen*. Fondation Robert Schuman: Question d'Europe, n.º 59.

Colonialidade e Pós-Colonialidade: Uma Interrogação Permanente

Susana Pimenta, Orquídea Ribeiro

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

spimenta@utad.pt, oribeiro@utad.pt

Resumo

A fim de estimular o debate em torno dos “passados” do império colonial português, pretende-se, com o presente artigo, revisitar os conceitos “colonialidade” e “pós-colonialidade”, refletindo sobre a questão da memória pós-colonial e sobre o peso que o passado colonial exerce sobre as relações sociais e culturais do presente.

Palavras-chave: Colonialidade, pós-colonialidade, memória.

Abstract

In order to stimulate the debate about the “pas” of the Portuguese colonial empire, this article intends to revisit the concepts of “coloniality” and “post-coloniality”, reflecting on the question of postcolonial memory and on the weight that the colonial past has on present social and cultural relations.

Keywords: Coloniality, postcoloniality, memory.

1. “O Modo Português de Estar no Mundo”: um Passado-Presente

A construção da imagem colonial faz parte do processo da memória da expansão marítima portuguesa. A memória dos Descobrimentos, inscrita no património cultural material e imaterial, foi modelada, recriada, adaptada e transmitida de geração em geração quer através da memória coletiva quer através da memória erudita (Bethencourt, 2000, p. 442), sendo assim “um caleidoscópio multi-forme e de cores sempre em mudança conforme o ponto de observação, que hoje tem inúmeras leituras possíveis” (Oliveira e Costa, 2014, pp. 11-12). A

memória coletiva fixa-se “em função de determinadas conjunturas políticas e sociais, que seleccionam pontos focais do passado em função das necessidades de explicação e orientação do presente” (Bethencourt, 2000, p. 442).

A *colonialidade* portuguesa é revestida por imagens construídas pela narrativa imperial e de carácter lusotropical, que cimentam o “modo português de estar no mundo”, pressupondo-se que “o povo português tem uma maneira particular, específica, de se relacionar com os outros povos, culturas e espaços físicos, maneira que o distingue e

individualiza no conjunto da humanidade” (Castelo, 2011, p. 13). O passado imperial é visto como um “passado-presente”, que a *pós-colonialidade* tem como objetivo analisar e expor publicamente as remanescências daquele na sociedade do presente. Procura-se assim desconstruir a narrativa colonial e decifrar a sociedade sob o prisma de uma herança colonial.

Sobre a questão da memória pós-colonial e sobre o peso que o passado exerce sobre as relações sociais do presente, Marie-Claude Smouts afirma ter havido um silêncio, um eclipse de memória, e denuncia o atraso na discussão pública do passado colonial e a relutância em relação aos estudos pós-coloniais na academia e na política, francesas (Smouts, 2008, p. 91). Atualmente, reivindica-se uma memória pós-colonial por força das migrações e por força do fenómeno geracional: os atores sociais implicados rompem com o silêncio dos ascendentes e querem saber “qui était qui, qui a fait quoi, de connaître leur histoire à côté de celle – assez franco-française – qu’on leur enseigne” (Smouts, 2008, p. 93).

Também existe esta reivindicação por parte de investigadores que têm

um passado colonial e dos que consideram o pós-colonial um objeto científico relevante, legítimo e socialmente interventivo e necessário. Apesar destas movimentações, o pensamento pós-colonial surge a um ritmo diferente na esfera social e na esfera científica. Ao contrário do contexto anglófono, onde a pós-colonialidade partiu da academia, em França, o ‘pós-colonial’ é uma demanda dos próprios atores sociais, que exigem uma memória, mesmo que não seja uma “*mémoire heureuse*”, usando a expressão de Paul Ricoeur, na obra *La mémoire, l’histoire, l’oubli* (2000). A construção da memória e a instrumentalização do passado devem ser distintos, pelo que construir uma memória colonial não significa abrir uma guerra de memórias nem exige arrependimento, mas, antes, a construção em conjunto de uma história em comum e partilhada: “C’est du vivre ensemble qu’il s’agit” (Smouts, 2008, p. 94). Durante muito tempo, a construção do “outro” implicava a recusa em partilhar com ele um tempo ou um património comuns. Daí que devolver a história àqueles que dela foram privados constitui um projeto de relevância no âmbito dos estudos pós-coloniais.

2. Conceitos e Contextos

Nos inícios dos anos 80, do século XX, surge o conceito de “pós-colonial” no meio académico anglófono, que desde então resiste a uma definição concreta. Os estudos pós-coloniais são, segundo Boaventura Sousa Santos, um “produto da ‘viragem cultural’ das Ciências Sociais” (Santos, 2001, p. 30). É uma corrente, protagonizada essencialmente por autores diaspóricos, nascidos nos países colonizados e fixados no Ocidente, que vêm propor uma

releitura crítica do colonialismo e uma reflexão sobre a experiência colonial, tais como Edward Said, Homi Bhabha, Aimée Césaire, Frantz Fanon, Albert Memmi, Amílcar Cabral, Gayatri Spivak ou Stuart Hall. Trata-se de uma análise vanguardista “dos processos de cristalização de estereótipos e de juízos de valor que dominam a formação de opinião, quanto dos mecanismos pelos quais certas ideias se difundem como indiscutíveis e generalizantes”

(Augel, 2007, p. 127). Logo, numa pluralidade de propostas, os estudos pós-coloniais pretendem descentrar e reescrever o decurso histórico colonial. A pós-colonialidade tem como âncora a interrogação sobre as consequências da dominação europeia (Clavaron, 2015, p. 7), pretende “interromper eficazmente os discursos hegemónicos ocidentais” e contribuir para “destruir a subalternidade do colonizado” (Santos, 2001, p. 31).

O termo “pós-colonial” serve para descrever toda a cultura afetada pelo processo imperial desde a colonização aos dias atuais. Talvez pelo caráter heterogêneo e problemático, os estudos pós-coloniais nem sempre tenham sido bem aceites na academia, apesar dos mesmos proliferarem. Aliás, como refere Graham Huggan, em *The Post Colonial Exotic* (2001), os estudos pós-coloniais tornaram-se “distinctly fashionable; ‘postcolonial’ is a word on many people’s lips, even if no one seems to know quite what it means” (Huggan, 2001, p. 1).

Stuart Hall, no texto “Quando foi o pós-colonial? Pensando no limite” (2003), apoiando-se na posição de Ella Shohat, critica o pós-colonial pela “ambiguidade teórica e política”, pela “multiplicidade vertiginosa de posições”, pelos “deslocamentos universalizantes e anistóricos” e pelas “implicações despolitizantes” (Hall, 2003, p. 102); o autor recorda ainda a perspetiva de Anne McClintock que considera que o

pós-colonial “funde histórias, temporalidades e formações raciais distintas em uma mesma categoria universalizante” (Hall, 2003, p. 102). Ambas as autoras criticam o facto de o conceito ser utilizado para marcar o fim de um período, como se “o colonialismo e seus efeitos estivessem definitivamente terminado” ou para a exaltação ou para “uma celebração do chamado fim do colonialismo” (Hall, 2003, p. 102).

Em síntese, e de acordo com a classificação de Frank Schulze-Engler apresentada por Augel (2007, pp. 140-142), existem cinco noções do “pós-colonial”, ligadas entre si. Vulgarmente, o termo é usado (1) enquanto adjetivo (onde o prefixo “pós-” determina a marcação cronológica a partir das independências) e enquanto (2) denominação geográfica, quando se refere às nações saídas da situação colonial; por outro lado, (3) trata-se de uma teoria, designada “teoria pós-colonial”, que aborda diferentes conceitos teóricos pós-modernos e pós-estruturalistas para literaturas, culturas e sociedades nos territórios ex-colonizados, marcando uma direção teórica específica aplicada na crítica literária e nas ciências da cultura, associada à (4) disciplina científica “estudos pós-coloniais”. Por fim, considera-se “pós-colonial” (5) um termo político, que designa um leque de correntes anticoloniais ligadas à ideia de libertação do oprimido, ou ainda uma forma de ativismo ou intervenção.

3. Colonialidade e Pós-Colonialidade

Em Portugal, e atualmente, há já um conjunto de autores e trabalhos que dá corpo à crítica pós-colonial; são eles Boaventura Sousa Santos e Maria Paula Meneses, de quem se destaca a coletânea *Epistemologias do Sul*

(2009), Manuela Ribeiro Sanches, com a organização de *“Portugal não é um país pequeno”: como contar o ‘império’ na pós-colonialidade* (2006), ou ainda Margarida Calafate Ribeiro e António Sousa Ribeiro com *Geometrias da*

memória: configurações pós-coloniais (2016). De abordagem teórica, transdisciplinar e numa dinâmica anacrónica de desconstrução da colonialidade, estes estudos pós-coloniais são um resgate da memória e um questionamento de “inverdades” históricas ou culturais que sustentam e legitimam a hegemonia cultural do Ocidente.

Atribuir ao “pós” uma conotação cronológica seria supor que o “colonial” está finalmente ultrapassado, o que poderia permitir, em Portugal, “uma revisitação mais ou menos pacificada de um passado que se deseja definitivamente morto e enterrado” (Sanches, 2011, p. 10), o que não se verifica, pois “a memória da guerra colonial, os conflitos sobre uma descolonização apelidada de ‘exemplar’ ou ‘desastrosa’ revelam, no caso português, o modo como as feridas continuam abertas, sobretudo nas gerações que as presenciaram” (Sanches, 2011, p. 10).

O pós-colonial diz antes respeito à reflexão que é feita do processo da colonização e ao estudo dos efeitos deste, seja na era colonial seja na era da pós-independência. Os estudos pós-coloniais surgem assim para um desmascaramento do etnocentrismo europeu e imperialista, numa espécie de escarpelização do colonial. Neste sentido, o pós-colonial pode ser ainda a “expressão de uma produção tanto ficcional ou poética quanto teórica que espelha e questiona [a] herança e as relações dentro dos binómios colonizador/colonizado, centro/periferia, Primeiro/Terceiro Mundo” (Augel, 2007, p. 125).

Esta viragem ocorre a partir da segunda metade do século XX, com o movimento da negritude, que aponta

as primeiras propostas anticoloniais, a reivindicação do direito à independência e a afirmação da identidade africana. Esta revolução cultural e identitária é um dos marcos determinantes para vincular “o pensamento e as práticas políticas que também contribuíram decisivamente, não para o fim do (neo)colonialismo, mas para o seu questionamento radical” (Sanches, 2011, p. 11), pois sem a negritude o anticolonialismo ou a visão pós-colonial não existiriam. Pensar a negritude permitiu “questionar os preconceitos raciais e culturais que [...] continuam a assolar as sociedades contemporâneas” (Sanches, 2011, p. 11), já que sempre houve uma “distância abissal que ia da imagem da ‘nação una’ às duras realidades do mundo colonial” (Alexandre, 2017, p. 242).

A pós-colonialidade é, deste modo, reinterpretar lusotropicalismos (que porventura ainda existam) e desligar a memória cultural da nostalgia, elemento perturbador e deturpador de uma hermenêutica cultural isenta de ideologias. Segundo João Leal, “cada nação assenta num consenso centrado não só no que recordar mas também sobre o que esquecer” (Leal, 2006, p. 79) e, se observarmos a pós-colonialidade portuguesa, uma das ideias estruturantes que os portugueses têm de si mesmos pode ser resumida à expressão “somos pequenos, mas já fomos grandes”, ou seja, “a nostalgia do Império é uma das principais características dos discursos partilhados pelos portugueses sobre a identidade”, assente numa “espécie de hiperamnésia” no que se refere à época da expansão marítima (Leal, 2006, p. 78).

4. Afinal, o que é a Pós-Colonialidade em Portugal?

À pós-colonialidade importa sobretudo equilibrar a consciência do passado, corrigir silêncios e tornar visíveis elementos pertencentes aos campos colonial e anticolonial que permitam uma discussão crítica em equidade. Estimular o debate em torno dos “passados” do império colonial é, no contexto português, “propiciar os meios para uma reflexão mais fundamentada sobre o que somos e queremos ser” (Sanches, 2011, p. 13) numa sociedade da denominada “era da globalização”. A situação pós-colonial alimenta-se precisamente de “um novo modo de se entender o passado e o presente, olhando-os de um modo alternativo, numa revisitação, porventura, incómoda – e, por isso mesmo, tanto mais necessária – de um imaginário” (Sanches, 2006, p. 8), fundado em circunstâncias históricas concretas, mas que os regimes discursivos também ajudaram a construir, tal como a literatura, a história ou a antropologia, responsáveis pela criação de “comunidades imaginadas” e, em parte, pela construção da identidade cultural do povo português.

Hoje em dia, por um lado, a condição pós-colonial está associada ao trauma causado pela queda de um império glorioso, apesar de imaginado e reinventado a cada momento de crise identitária; por outro, articula-se com a colonialidade subtil que ainda reside no quotidiano da sociedade portuguesa e no modo de estar com as sociedades com as quais aquela se relacionou durante a colonização. Os trabalhos *Racismo em Português. O lado esquecido do colonialismo*, de Joana Gorjão Henriques (2016), ou *Portugal a Lápis*

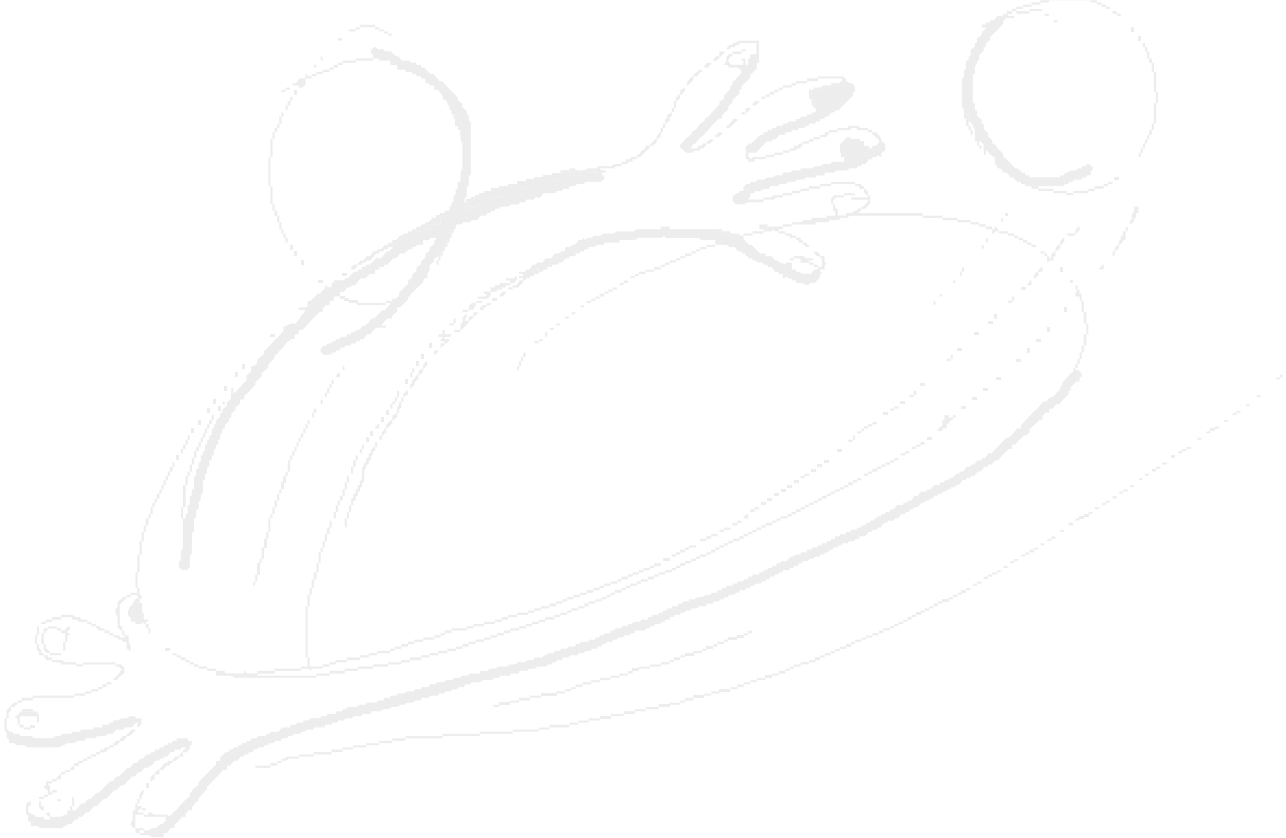
de Cor. A Sul de uma pós-colonialidade, de Sheila Khan (2015), demonstram não só o longo caminho que Portugal ainda terá de percorrer no combate aos estereótipos construídos pela narrativa imperial, como também o país que ainda não está disposto a ouvir as vozes da subalternidade silenciadas. Em Portugal existe discriminação racial e verifica-se que “imperava um consenso não só em torno de tradicionais ‘brancos costumes’ lusotropicalistas, mas também da ideia de que há que não falar em ‘raça’, para se evitar o racismo” (Sanches, 2011, pp. 11-12). “O que é a pós-colonialidade?” deve ser, portanto e forçosamente, uma “interrogação permanente” (Khan, 2011, p. 126) de carácter político e interventivo.

A “pós-colonialidade” é falar, em liberdade, de liberdade, anulando binómios e dicotomias de hierarquia vertical da situação colonial. A horizontalidade do debate pós-colonial oferece, na contemporaneidade, uma riqueza cultural que aponta para uma maior aproximação sociocultural dos países de língua portuguesa, com uma releitura do passado relativa, livre e descomprometida. O passado de um “império”, revestido de “exceção” e tapado por uma cortina “lusotropical”, é hoje tema ainda em discussão e, como tal, segundo Miguel Vale de Almeida, “a revisitação das narrativas coloniais portuguesas – do estado, dos saberes, das artes, das pessoas – é um empreendimento fundamental para compreender como se configura a comunidade de sujeitos e cidadãos debaixo da República Portuguesa hoje” (Almeida, 2006, p. 367).

Referências bibliográficas

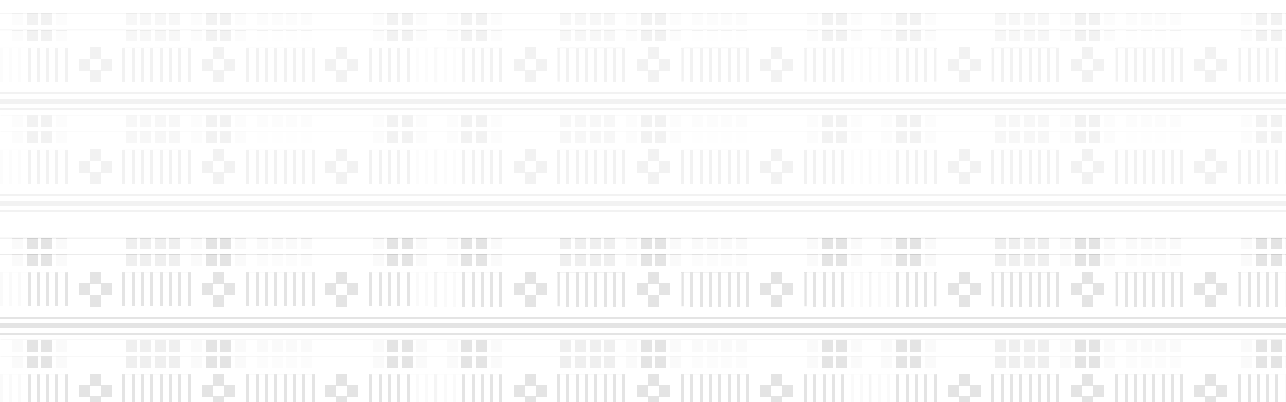
- Alexandre, V. (2017). *Contra o vento. Portugal, o império e a maré anticolonial (1945-1960)*. Lisboa: Temas e Debates. Circulo de Leitores.
- Almeida, M. V. (2006). “Comentário”. In: Sanches, M. R. (org.): *Portugal não é um país pequeno. Contar o império na pós-colonialidade*. Centro de Estudos Comparatistas/FLUL, pp. 359-367.
- Augel, M. P. (2007). *O desafio do escombros: nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guiné Bissau*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Bayart, J.- F. (2010). *Les études postcoloniales. Un carnaval académique*. Paris: Karthala.
- Bethencourt, F. (2000). “A memória da expansão”. In *História da Expansão Portuguesa*. Vol. V. Círculos de Leitores: 442-483.
- Castelo, C. (2011). “O modo português de estar no mundo”. *O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Biblioteca das Ciências do Homem. Edições Afrontamento.
- Clavaron, Y. (2015). *Petite introduction aux “postcolonials studies”*. Paris: Kime.
- Hall, S. (2003). “Quando foi o pós-colonial? Pensando no limite”. In *Da diáspora. Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, pp. 101-128.
- Henriques, J. G. (2016). *Racismo em Português. O lado esquecido do colonialismo*. Lisboa: Edições Tinta da China.
- Huggan, G. (2001). *The postcolonial exotic. Marketing the margins*. London and New York: Routledge.
- Khan, S. (2015). *Portugal a Lápis de Cor. A Sul de uma pós-colonialidade*. Coimbra: Edições Almedina.
- Leal, J. (2006). “O império escondido: camponeses, construção da nação e império na Antropologia portuguesa”. In: Sanches, M. R. (org.): *Portugal não é um país pequeno. Contar o império na pós-colonialidade*. Centro de Estudos Comparatistas/FLUL, pp. 63-79.
- Oliveira e Costa, J. P. (coord.), Oliveira, P. A., Rodrigues, J. D. (2014). *História da Expansão e do Império Português*. Esfera dos Livros.
- Ribeiro, A. S., Ribeiro, M. C. (Orgs.) (2016). *Geometrias da memória: configurações pós-coloniais*. Porto: Edições Afrontamento.
- Ricoeur, P. (2000). *La mémoire, l’histoire, l’oubli*. Paris: Editions du Seuil.
- Sanches, M. R. (2006). “Portugal não é um país pequeno: contar o ‘império’ na pós-colonialidade”. *Livros Cotovia*.

- _____ (2011): *Malhas que os impérios tecem. Textos anticoloniais, contextos coloniais*. Lisboa: Edições 70.
- Santos, B. S. (2001). “Entre Próspero e Caliban: Colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidade”. In Ramalho, I. e Ribeiro, A. S. (org.s). *Entre Ser e Estar – Raízes, Percursos e Discursos da Identidade*. Porto: Afrontamento, pp. 23-85.
- Santos, B. S., Meneses, M. P. (2009). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina.
- Smouts, Marie-Claude (2008). “La question de la mémoire postcoloniale”. In: *Transcontinentales*. Recuperado a 7 de janeiro de 2013 de <http://transcontinentales.revues.org/627>.
- Suchet, Myriam (2013). “Approches historiographiques”. In: Collectif Write Back (orgs.). *Postcolonial studies: modes d'emploi*. Presses Universitaires de Lyon, pp. 25-28.



III.

LINGUÍSTICA



Análise Linguística de Textos Jurídicos (Um Estudo Contrastivo)

Iva Svobodová

Universidade de Masaryk, Brno, República Checa
9255@mail.muni.cz

Resumo

O presente artigo visa apresentar os resultados principais de uma pesquisa contrastiva que foi realizada em dois textos jurídicos, e.g. Código Penal de Portugal e do Brasil, sendo o objetivo mais importante contribuir tanto para a área da Linguística Forense cujo objetivo, para além de uma série de outros aspetos, é estudar a relação entre a Lei e a Linguagem, como para a área de Tradutologia oficial e de Linguística Contrastiva. Neste texto sinóptico iremos resumir as propriedades convergentes e divergentes dos dois textos desde os pontos de vista sintático, semântico e, parcialmente, também, lexical. No que se refere ao nível da sintaxe, pretende-se verificar as propriedades internas das construções hipotáticas, e.g., orações completivas, relativas e circunstanciais, típicas dos códigos português e brasileiro. O aspeto semântico está associado ao problema da formulação das bases modais epistémicas e não epistémicas, do conteúdo verídico e não verídico, real e hipotético da proposição, e ainda outros. A parte lexical, que, no entanto, não é o principal objetivo da nossa investigação, também está incluída logo na introdução, por suscitar uma série de questões interessantes às quais não pretendemos dar resposta mas que gostaríamos de mencionar para incentivar para os futuros estudos.

Palavras-chave: Linguística forense, estudo contrastivo, linguagem legal.

Abstract

This article aims to present the most important results of a contrastive linguistic study of two legal texts, e.g. Brazilian and Portuguese Penal Code and one of the principal interest was to contribute to the Forensic Linguistic which aim is, beside a series of other aspects, to study the relation between the Law and the Language, and also to the area of the Official Translatology. In this synoptic study we are going to resume the most important convergent and divergent linguistic features of the compared texts in a syntactic, semantic and, partially also lexical level. As for the syntactic aspect, we compare the internal proprieties of the hypotactic clause constructions, e.g. completive, relative and circumstantial clauses in the Brazilian and Portuguese text. The semantic aspect is associated to the formulation the epistemic and non-epistemic modal values and the veridical and non-veridical character of the propositions. The lexical part, that is not, however, the most principal objective of our study, is also included to inspire the future studies.

Keywords: Forensic linguistic, contrastive study, legal language.

1. Introdução

Todas as línguas podem ser vistas como um conjunto de regras existentes a diferentes níveis linguísticos, possuindo um sistema complexo de fonemas, grafemas, morfemas, lexemas, semas e outros traços linguísticos que, porém, não garantem que estas sejam vistas como um sistema homogêneo. É, antes, pelo contrário: cada língua, independentemente da sua extensão geográfica e do número de falantes, apresenta um sistema heterogêneo, sobretudo, no eixo vertical, em que se encontram diferentes camadas socio-linguísticas (gíria, jargão, bordão, calão, etc.) e diferentes registos linguísticos, que, ao mesmo tempo, variam de acordo com o lugar que ocupam no eixo horizontal, isto é, o geográfico e dialetológico, tanto dentro como (no caso das línguas faladas em diferentes países do mundo) fora do seu principal território.

Um dos registos linguísticos que têm chamado, ultimamente, a nossa atenção, é o jurídico, sendo que também este apresenta um sub-sistema bastante complexo a nível da linguagem legislativa, judiciária, doutrinária, cartorária ou notarial. Um dos motivos que nos levou a estudar a linguagem legal é a cada vez mais crescente presença de habitantes dos países de língua oficial portuguesa fora do mundo lusófono e estes podem enfrentar, potencialmente, uma série de situações de conflito na vida social e quotidiana sob a forma de litígios, divórcios, guarda de menores, crimes, etc., isto é, situações que podem e devem ser resolvidas, com eficácia de coisa julgada, apenas pelos órgãos da administração de justiça. Com este motivo prende-se, consequentemente, a ocorrência cada vez mais frequente de processos judiciais em diversas áreas da lei cujos

participantes são, também, falantes nativos da língua portuguesa, o que faz aumentar, naturalmente, a demanda por traduções e interpretações oficiais da língua portuguesa no nosso país (República Checa), sendo habituais as situações em que o tradutor enfrenta dúvidas linguísticas, que são tanto maiores quanto mais variável é a origem geográfica dos participantes destes processos. E é a esta área que será dedicada a maior atenção ao longo do nosso trabalho, o qual não visa, de forma alguma, contribuir para aprofundar os conhecimentos dos peritos da área da Lei e do Direito, mas que é antes dedicada àqueles linguistas e tradutores que estão interessados em enriquecer os seus conhecimentos na área de linguística forense, contrastiva e de tradutologia oficial.

O presente trabalho tem, assim, como objetivo realizar uma análise linguística dos Códigos Penais (doravante CP) de Portugal e do Brasil, do ponto de vista linguístico-contrastivo e sincrónico (doravante designados como CPP e CPB respetivamente). Foi o alvo do nosso interesse observar até que medida a componente cognitiva se reflete na formulação sintática das ideias e do pensamento, e se esta formulação coincide ou difere nos textos estudados e confirmaremos, em vários momentos da pesquisa, a sua validade também fora da linguagem jurídica. Este último objetivo dificilmente seria alcançado sem o acesso ao corpus de Linguatca e os seus subcorpora CETENFolha (para o Português Brasileiro) e CETEMPúblico (para o Português Europeu).

Relativamente à metodologia, a nosso modo de ver, os códigos oferecem duas orientações de análise linguística

contrastiva: 1. lexicológica (sendo o objetivo principal analisar a terminologia e o acervo lexicológico típico de um ou outro código); e 2. sintático-semântica (sendo o objetivo principal comparar as

diferentes orações subordinadas desde os pontos de vista tanto formal como semântico), o principal aspeto por nós estudado.

2. Descrição da Pesquisa

O primeiro passo da investigação consistiu na classificação das estruturas hipotáticas em completivas, relativas e adverbiais. Estas foram submetidas à análise tanto formal como semântica. Há a notar que a análise linguística dos códigos foi realizada manual e individualmente, sem aplicação de linguística computacional, o que leva consigo a vantagem de garantia de uma análise qualitativa mais segura e profunda. Por outro lado, há também

duas desvantagens: para além do fator temporal, mencionemos, por menos que seja relevante, o fator de erro humano que pode desaguar numa eventual existência de desvios matemáticos, os quais, caso existam, resultariam insignificantes e não mudariam de forma alguma as nossas conclusões, cujo objetivo é constatar as tendências prevaletentes nos textos estudados e não o número precisamente definido das ocorrências.

2.1. Orações completivas

No que às orações completivas se refere, foram observados vários fatores: o caráter lexical e modal dos seus antecedentes e a sua influência na seleção da forma finita ou infinitiva do predicado da frase subordinada. Verificou-se que, do ponto de vista da natureza semântica dos antecedentes, os códigos apresentam uma simetria tipológica supreendente: foi verificado que os núcleos nominais dos antecedentes são sobretudo de caráter volitivo (*vontade, intuito, intenção, fim de + F*), os núcleos adjetivais mais frequentes têm o valor modal interno ao participante (*tendente a, adequado a, destinado a+F*) e no que aos núcleos verbais se refere, estes, em ambos os textos, apresentam, na maior parte das vezes, a natureza não epistémica (*obrigar, habilitar, constranger, levar, etc.*). De seguida, foi comparado o uso das formas finitas e infinitivas (tanto com como sem marcas da flexão), sendo

verificado que, no que às orações completivas se refere, tanto nos códigos, como a nível diatópico mais geral, as variedades apresentam uma evidente coincidência. A inclinação para uma ou outra forma depreende-se de vários fatores. Assim, quanto aos antecedentes nominais, foi verificado o uso das formas finitas no caso dos predicadores declarativos e dubitativos e uma evidente inclinação para o uso das formas infinitivas no caso dos outros antecedentes, isto é, daqueles que veiculam o valor modal de conhecimento, epistémico de possibilidade, deontico e volitivo. No caso das frases subordinadas adjetivas, foram verificadas apenas construções infinitivas, e no caso das orações completivas verbais, foi registada uma maior variabilidade, embora coincidente em ambos os textos e variedades; quando o verbo veicula o valor epistémico (de conhecimento, declarativos e de dupla seleção do modo) tanto

nos códigos como na Linguatca, são preferencialmente subcategorizadas as formas finitas. No caso dos verbos que veiculam o valor modal não epistémico (deontico, volitivo, de modalidade externa ao participante e de condição ou obrigação necessária), os resultados

da pesquisa falam a favor do uso das formas infinitivas, sendo, no entanto, no caso dos verbos volitivos transitivos diretos preferenciado o uso das formas finitas, tanto nos códigos como a nível mais geral.

2.2. Orações relativas

Enquanto que as orações completivas se apresentaram como predominantemente simétricas, no caso das orações relativas, os códigos começaram a mostrar tendências marcadamente divergentes. Nesse sentido, o CPB apresenta um valor factual e transparente, preferenciando, nas orações relativas livres introduzidas por *quem*, o uso do modo indicativo, sendo a sua estrutura [Quem+ F^V presente do indicativo]. Por outro lado, o CPP possui um valor modal, hipotético ou opaco, utilizando sempre o conjuntivo, ganhando a estrutura [Quem+F^V futuro do conjuntivo], como se pode reparar nos seguintes exemplos: CPP e CPB.

(1) *Quem criar, mantiver ou utilizar* ficheiro automatizado de dados individualmente identificáveis e referentes a convicções políticas, religiosas ou filosóficas, à filiação partidária ou sindical, à vida privada, ou a origem étnica, é punido com pena de prisão até 2 anos ou com pena de multa até dias.

(CPP 193º 1)

(2) É isento de pena *quem*, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima.

(CPB art. 20 §1º)

A mesma dicotomia reflete-se, igualmente, nas frases relativas restritivas, introduzidas por *que*, quando o antecedente nominal é definido, acompanhado pelo artigo definido ou qualquer

outro determinante na leitura atributiva. Assim, é típica do CPP a construção [SN leitura atributiva+que+ F-V futuro do conjuntivo] e do CPB : [SN leitura referencial+que+ F-V presente do indicativo].

Os códigos, no entanto, apresentam uma maior simetria quando o antecedente nominal da frase relativa foi acompanhado por um determinante não definido /um, outro, qualquer,-/ na leitura não específica. É que em ambos os códigos, na maior parte das vezes, é usado o presente do conjuntivo: [SN leitura não específica+que+ F^V presente do conjuntivo], sendo, no entanto, em CPB, registado também o indicativo:[SN leitura não específica+que+ F^V presente do indicativo], como mostram os seguintes exemplos:

(3) É punido como reincidente quem, por si só ou sob qualquer forma de participação, cometer um crime doloso que deva ser punido com prisão efectiva superior a 6 meses

(CPP 75.1.)

(4) Equipara-se à coisa móvel a energia elétrica ou qualquer outra que tenha valor econômico.

(CPB Art. 155§ 3º)

(5) Incorre na mesma pena quem usa, guarda, possui ou detém qualquer dos papéis falsificados a que se refere este artigo;

(CPB Art. 293§1o)

Para além destes resultados, é digno de nota mais um: a frequência do pronome relativo quem que introduz as frases relativas livres. No código português, pertence aos relativos mais numerosos (representando 59%) enquanto no brasileiro é menos representado por um número mais baixo (42%). Esta diferença porcentual reflete a natureza divergente dos textos comparados: enquanto o CPP é, pelos vistos, mais sintaticamente desenvolvido, o CPB poderia ser caracterizado pelo atributo enciclopédico, formulando muitas disposições através das definições

dicionarísticas, como mostram os exemplos 6 e 7:

(6) Quem destruir, no todo ou em parte, danificar, desfigurar ou tornar não utilizável coisa alheia, é punido com pena de prisão até 3 anos ou com pena de multa.

(CPP 212°)

(7) Destruir, inutilizar ou deteriorar coisa alheia:

Pena detenção, de um a seis meses, ou multa.

(CPB Art. 163).

2.3. Orações adverbiais

No que se refere às orações adverbiais, às mais frequentes, em ambos os códigos pertencem as condicionais e temporais.

No caso das orações condicionais, que em ambos os códigos foram as mais numerosas (em CPP 64% e em CPB 89%), foi verificada a predominância do conector mais universal *se* e a tendência de evitar o uso dos outros conectores. Em ambos os códigos prevalecem as orações monocondicionais de condição suficiente, introduzidas por *se*, sendo registadas ocorrências muito esporádicas de condição necessária (*só+F⁺*, *se+F⁺* ou *F⁺*, *só se +F⁺*). Relativamente às formas finitas e ao modo utilizado, a linha divisória que começou a ser traçada nas orações relativas, continua também no caso das adverbiais condicionais e temporais (como se verá adiante), refletindo a supradita dicotomia semântica da proposição: factualidade/transparência *versus* hipotecidade/opacidade como provam os seguintes exemplo:

(8) Se o fato é cometido sob coação irresistível ou em estrita obediência a ordem, não manifestamente ilegal, de

superior hierárquico, só é punível o autor da coação ou da ordem.

(CPB Art. 22)

(9) Se o erro lhe for censurável, o agente é punido com a pena aplicável ao crime doloso respectivo, a qual pode ser especialmente atenuada.

(CPP 17° 2)

No caso das orações temporais, que em ambos os códigos ocupam o segundo lugar do ponto de vista do número das ocorrências (em CPP 33% e em CPB 12%), o conector mais utilizado foi quando. No entanto, a maior parte das orações encontradas apresentaram-se na interpretação condicional. Analogamente às orações condicionais, a classificação destas orações temporais-condicionais divide-se em três tipos: 1. temporais com o valor de monocondicionais de condição suficiente; 2. temporais com o valor monocondicionais de condição necessária; e 3. temporais com o valor de bicondicionais indiretas, sendo prevaletentes as do primeiro tipo. Relativamente às formas finitas, como já se tinha antecipado, foi observada a mesma tendência

como nos dois casos anteriores: isto é, o prevalecente uso do modo conjuntivo em CPP e do indicativo em CPB. No caso das frases introduzidas por quando, no entanto, foi também muito frequente o uso do futuro do conjuntivo em CPB (30%).

(10) A ação pública é promovida pelo Ministério Público, dependendo, quando a lei o exige, de representação do ofendido ou de requisição do Ministro da Justiça.

(CPB

Art. 100§ 1º)

(11) Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve: I violência doméstica e familiar; II menosprezo ou discriminação à condição de mulher. (CPB Art. 121 VII § 2oA)

Nas orações tanto condicionais como temporais com o valor condicional, o conjuntivo implica uma condição hipotética, isto é, no domínio do fato julgado retrata-se um tipo de situação baseado na falta de evidências diretas quanto à realização do evento descrito, não sendo excluída, no entanto, a sua existência hipotética no futuro. Ao contrário, o código brasileiro, na nossa perspectiva, parte da atualização do conteúdo do código no momento de ser julgado o crime, que tal como o seu agente é identificado no momento da leitura e da aplicação das penas e da existência do referente concreto na cadeia anafórica

num intervalo de tempo anterior ao momento da enunciação.

Do ponto de vista da percepção do valor modal hipoteticidade *vs* factua-lidade por parte do leitor do código, no entanto, os dois modos não refletem a supradita dicotomia, percebendo o leitor dos códigos todas as disposições como hipotéticas.

Há a notar que as divergências relativas ao uso do modo nas condicionais podem ser consideradas como sendo específicas dos códigos penais, porque tal diversidade, na verdade, não foi verificada a nível de PE e PB. Os dados dos *corpora* CETEMPúblico e CETENFolho apontam, antes pelo contrário, para um uso muito afim e simétrico, privilegiando ambas as variedades o uso do futuro do conjuntivo. Uma das explicações dadas por especialistas da área da lei e do direito penal, releva que esta dicotomia poderia se explicada pela dicotomia geográfica (Grã-Bretanha *versus* Estados Unidos da América) que se reflete na conceção dos códigos e, teoreticamente, poderia ser justificada pela influência anglosaxónica em CPP e a influência americana em CPB. No entanto, não tendo encontrado referências bibliográficas sólidas que possam sustentar tal tese, deixamos esta parte da conclusão em aberto para possíveis estudos no futuro. Em nossa opinião, a dicotomia indicativo *vs.* conjuntivo está associada, do ponto de vista linguístico, à interpretação que expusemos nos esquemas 5 e 6.

3. Considerações Finais

O português caracteriza-se, como a maioria da línguas faladas no mundo, por uma diversidade bipolar: de um lado, temos a norma culta e homogênea, válida universalmente nos países da língua portuguesa, e, por outro lado,

há uma enorme heterogeneidade tanto a nível horizontal, isto é, diatópico, como a nível vertical que conta com uma diversidade no plano sociolinguístico, estilístico e pragmático. O nosso trabalho visou, neste sentido, por um

lado, apoiar a visão da uniformidade da língua portuguesa, e, por outro lado, ao mesmo tempo, chamar a atenção para as especificidades diatópicas que podem existir no âmbito de uma língua culta padrão.

Nesse sentido, o nosso estudo visou provar que as duas variedades da norma culta, pertencentes a um sistema matriz, apresentam-se tipologicamente como muito idênticas: isto é, do ponto de vista da distribuição percentual das diferentes estruturas, por exemplo, são verificadas tendências

convergentes. Também as orações completivas, quanto à sua caracterização formal e semântica apresentaram uma coincidência quase absoluta. Já no que às orações adverbiais e relativas diz respeito, os códigos divergem marcadamente. O código português poderia ser, portanto, caracterizado, do ponto de vista, como um texto hipotético, modal e opaco, com estruturas desenvolvidas, enquanto o texto brasileiro apresenta-se como um texto factual, baseado na descrição real e transparente, embora com tendência para a redução sintática e enciclopédica.

Referências Bibliográficas

- Damião, R.; Henrique, A. (2007). Curso de Português Jurídico. São Paulo: Editora Atlas.
- Fauconnier, G. (1997). Mappings in thought and language. Cambridge: Cambridge University Press.
- Fauconnier, G. (1994). Mental spaces: aspects of meaning construction in natural language. Cambridge: Cambridge University Press.
- Ferrari, L. V. (2001). Construções gramaticais e a gramática das construções condicionais. Scripta, Belo Horizonte, PUC Minas, Linguística e Filologia, v. 5, n. 9, p. 143-150.
- Ferrari, L. V. (2000). Os parâmetros básicos da condicionalidade na visão cognitivista. Veredas: Revista de Estudos Linguísticos, Juiz de Fora, EDUFJF, v. 4, n. 1, p. 21-30, jan./jun.
- Goldberg, A. (1995). Constructions: a construction grammar approach. Chicago: University Press.
- Hirata-Vale, F.B. (2005). A expressão da condicionalidade no português escrito do Brasil: continuo semântico-pragmático. Doutorado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Unesp de Araraquara.
- Kratzer, A. Modality (1991). In A. von Stechow & D. Wunderlich (orgs.) Semantics. Berlin: de Gruyter, pp. 639-650.
- Lopes, Ó. (1972). Gramática Simbólica do Português. Instituto Gulbenkian de Ciência, Lisboa.
- Lopes, A.C.M. (2009). Contributos para o estudo de construções condicionais não canónicas em Português europeu contemporâneo. In: Diacrítica, Ciências da Linguagem, v. 23, n.1.

- Lobo, M. (2013). Subordinação adverbial. In Raposo E.B.P. (orgs.). Gramática do Português, v II, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, p. 1901-2057.
- Marques, R. (1995). Sobre o valor dos modos conjuntivo e indicativo em português. Dissertação de Mestrado em Linguística Portuguesa Descritiva. 1995. 181 p. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Marques, R. (1999). Variações de forma e sentido em construções condicionais. In: *Actas do XIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Vol. II, Braga: Associação Portuguesa de Linguística, p. 219-238.
- Marques, R. (2000). O Modo em Condicionais Contrafactuais e Hipotéticas. In: *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, p. 349-361.
- Marques, R. (2001). Sobre a Distribuição do Modo em PE e em PB. In: *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, p. 699-713.
- Marques, R. (2004). On the system of mood in European and Brazilian Portuguese. In: *Journal of Portuguese Linguistics*, n. 3, p. 89-109.
- Marques, R. (2014). Modalidade e condicionais em português, *ReVeL* v. 12, n. 8, p. 106-130. Disponível em: <http://www.revel.inf.br/en/edicoes/?id=35>.
- Nascimento, E. D. (2007). Linguagem forense. São Paulo: Saraiva.
- Palmer, F. (1986). Mood and Modality. Cambridge: Cambridge University Press/ Textbooks in Linguistics.
- Peres, J.A., Móia, T. e Marques, R. (1999). Sobre a Forma e o Sentido das Orações Condicionais em Português. In: Faria, I. H.M. (orgs.), *Lindley Cintra, Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*, Lisboa: Edições Cosmos / Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 627-653.
- Polášek, M. (2015). Non-Finite Embedded Clauses in Portuguese. 2015. 212 p. Dissertação de Doutoramento. Faculdade de Letras da Universidade de Masaryk Brno. Rep.Checa.
- Ramos, J. J. de S.C. (2012). Introdução ao português jurídico. Praga: Karolinum.
- Ramos, J. J. de S.C. (2017). Ocorrência e interpretação dos verbos modais ‘dever’ e ‘poder’ em contexto jurídico: contributos para uma análise juslinguística. 2017. 207 p. Dissertação de Doutoramento. Faculdade de Letras da Universidade Carolina. Praga. Rep.Checa.
- Raposo, P., Bacelar, M., Coelho, M., Segura, L., Mendes, A., com colaboração de Vincente, G. e Veloso, R. (2013). Gramática do português: Volume I,II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Roxo, M. R. (2011). Condutas sociais em construções condicionais preditivas, epistêmicas e pragmáticas no discurso jurídico oral. *Estudos Linguísticos*, v. 40, n. 1, São Paulo, p. 133-142.
- Santos, D. (2016). Português internacional. In: José Teixeira (ed.). *O Português*

como Língua num Mundo Global: problemas e potencialidades. Centro de Estudos Lusíadas da Universidade do Minho, p. 51- 68.

Svobodová, I. (2014). Sintaxe da Língua Portuguesa. UniPress. Universidade de Masaryk. Brno. Rep. Checa.

Sweetser, E. (1990). From Etymology to Pragmatics, Metaphorical and cultural aspects of semantic structure. Cambridge University Press, Cambridge.

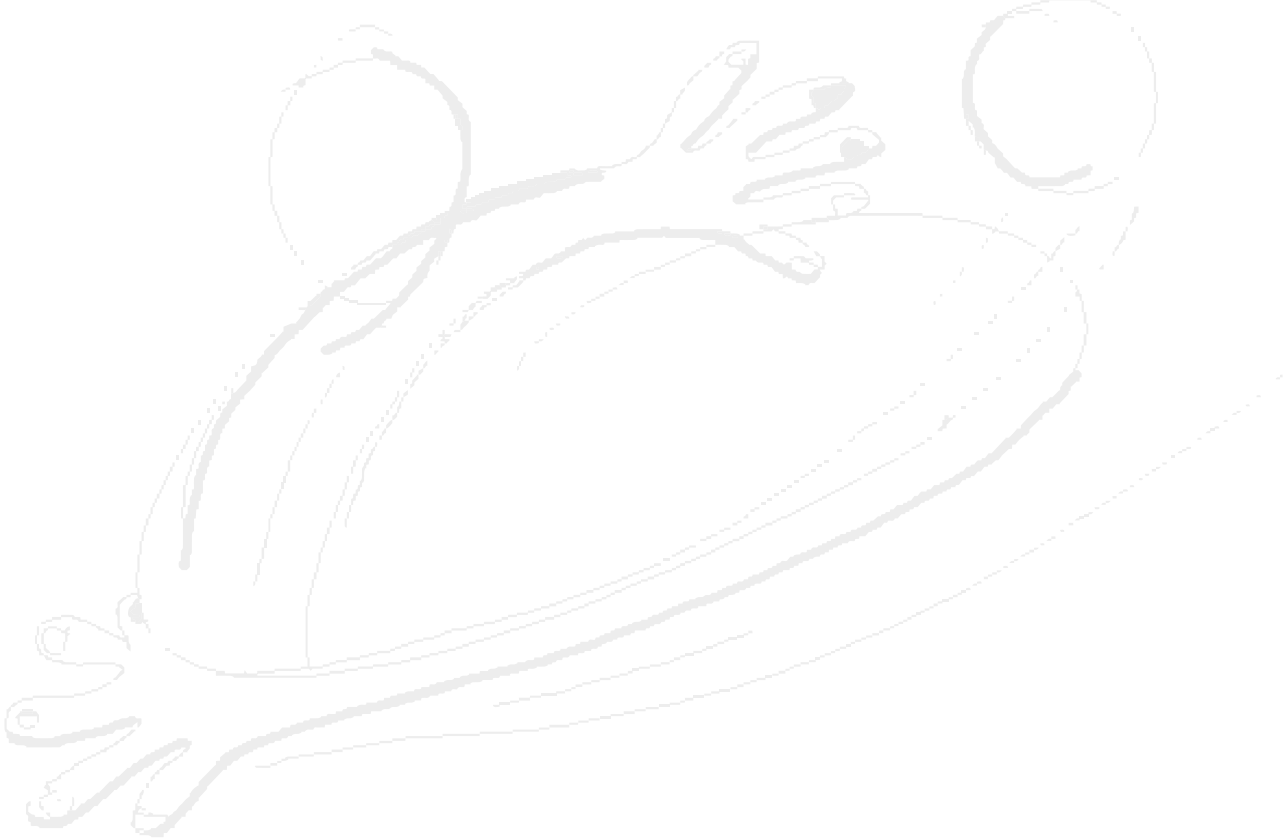
Xavier, R. (2006) Português no Direito. Rio de Janeiro: Editora Forense.

Corpora linguísticos:

Código Penal de Portugal, atualizado de acordo com a Lei n.º 30/2017, de 30 de Maio

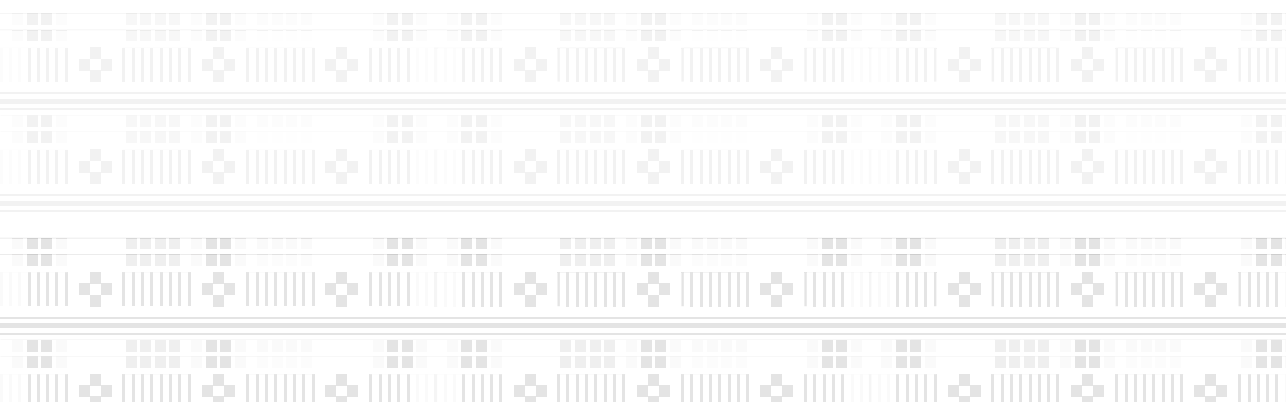
(Transpõe a Diretiva 2014/42/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 3 de abril de 2014, sobre o congelamento e a perda dos instrumentos e produtos do crime na União Europeia)

Código Penal do Brasil, atualizado e compilado //www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Decreto-Lei/Del2848compilado.htm.



IV.

LITERATURA



Memória e Identidade em “A Gloriosa Família”, de Pepetela

Fernando Alberto Torres Moreira

*Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro / CEL /CITCEM
fmoreira@utad.pt*

Relembrar nunca é um ato tranquilo de introspeção ou retrospeção, é um doloroso re-lembrar, uma regressão do passado, desmembrado para compreender o trauma do presente. Essa é a memória da raça e do racismo, do colonialismo e da questão cultural

(Homi Bhabha)

Na tradição africana a vida individual não existia: só existia a vida familiar e, por extensão, a comunitária, que constituía o próprio tecido da sociedade e garantia a sua salvaguarda. A noção de família era extremamente ampla em África. Ela estendia-se na verdade a todo o clã.

(Amadou Ampâté Bâ)

Resumo

Pepetela aborda, em *A Gloriosa Família*, aspetos marcantes da história da cultura portuguesa, nomeadamente, no que diz respeito a momentos-chave da unidade do império em meados do século XVII; o tráfico de escravos, a ação da Inquisição, a perseguição aos judeus são outros tantos elementos marcantes, abordados pelo autor na sua obra que chega ao leitor pela voz de um escravo que, naturalmente, empresta à matéria narrada uma perspetiva diferente do discurso oficial. Expor o ambiente histórico-cultural presente neste romance histórico e, nomeadamente, o “diálogo” entre a versão oficial dos factos e a perspetiva de um ator nunca reconhecido é o objetivo desta proposta de comunicação.

Palavras-chave: Pepetela, memória, identidade, história de Angola.

Abstract

Pepetela discusses in *The Glorious Family* aspects of the history of Portuguese culture, particularly with regard to key moments of the unity of the empire in the mid-seventeenth century; the slave trade, the action of the Inquisition, the persecution of the Jews are other striking elements addressed by the author in his work that reaches the reader through the voice of a slave who, naturally, lends a different perspective to the official discourse. Exposing the historical-cultural

environment present in this historical novel and in particular the "dialogue" between the official version of the facts and the perspective of an actor never recognized is the purpose of this communication proposal.

Keywords: Pepetela, memory, identity, Angola's history.

Qual o ambiente histórico-cultural do romance *A Gloriosa Família*, de Pepetela?

A estória deste romance tem início em fevereiro de 1642 (cinco meses após a ocupação holandesa do litoral angolano – Luanda e Benguela – concretizado em 25 de agosto de 1641) e termina em agosto de 1648, aquando da expulsão dos flamengos.

É, em termos da narrativa, uma estória com fim anunciado, uma crónica de limite temporal pré-determinado – uma das personagens, Matilde, ‘teve’ uma visão que anunciava o fim da ocupação flamenga, concluídos sete anos após o seu estabelecimento nessa faixa territorial angolana. A história, também ela coincidindo com uma previsão de um padre jesuíta, impôs a sua lei à ficção.

Patrícia Prado lê a formatação histórica da obra de Pepetela como um artifício de semelhança (leia-se reconstrução) com a realidade social de Angola pós-independência:

Devemos insistir que provavelmente um dos motivos que leva Pepetela a ambientar sua obra *A Gloriosa Família* no século XVII é a insatisfação referente à realidade social de Angola no período posterior à independência (Prado, 2009, s/p).

A asserção exposta é uma evidência interpretativa: Angola viveu uma re-formatação social e cultural após 1975 e foi necessário exumar fantasmas, assumir realidades históricas e culturais num processo cuja conclusão está

ainda longe de terminar. Concorde-se, por isso, de novo com Patrícia Prado quando afirma:

Revisitar o passado colonial inspirado na teoria pós-colonial não significa exumá-lo negando o processo histórico, mas identificar que os traumas do presente foram um legado construído e formatado pela sede colonialista lusitana vinculada ao auxílio dos angolanos que estruturaram as práticas do neo-colonialismo (Prado, 2009, s/p).

E Prado prossegue, exemplificando com o autor de *A Gloriosa Família*: “Pepetela reivindica para o povo angolano o papel de protagonista da sua própria história refutando assim a dominação cultural, mas não nega o hibridismo cultural no qual a nação é forjada” (Prado, 2009, s/p).

É nesta questão do protagonismo reclamado para o povo angolano, no quadro de um hibridismo cultural, que é a essência da sociedade angolana, que se alicerça a verdade da narrativa de Pepetela, que expõe um diálogo entre a versão oficial dos factos e a perspetiva apresentada, por um ator marginalizado, desses mesmos factos. Mas, sabemos-lo concludentemente: é na miscigenação das versões que se encontra a bisettriz que une – constitui – a verdade de ambas. Elisabeth Brose (2006, p. 106) refere os dois blocos textuais – quadros de referências históricas e a estória narrada pelo escravo mudo – que conduzem à construção do texto ficcional. Sendo correta esta asserção, entende-se, contudo, que o que

está em causa em *A Gloriosa Família* não é uma questão de ficcionalização dos acontecimentos, mas, antes, uma possibilidade de perspetiva histórica apresentada de um outro ponto de vista que não o do poder. Esta possibilidade de uma outra perspetiva histórica está visivelmente enunciada pelo escravo mudo no final da obra:

Mas se tão pouco valor me atribuía, então também não merecia o esforço de lhe fazer compreender o contrário, morresse com a sua ideia. Uma desforra para tanto desprezo seria contar toda a estória, um dia. Soube que o faria, apesar de mudo e analfabeto (Pepetela, 1997, p. 394).

Ou seja, a verdade da história da escravatura, a verdade da história dos arredados do poder haveria de surgir um dia. Fabrice Schurmans emite opinião concordante:

Percebe-se que o relato do escravo desvende o que a narrativa oficial tinha, ela própria, deixado de fora (...) fora-de-palco da História (...) fora dos limites do quadro oficial: veja-se. Por exemplo, a recorrência de descrições e de reflexões sobre a condição escrava (Schurmans, 2014, p. 120).

Esta afirmação vem, aliás, no mesmo alinhamento de uma significativa afirmação do escravo mudo que, reportando um facto histórico exposto por Oliveira de Cadornega, assume o seu papel (e o dos seus) no devir histórico:

[...] eu tenho sentido da história e da necessidade de a alimentar, embora os padres e outros europeus digam que não temos nem sabemos o que é História. Sou muito diferente do governador Pedro César de Meneses, que deixou se perderem todos os documentos de Luanda, até mesmo o foral assinado pelo rei a dar a essa sanzala grandes galões de cidade (Pepetela, 1997, p. 118).

Baltasar Van Dum, e a família híbrida que vai constituir marcando

simbolicamente o início da nação angolana multirracial e multicultural, é um dos protagonistas da obra, representando a narrativa que o poder faz da História; o escravo mudo, que o acompanha para todo o lado, na realidade a sombra de si mesmo que ele não reconhece, é o ator principal do outro lado da História que, até então, ninguém tinha contado – e que ninguém queria ouvir: este escravo é mudo duplamente, pois sendo-o fisiologicamente, representa também todos aqueles que, falando, nunca ninguém quis ouvir.

Baltasar e o escravo estão unidos por laços estranhos, apesar da condição de senhor e escravo; o primeiro dá início à anunciada gloriosa família, paradigma da futura nação angolana; o segundo é, ele próprio, o exemplo desse paradigma que futuramente fará valer a sua existência. Baltasar Van Dum teve uma existência histórica de facto; o escravo mudo, sendo personagem de ficção, é historicamente o símbolo representativo de todos os angolanos escravizados e resultado das consequências dessa mesma escravização.

António de Oliveira de Cadornega revelou ao mundo, na sua *História Geral das Guerras Angolanas*, quem foi Baltasar Van Dum:

Em a cidade assistia hum homem por nome Baltazar Van Dum, Flamengo de Nação, mas de ânimo Portuguez que havia hido dos primeiros Arrayaes para a Loanda com premissão de quem governava os Portuguezes (Cadornega, 1972, p. 334).

Pepetela faz dessa figura histórica um caso único: sendo flamengo, é católico, sendo branco, vivia maritalmente com uma negra, nisto se assemelhando a alguns portugueses (Pepetela, 1997, 94); ele é, portanto, um miscigenado cultural, um mestiço cultural que se move nas entremargens das culturas

flamenga (de que é originário), portuguesa (que adotou em larga medida) e africana (que lhe entrou no sangue). Baltasar vai, por isso, ser o fautor de uma cultura nova, mestiça, de que a família que constitui é o alicerce iniciático, contradições incluídas; veja-se o comentário do escravo: “(...) com esta família ainda era mais complicado, pois por vezes reagia como os brancos e de outras vezes até pareciam a nossa gente dos Kimbos” (Pepetela, 1997, p. 350).

A cultura nova desta família suscitava mesmo a repulsa ao puritano diretor flamengo, Hans Molt, da Companhia das Índias Ocidentais que, convidado para uma festa em casa dos Van Dum, pouco tempo aí estagiou: “Hans Molt logo se despediu [...] mas era uma desculpa esfarrapada pois o problema foi aquela promiscuidade de brancos, negros e mulatos que lhe revoltou o estômago, mais a visão dos painéis no fogo” (Pepetela, 1997, pp. 101-102).

O seu colega Ouman foi mais longe, extravasando todo um (pre)conceito civilizacional que o tempo e o seu calvinismo militante explicam:

Ele [Ouman] às tantas começou a dizer que era contra o hábito que tinham os portugueses de fazerem mulatos. Que os negros e brancos deviam se entender, mas não se misturarem. São espécies diferentes e na Natureza os macacos não se misturam com os veados, ou os coelhos com os bois. Que um mulato é um ser contra a Natureza, devia ser considerado fruto do pecado, uma aberração, um monstro (Pepetela, 1997, p. 365).

Regressemos ao factos históricos e ao tempo da ocupação holandesa, que enquadra a estória de *A Gloriosa Família*, tentando contribuir para uma leitura estruturante da obra sob a égide histórico-cultural. Oliveira Cadornega referencia a presença dos holandeses em Luanda, já na década de 20 de 1600,

convivendo com os portugueses nas feitorias aí instaladas; Baltasar Van Dum é um exemplo disso. Os holandeses eram, essencialmente, negociantes e a sua dinâmica em direção ao sul do continente africano assentava numa estratégia comercial (a ocupação de zonas de produção açucareira no Brasil também) que incluía a mão-de-obra escrava, então sob controlo dos portugueses que recebiam os respetivos direitos de comercialização, a qual, por esta altura, derivava maioritariamente de Angola - Luanda e Benguela, sobretudo. Edmundo Correia Lopes registou o que, na sua opinião, forma os motivos que levaram os flamengos a disputar esse monopólio comercial aos portugueses e que gerou a ocupação temporária das regiões de Luanda e Benguela:

Pela barateza e facilidade dos resgates, teve Angola a primazia entre as regiões fornecedoras e escravos e esse triste privilégio guardou-o quase sempre, sendo a última a perdê-lo [...] O Brasil não podia produzir sem escravos, do Brasil recebia Angola a subsistência, a começar pela farinha” (Lopes, 1944, pp. 88-89).

O mesmo autor expõe ainda sobre o conflito entre portugueses e holandeses e respetivas consequências:

A coexistência de dois domínios no Brasil, o português e o holandês, parece não ter influído nas cifras de exportação: aqui um aumento de negros é ainda mais necessariamente correlato do aumento de produção, dadas as dificuldades criadas pela guerra (Lopes, 1944, p. 113).

Não por acaso, a dinâmica histórica em que Pepetela assenta a sua narrativa expõe os movimentos de confronto, mas também de aproximação diplomática entre holandeses e portugueses, nos sete anos que durou a presença dos flamengos em Angola. O historiador

Alberto Oliveira Pinto registou a mais impactante das cláusulas das negociações entre essas potências colonizadoras europeias:

A cláusula mais interessante deste tratado de *modus vivendi* entre Holandeses e Portugueses consistia na autorização que os primeiros concediam aos segundos de se deslocarem a Luanda para embarcar escravos cativos ou adquiridos aos seus aliados africanos, na condição de pagarem ao diretor holandês um tributo correspondente a 25% da mercadoria (Pinto, 2015, s/p).

Era tudo, como se constata, uma questão de negócio: os portugueses dominavam a fonte da escravaria, mas os holandeses controlavam as áreas de escoamento... os entendimentos eram precisos para que o negócio funcionasse, independentemente das questões políticas.

Baltasar Van Dum é um negociante de escravos e a sua família movimentava-se no jogo de interesses políticos, religiosos e culturais de ambos os povos colonizadores, transportando consigo a sua diversidade étnica, cultural e linguística, isto é, a família Van Dum, pela sua constituição híbrida, representa a ação do homem angolano nesse jogo de poder (Brandileone, 2013, p 50).

Lembre-se as palavras do escravo mudo que suportam esta asserção:

Os filhos [de Baltasar] todos eram mulatos, como eu, mas havia tonalidades diferentes e uns tinham olho azul, outros verde e ainda outros castanho. Do casamento tinha ele oito filhos, do quintal o número era incerto. Na sanzala se falava Kimbundu, português e flamengo. Kimbundo sobretudo por D. Inocência, que não se sentia à vontade em mais nenhuma língua que não a nossa materna. Já os filhos de Baltasar preferiam o português (Pepetela, 1997, pp. 20-21).

Não espanta, por isso, que o tema/pano de fundo da obra seja o comércio

das peças, como eram designados os escravos enquanto mercadoria, pois os filhos de Baltasar são mulatos, como o escravo mudo. A reflexão sobre a condição de escravo é o cimento que justifica este outro enfoque da história. Ficam, a seguir, alguns exemplos de prova:

Um escravo não tem direitos, não tem nenhuma liberdade. Apenas uma coisa lhe não podem amarrar: a imaginação

[...]

Árvore das patacas (...) Essa árvore maravilhosa, que bastava sacudir para caírem as moedas de ouro, na Índia era coberta de especiarias, enquanto em África era coberta de escravos

[...]

Esta terra é pobre (...) A riqueza aqui são os escravos (...) digo eu que nada percebo de finanças e trapaças, mas sei da vida.

[...]

Final um escravo nunca tem uma história interessante, é uma mercadoria que é vendida quando deixa de servir.

[...]

O negro até pode ser batizado, mas nunca é a mesma coisa, pois não, pai?

[...]

Em Luanda, a importância de uma pessoa se media pelo número de escravos que apresentava.

[...]

Porque leis eram coisas que todos deviam respeitar. Havia leis escritas, poucas, mas havia sobretudo as que passavam pela tradição, todas com igual força. Uma delas definia, filho de escravo pertence ao dono, que deles dispõe segundo o humor do momento (Pepetela, 1997, pp. 17; 37; 109; 227; 300; 326; 349).

Uma outra linha temática estruturante para uma leitura de *A Gloriosa Família* prende-se com a Inquisição,

a que se junta a questão dos cristãos-novos; a família Van Dum integra um cristão-novo, Manuel Pereira, genro do patriarca, e uma 'feiticeira/vidente', Matilde, a filha mais velha, a qual, para além do mais, tem uma vida licenciosa pouco conforme aos rigores do Santo Ofício em matéria de costumes. Os registos inquisitoriais, citados por Selma Pantoja, são esclarecedores: "Ao longo do século XVII foram feitas contínuas denúncias contra os cristãos-novos residentes em Angola, acusados pelos cristãos-velhos de heresias" (Pantoja, 2004, p. 118). A mesma investigadora revela um outro facto que tornava Angola um terreno privilegiado de atuação:

Os brancos, tramitando entre a maioria negra, incorporavam hábitos e crenças da terra, 'africanizavam-se'. Trata-se de uma mestiçagem praticada por africanos e brancos. Desde o século XVII, em Luanda, as procissões e demais cultos cristãos tinham a participação de danças e cantos africanos (Pantoja, 2004, p. 131).

Pepetela, por sua vez, expõe de forma clara a atuação do Santo Ofício em terras angolanas controladas pelos portugueses, enquanto garante da ortodoxia católica: "O Santo Ofício era inflexível, feiticeiros acabavam sempre na fogueira. O chefe principal da Inquisição estava ali no Bengo, sempre pronto a expiar uma heresia ou uma tendência satânica" (Pepetela, 1997, p. 49).

Em resultado disto, o taberneiro Pinheiro, filho de cristãos-novos, acabaria "[...] expeditamente queimado numa fogueira por seu judeu e ter fugido de Portugal para a Holanda quando era criança" (Pepetela, 1997, p. 394), sem qualquer julgamento; de igual modo, a família Van Dum e particularmente Matilde, foram objeto da visita inquisitiva de um familiar

do Santo Ofício: feitiçaria e adultério eram as suspeitas (Pepetela, 1997, p. 193). As práticas inquisitoriais, com o estatuto de exceção de que gozavam os membros da instituição, eram exportadas de Portugal para os territórios sob o seu domínio e, naturalmente, tiveram o seu quinhão de influência nas práticas e representações culturais dos povos.

Outras linhas temáticas concorrem para uma leitura de *A Gloriosa Família* enquanto narrativa contributiva para o resgate da memória e estabelecimento da identidade angolana, como sejam as questões relacionadas com o clima africano, propício a doenças fatais para os europeus, a cristianização dos povos do Congo e Ngola, os direitos da mulher, o racismo dos brancos e negros e o fanatismo evangélico dos padres missionários católicos (Pepetela, 1997, pp. 31; 93; 98; 106; 232; 191). Todas estas questões, historicamente comprovadas, indiciam um processo de revisitação da história da colonização de Angola enquanto componente participante na construção de uma identidade cultural angolana marcada pelo hibridismo (Brandileone, 2013, p. 52). É isto que faz com que a família Van Dum represente metonimicamente o processo de formação do conjunto da população angolana (Mello, 2005; Teixeira, 2009), uma estratégia usada por Pepetela para comprovar que a ficção da realidade não é mais do que um factor de amplificação, de credibilização da mesma. Uma vez mais, as palavras do escravo mudo servem de exemplo comprovante: "Baltasar era muito pouco observador, o que ele tinha a menos tinha eu a mais, para compensar tudo o que ele tinha e eu nada" (Pepetela, 1997, p. 55).

Baltasar não ia além da casa-grande,

dos negócios, da sua perspectiva de poder; ao contrário, o escravo mudo é o verdadeiro demiurgo que até decide da vida das pessoas; Baltasar é o dono, mas é o escravo que fixa a verdade da família.

O escravo mudo é uma entidade plural, secular, tal como a anunciada

glória da família Van Dum, símbolo icónico de uma cultura angolana com a sua essencialidade híbrida; ele é o elo comum que entretece e cose a verdade histórica, enquanto entidade anónima que perpassa na história de Angola, anunciando o seu destino, desde o início da colonização.

Referências Bibliográficas

- Brandileone, Ana Paula Franco Nobile (2013). A Gloriosa Família, de Pepetela: o outro lado da História. In Scripta Uniandrade (vol. 11, nº 2, pp. 42-53).
- Brose, Elisabeth R. S. (2006). A Gloriosa Família: Transtextualidade e tradução. In Veredas, nº 7 (pp. 101-116).
- Cadornega, António de Oliveira (1972). História Geral das Guerras Angolanas (tomo I). Lisboa: INCM.
- Lopes, Edmundo Correia (1944). A escravatura (subsídios para a sua história). Lisboa: Ática.
- Pantoja, Selma (2004). Inquisição, degredo e mestiçagem em Angola no século XVIII. In Revista Lusófona de Ciência das Religiões (nº 5/6, pp. 117-136).
- Pepetela (1997). A Gloriosa Família. Lisboa: D. Quixote.
- Pinto, António Oliveira (2015). História de Angola – da pré-história ao início do século XXI. Lisboa: Mercado das Letras Editores.
- Prado, Patrícia Martins Alves do (2009). A historicidade do discurso identitário de Pepetela na obra “A Gloriosa Família”. In Revista África e Africanidades (nº 6).
- Schurmans, Fabrice (2014). O Trágico do Estado Pós-colonial. Coimbra: Almedina.

“Lavar a Cabeça das Ideias Colonialistas”: Reeducação e Deslocados em Moçambique

Orquídea Ribeiro, Susana Pimenta

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

oribeiro@utad.pt; spimenta@utad.pt

Resumo

A intransigência revolucionária em Moçambique, no período que se seguiu à independência, ficou marcada pelos centros de reeducação instituídos pelos dirigentes da FRELIMO para construir/educar um “Homem novo”, livre de antigas lealdades e vícios e com um comportamento moral irrepreensível que permitisse uma participação ativa no processo de construção da nação.

As obras *Entre as Memórias Silenciadas* (2013) de Ungulani Ba Ka Khosa e *Campo de Trânsito* (2007) de João Paulo Borges Coelho refletem sobre essa intransigência revolucionária, alertando para a necessidade de se desafiar e recuperar as memórias e vozes silenciadas dos campos de reeducação, contribuindo assim para desmistificar e exorcizar a história do passado recente.

Palavras-Chave: Moçambique, centros de reeducação, memória coletiva, pós-colonialismo.

Abstract

The revolutionary intransigence in Mozambique, in the period after independence, was marked by the reeducation centers instituted by FRELIMO leaders to build/educate a “new man”, free from old loyalties and vices and with an irreproachable moral behaviour that allowed an active participation in the process of nation building. The works *Entre as Memórias Silenciadas* (2013) by Ungulani Ba Ka Khosa’s and *Campo de Trânsito* (2007) by João Paulo Borges Coelho’s reflect on this revolutionary intransigence, alerting to the need to challenge and recover the silenced memories and voices of the reeducation camps, thus helping to demystify and exorcise the history of the recent past

Keywords: Mozambique, reeducation centers, collective memory, post-colonialism.

Os campos de reeducação e de trabalho foram instituídos pelos dirigentes

da FRELIMO para construir/educar um “Homem novo”, livre de antigas

lealdades e com um comportamento moral irrepreensível com vista à instalação de uma nova ordem, limpa de vícios herdados do colonialismo. Este Homem novo teria que passar pelo processo de reeducação, uma ressocialização para assimilar a nova ordem, sinónima de disciplina e de comportamento eticamente correto. As reformas sociais preconizadas pela FRELIMO eram claras, integradas e progressivas na sua orientação, mas difíceis de implementar (Newitt, 1995, p. 548); e ameaçavam o modo de vida tradicional já que interferiam com as tradições culturais, apoiadas, por exemplo, em ideias de que a ciência substituiria a tradição e que os chefes das aldeias seriam substituídos por presidentes e secretários, símbolos da nova ordem (Newitt, 1995, p. 547).

Para Carlos Serra, após a independência, a FRELIMO desenvolvia um “protocolo utopiano de regeneração social” para criar o Homem Novo com o objetivo de

combater os “reaccionários” e o desvio ideológico, as “estruturas políticas retrógradas”, a sabotagem económica, o desemprego, a vagabundagem, o afluxo às cidades, etc. Uma atenção muito particular foi dada à “infiltração”, à “detecção” e à “denúncia” dos “elementos infiltrados”.

(...)

Aparece um amplo quadro de inimigos: membros das organizações “fantoques” coloniais, agentes da polícia secreta portuguesa, sabotadores económicos, “operadores psicológicos”, apologistas do capitalismo, defensores e praticantes de qualquer tipo de exploração do homem pelo homem, racistas, tribalistas, regionalistas, agentes do imperialismo, venais e corruptos (especialmente prostitutas), críticos da linha política da FRELIMO, promotores de greves, da divisão do “lucro fácil” (Serra *apud* Moreira, 2010, pp. 112-113).

Carlos Serra menciona questões de educação política e regeneradora da FRELIMO cujo objetivo se resumia a “mudar os homens, regenerando o Antigo e criando o Novo” (Serra *apud* Moreira, 2010, p. 112).

Em “Memórias perdidas, identidades sem cidadania” (2015), Ungulani Ba Ka Khosa aborda a questão da política de “matar a tribo para construir a nação”, que engordou os campos de reeducação e que promoveu a “uniformização cultural e ideológica como condição única para a Unidade Nacional”, implementada pela Frelimo e pelo seu governo pós-independência, criando “condições para o esbatimento da memória local e de identidades” (2015, p. 129). Este erro é corrigido com o relatório do Comité Central da FRELIMO, em 1983, em vésperas do IV Congresso, ao fazer constar que:

É grande a nossa diversidade étnica e linguística. (...) Hoje, liberto o país, devemos lutar contra a tendência simplista de recusar a diversidade como forma de realizar a unidade. Fazer isso e considerar, erradamente, que a diversidade é um elemento negativo da criação da unidade nacional; é pensar, erradamente, que a unidade nacional significa uniformidade. (FRELIMO, 1983) (Ba Ka Khosa, 2015, p. 129).

Entre as Memórias Silenciadas (2013) de Ungulani Ba Ka Khosa indica vários sinais que demonstram que “o país está a nascer moribundo”, com a consciência de que as elites políticas e governamentais “soterraram tudo e todos os que quiseram clamar por vozes plurais” (Ba Ka Khosa, 2013, p. 101), sendo que “Um país não sobrevive com um único discurso”. Ter colocado “debaixo da almofada o único sedimento que o pode salvar: a cultura” foi um erro pois “a revolução está-nos a afastar da nossa condição de africanos” (Ba

Ka Khosa, 2013, p. 179-180).

Os reeducandos foram internamente e forçosamente deslocados para zonas rurais longínquas dos locais de origem com poucas possibilidades de regresso, já que associada à ideia de reeducação estava a “colonização” de zonas rurais para contribuir para a recuperação económica do país, tal como constata Omar Ribeiro Thomaz, segundo o qual “para os campos de trabalho, [iam] todos os que deveriam passar por uma ressocialização marcada pelo trabalho em grandes campos de cultivo (*machambas*): sabotadores, inimigos, vadios” (2008, p. 180).

A maioria dos deslocados não conseguiu regressar aos locais de origem após o desmantelamento dos campos, permanecendo nas zonas dos mesmos, devido à falta de apoio para o regresso, à distância, mas também à guerra civil que tornou perigosas as deslocções de civis. Thomaz salienta que para muitos reeducandos e para aqueles que fizeram parte das *machambas*, a experiência marcou-os e “não conseguiram recuperar efetivamente a vida anterior a esta experiência”, acrescentando que a experiência traumática dos sobreviventes dos campos retirou-lhes “a possibilidade de reatar o fio perdido de sua vida anterior” (Thomaz, 2008, p. 193), em parte porque é um passado que precisa de ser escrito, recuperado e “rememoriado”.

Margarida Calafate Ribeiro considera que:

a memória recente dos moçambicanos (...) está povoada por um quotidiano atingido pela guerra, nas suas várias e violentas vertentes e configurações. Se a isto juntarmos toda a violência política, social e epistémica do longo momento colonial e das suas heranças no Estado pós-independência, a herança dos moçambicanos é pesada (Ribeiro, 2012, p. 14).

Na mesma esteira, Sheila Khan destaca que o “dever de pós-memória é ir ao encontro dos silêncios” com o objetivo de “resgat[ar], dignifi[car] e estim[ar] todo o património de experiências e de narrativas [dos que não tiveram voz] (...) [e que] sem esta reivindicação acabarão por esmorecer, cair no esquecimento, e desaparecer sem sequer deixarem um laivo testemunhal da sua existência” (2016, p. 354). Confirmando estas asserções, a ligação entre memória e história é fundamental nos textos de Ungulani Ba Ka Khosa e de João Paulo Borges Coelho aqui em análise, dado que desafiaram e recuperaram as memórias e as vozes silenciadas dos habitantes dos campos de reeducação.

Em *Entre as Memórias Silenciadas* (2013) e *Campo de Trânsito* (2007), os autores debruçam-se sobre a desterritorialização forçada promovida pelo Estado da FRELIMO, através de deportações massivas para os campos de reeducação ou para os campos de trabalho, longe da capital, em províncias longínquas como o Niassa, para limpar a sociedade, erguendo o homem novo livre do colonialismo e preparado para construir a nação.

Para Niyi Afolabi, Ungulani Ba Ka Khosa é um “escritor que gosta da polémica”, e em cuja obra os “assuntos que sempre versam sobre a sociedade moçambicana (...) provocam (...) uma certa revolta que visa a transformação social. (...) Khosa representa uma voz dos sem-vozes. (...) Khosa representa a consciência de Moçambique” (Afolabi, 2010, p. 23-22). Este autor descreve o projeto de Ba Ka Khosa como “a search for Mozambican identity using history as pretext”, complementando deste modo a ideia apresentada por Ana Mafalda Leite de que “Fiction is also

a way of rethinking and repositioning history. It also repositions the cultural heritage” (2010, p. 65, 35).

Ba Ka Khosa regista assim a voz dos silenciados: “Nós não éramos coisa alguma. Éramos nada. Não tínhamos nada. A fronteira de nossa existência estava entre a humanidade e a animalidade. De dia havia homens à nossa guarda. À noite éramos entregues às regras da natureza. Estávamos na zona de ninguém”. Os reeducandos eram “sonâmbulos à espera de um abanão de mudança” (2013, p. 59, 97).

O velho Tomás, antigo membro do Partido, tornado reeducando, é a voz visual dos silenciados desaparecidos e é respeitado pela dignidade que dá aos mortos, presenteando-os com traços que sempre renova quando a memória do tempo teima em apagá-los com a chuva e o vento a abaterem-se sobre as paredes. Em dias ou semanas em que a morte física não se faz ao campo, é reconfortante ver o velho com os seus fios de algodão desgrenhados na cabeça e no queixo debruçado nas paredes dos defuntos, restaurando os sinais dos mortos com a sobriedade e o talento (...) (Ba Ka Khosa, 2013, p. 51).

Tomás regista, “em acto testamental”, “desejos não satisfeitos, lembranças que se iam esboroando, pedaços de vida, memórias suspensas. (...) Pedia-se ao velho que representasse os momentos ainda suspensos na memória da vida” (Ba Ka Khosa, 2013, p. 84).

O desencanto com o pós-independência marca o discurso de Ba Ka Khosa na obra aqui analisada ao afirmar que “Um país não sobrevive com um único discurso”, e que o país “se transformara, não em terra de esperança, mas de cárcere colectivo, de símbolo de repressão, de zona de exclusão” (2013, p. 179, 81).

Confirmando a afirmação de Margarida Calafate Ribeiro de que “O tempo da escrita (...) [é] um passado próximo que se manifesta e perturba o presente, enquanto herança que activa as mudanças de um país (...) [atuando] como um exercício contra o esquecimento e um questionamento dos múltiplos silêncios historiográficos” (Ribeiro 2012: 16), *Campo de Trânsito*, de João Paulo Borges Coelho, relembra os tempos de silêncio e recupera memórias enterradas.

O termo “campo de trânsito” pressupõe que a estadia é provisória, sendo um lugar de paragem temporária até à partida para outro espaço: os indivíduos depois de receberem o “número correspondente, deixam de ser detidos e passam a prisioneiros (Coelho, 2007, p. 43), exilados num não-lugar, enquanto esperam ser transferidos para outro campo. Mas também no campo de trânsito há lugar à reeducação, tarefa executada pelo Professor que incute nos seus “alunos” alguns princípios orientadores, indicados e defendidos pela Frelimo.

O objetivo de “mudar os homens, regenerando o Antigo e criando o Novo” (Serra *apud* Moreira, 2010, p. 112) está estampado no texto de Borges Coelho: o contacto entre o Campo Novo e o Campo Velho é evitado para “não (...) unir o músculo à perspicácia, a força à inteligência” porque “tornar-se-ia perigoso” (Coelho, 2007, p. 117). O Chefe da Aldeia menciona a mudança de população rural para aldeias comunais para abrir espaço para os campos de trânsito e de reeducação, relacionando-a com a degradação e a miséria recente em que se encontram: “tivemos que mudar a aldeia para este local. (...) Mas a verdadeira intenção que tinham era instalar prisioneiros no local onde antes

vivíamos. Tirar-nos de lá para criar o Campo Antigo. Tirar-nos de perto da floresta onde enterrávamos os nossos mortos” (Coelho, 2007, p. 117). Os campos pressupõem a anulação da tradição e o Chefe da Aldeia preocupa-se com a recuperação e preservação da memória/herança cultural que a Frelimo queria apagar. A pesquisa no Campo Velho permite “descobrir um passado muito mais nítido do que o presente que hoje se vive (...) trazendo para a superfície as maracas do nosso passado!” (Coelho, 2007, p. 118).

Mungau é o prisioneiro no centro desta narrativa: trabalhador na capital, Maputo, é preso durante a noite e transportado para o campo de trânsito sem saber qual a acusação que lhe é imputada. O motivo para a prisão permanece sempre desconhecido e Mungau vive num limbo, enquanto aguarda o destino ou a transferência após a atribuição do número que o identifica no campo.

No campo, Mungau toma consciência de que está a perder a sua identidade:

Quase sem se aperceber Mungau começa a fazer com que o seu comportamento se assemelhe ao dos restantes (...) Rindo quando os outros riem, ou então calando-se. Esta atitude de certa maneira incomoda-o, como se fosse humilhante adoptar uma solução que não tenha origem numa escolha própria. Não há contudo alternativa a esse tipo de cedência (Coelho, 2007, p. 47).

A diferença está a ser anulada neste lugar indefinido. Mungau questiona-se: “Será que deixei de saber aonde pertenceo”?

[Pois] há tempos que não o assalta a obsessão de saber de que o acusam, a obsessão de voltar a atravessar a grande floresta. Não teria para onde ir. (...). Retorna vezes sem fim à grande pedra junto ao rio só para ver se ela não mudou de posição.

Descreve mentalmente este lugar quando está longe, e quanto mais exacta sente essa descrição mais nítida é a sensação de que está inventando uma nova casa (Coelho, 2007, p. 122-123).

A coletividade é defendida em detrimento da singularidade (e dos conflitos), e até as relações com a direção do campo se tornam estranhas, como se já não houvesse espaço para discordar:

E o prisioneiro segue-o como se estivesse enfeitado. Não o está, obviamente, porque na racionalidade do Campo de Trânsito não existe espaço para fenómenos deste tipo. Mas a veemência é idêntica à de um feitiço, tal a esperança que os prisioneiros têm de ver os respectivos problemas finalmente esclarecidos e resolvidos (Coelho, 2007, p. 56).

Os presos do campo de trânsito tornaram-se vulneráveis, com as suas memórias enterradas e marginalizadas, excluídos da história e da memória coletiva. O Chefe da Aldeia, ciente dos objetivos da nova ordem, e do conflito entre tradição e modernidade visível nos dois campos, continua a sua caminhada para interferir de forma subtil nos acontecimentos que interromperam a tradição:

Tens de aprender a distinguir lembrança de tradição, Prisioneiro (...) Ambas dependem da memória mas são inteiramente diferentes. Enquanto a lembrança é um exercício individual e rebelde, fútil e pouco produtivo, a tradição é fruto da ordem. Estes prisioneiros chegaram aqui com as suas privadas e desprezíveis lembranças. Acusavam as autoridades de acontecimentos antigos, acontecimentos dispersos que hoje não fazem qualquer sentido. Aos poucos, contudo, vão chegando à tradição, a este sentido supremo que é sabermos todos de onde vimos, esta certeza deirmos todos do mesmo lugar. E sobretudo, esta vontade de fazermos hoje como foi feito antigamente (Coelho, 2007, p. 102).

O Diretor descreve a reorganização

impossível dos campos como um

espaço desarrumado onde cada um faz o que quer, e fá-lo à maneira antiga. Onde se misturam celeiros com animais, animais com gente, onde se espera pela chuva como se espera pelo destino; em vez de o fazer acontecer, em vez de fazer chover” (...) [para Mungau], o tão almejado colectivo não passa afinal de um somatório, já não de singularidades mas de fragmentos dessas mesmas singularidades (Coelho, 2007, p. 202-203).

O paralelo estabelecido com a sociedade pós-independência está nas palavras do Chefe da Aldeia aquando do incêndio numa das torres do Campo Novo: “Basta um pequeno incidente para se porem a eleger e a destituir responsáveis. De tudo retiram motivo para os cerimoniais que se vão seguir, a que chamam negociações” (Coelho, 2007, p. 108).

Para Terezinha Tabora Moreira, “o Chefe da Aldeia e o Diretor encarnam, respectivamente, o poder da tradição e o poder da modernidade. Ambos formam os agenciamentos burocráticos que negociam o poder em Moçambique após a independência” (2010, p. 120-121).

Nesta obra, “Coelho questiona a sociedade moçambicana sobre os seus protocolos de recordação e esquecimento (...) [e] denuncia o silêncio” (Ribeiro, 2012, p. 17) instalado, no que se refere aos campos de reeducação e seus sobreviventes. Ainda segundo Ribeiro, *Campo de Trânsito* associa-se a “um espaço de exclusão da nova nação habitado por identidades fundadas pelo

silêncio” (2012, p. 17) e desenvolvidas numa cultura de suspeitas em relação ao passado.

Os centros/campos de reeducação integram um capítulo por escrever na história de Moçambique. Nestes espaços onde se procedia à “edificação de uma nova moral em catecismos inventados na hora” (Ba Ka Khosa, 2013, p. 65), muitos foram os que perderam a vida, devido às condições inóspitas.

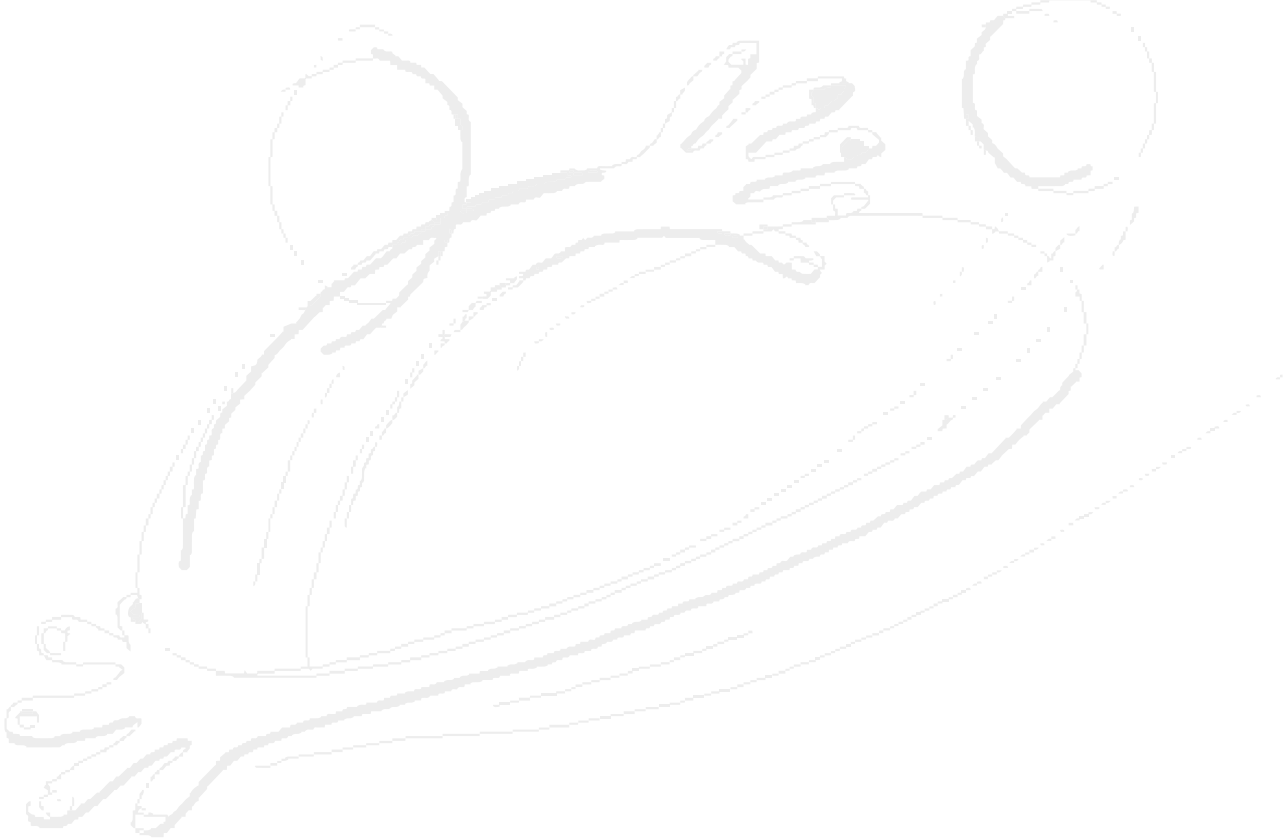
Ba Ka Khosa reflete sobre a identidade e a memória num “Moçambique [que ainda] não se encontrou” e onde “a tradição [não é vista] como espaço de memória” (2015, p. 129,132):

os primeiros anos de independência foram fulcrais na definição da pauta da nossa sinfonia cultural. Esmagamos as notas da diversidade, silenciámos as vozes que vinham das furnas do tempo e, movidos por pretensões ideológicas de difícil sustentação, tentamos erigir um corpo, permitam-me o empréstimo, sem ADN, incaracterístico, insosso, descolorido, de voz monótona, desenraizada, totalmente a deriva. Perdemos, na euforia da libertação, a oportunidade de libertar a memória e de traçar, com inteira liberdade, o nosso destino cultural (2015, p. 129-130).

A intransigência revolucionária da FRELIMO marcou a realidade moçambicana e as obras aqui analisadas refletem sobre essa intransigência revolucionária, alertando para a necessidade de recuperar memórias e vozes silenciadas, contribuindo para desmistificar e exorcizar a história do passado recente.

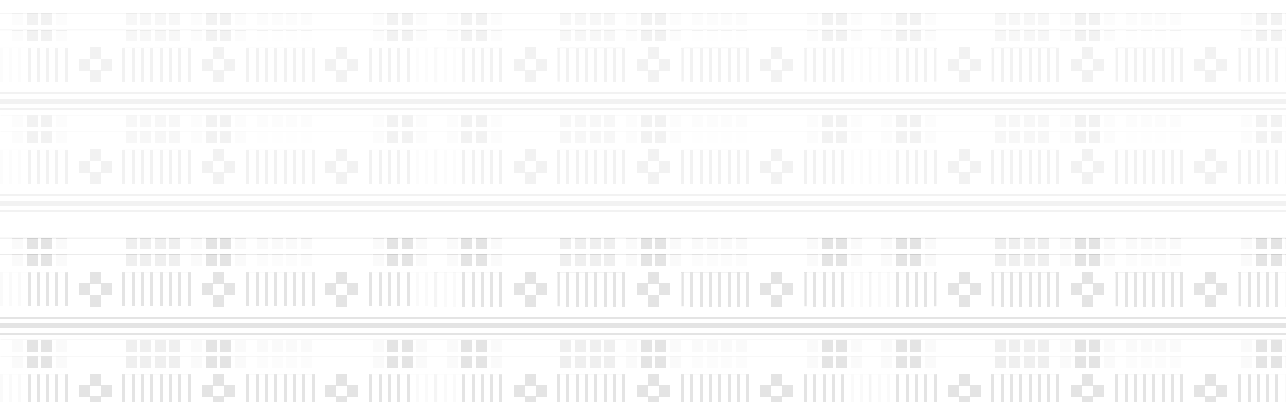
Referências Bibliográficas

- Afolabi, N. (ed.) (2010). *Emerging Perspectives on Ungulani Ba Ka Khosa*. Eritrea: Africa World Press, Inc.
- Ba Ka Khosa, U. (2013). *Entre as Memórias Silenciadas*. Maputo: Alcance Editores.
- ____ (2015). “Memórias perdidas, identidades sem cidadania”. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 106, pp. 127-132.
- Coelho, J. P. B. (2007). *Campo de Trânsito*. Lisboa: Caminho.
- Khan, S. (2016). “A pós-memória como coragem cívica. Palavra de ordem: resistir, resistir, resistir”. In: *Comunicação e Sociedade*, vol. 29. 353-364. Internet. Disponível em <http://revistacomsoc.pt/index.php/comsoc/article/view/2424/2337> (consultado em 21 de março de 2017).
- Leite, A. M. (2010). “The Postcolonial Mozambican Fiction”. In Afolabi, N. (ed.). *Emerging Perspectives on Ungulani Ba Ka Khosa*. Eritrea: Africa World Press, Inc., pp 29-38.
- Moreira, T. T. (2010). “Memória e História em *Campos de Trânsito* de João Paulo Borges Coelho”. In: *Afro-Ásia*, N° 42, pp. 109-124. Recuperado a 11 de setembro de 2017 de <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=77020008004>.
- Thomaz, O. R. (2008). “Escravos sem dono: a experiência social dos campos de trabalho em Moçambique no período socialista”. In: *Revista de Antropologia*, V. 51, n° 1, pp. 177-214. Recuperado a 12 de abril de 2017 de [paulino.cahttps://www.revistas.usp.br/ra/article/view/27305](https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/27305).
- Ribeiro, M. C. (2012). “O literário é político. A leitura em voo rasante de alguns tópicos da obra de João Paulo Borges Coelho”. In: *Tintas. Quaderni di letteratura iberiche e iberoamericane*, 2: 13-18. Recuperado a 15 de agosto de 2017 de riviste.unimi.it/index.php/tintas/article/download/2768/2981.



IV.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS



A Complexidade Crescente das Relações Internacionais: uma Análise Estratégica da Atual Conjuntura

Pedro Borges Graça

Universidade de Lisboa

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

bgraca@iscsp.ulisboa.pt; pbgraca@gmail.com

Resumo

O processo de globalização em curso está a sofrer ondas de turbulência que aumentam o nível de incerteza para um novo patamar de ameaças ao desenvolvimento e à segurança coletiva e humana. Alguns fatos são claros: expansão do terrorismo transnacional de base islâmica radical; projeção continuada de movimentos de emigração do Sul para o Norte, acompanhados de reações nacionalistas e xenófobas; crise da coesão política, económica e social do projeto europeu; processo do chamado “brexit”. Este ensaio traduz uma análise estratégica da atual conjuntura internacional, no sentido da obtenção de conhecimento sobre um conjunto de fatores estratégicos e correspondentes tendências de evolução da situação numa perspetiva de avaliação prospetiva. “Uma análise” que por isso mesmo é seletiva ao tratar somente uma parte da globalidade das relações internacionais, numa perspetiva essencialmente europeia, ignorando outros fatores como por exemplo os recursos energéticos ou a posição dos Estados Unidos ou o potencial geopolítico da China ou a ameaça específica da Coreia do Norte. Para tal recorre-se à teoria da complexidade crescente das relações internacionais e aos conceitos operacionais de tempo trípico, anglobalização e anarquia madura enquanto instrumentos fundamentais capazes de sustentar a narrativa de uma História do Presente, objetiva e liberta de apriorismos ideológicos ou emotivos ou mediaticamente condicionados.

Palavras-chave: conjuntura internacional, complexidade crescente, fatores estratégicos, análise estratégica.

Abstrat

The globalization process is suffering a set of turbulences that makes uncertainty grow and threatens collective and human security. Some facts are clear: international terrorism, illegal immigration, European project crisis and Brexit. This essay presents a strategic analysis of some key factors of the international conjuncture with a specific focus on European situation. As a main methodological instrument, the growing complexity of international relations theory is applied along with concepts as anglobalization and mature anarchy.

Keywords: international conjuncture, growing complexity, strategic factors,

strategic analysis.

1. A Teoria da Complexidade Crescente das Relações Internacionais

É costume alguns académicos dizerem que não há nada mais prático que uma boa teoria. De fato, à semelhança dos livros, as teorias não se dividem em novas e velhas, mas em boas e más. As más teorias traduzem explicações enviesadas da realidade, distorcidas, em regra induzidas por meras opiniões, emoções e abordagens, política e ideologicamente, comprometidas; as boas teorias almejam a utopia da verdade que sustenta o esforço de objetividade das abordagens científicas que buscam o conhecimento pelo conhecimento, esperando que este se difunda em benefício da melhoria de vida da Humanidade, em marcha em direção ao futuro.

Serve isto para dizer que a Ciência, em especial o ramo das Ciências Sociais, é permeável a “verdades feitas” - mas quebráveis – que correspondem a modas, a correntes de pensamento ideologicamente comprometidas, a teorias alavancadas quanto à sua notoriedade por grupos e instituições universitárias, incluindo editoras, que marcam conjunturalmente os debates e as agendas de investigação científica. O impacto é por regra sentido na semântica e nas narrativas científicas, pressionando e quase determinando quem está *in* e quem está *out*, quem está alinhado e quem está desalinhado.

A presente comunicação – na verdade um breve ensaio – não tem essa preocupação de estar *in* ou *out*, assumindo a premissa de que uma sólida base para a análise da conjuntura internacional e das tendências da sua evolução se encontra, em grande medida, na velha

mas sobretudo boa *teoria da complexidade crescente das relações internacionais* (Moreira, 1996).

De fato, neste dealbar do Século XXI, nesta época de efetiva síntese, em grande medida causada pelos avanços da tecnologia desde a floração da Ciência, nos séculos XVIII e XIX, o ramo das Ciências Sociais carrega paradoxalmente o peso da multitude de teorias, entretanto desenvolvidas no século XX, muito particularmente após a chamada “implosão soviética”. Pós-modernismo, pós-colonialismo, pós-estruturalismo, construtivismo, por exemplo, assumiram a condição de novas perspectivas, novas teorias, perscrutando novos “paradigmas”, palavra da moda, semântica que quase cristalizou o *topos* dos cientistas sociais; teorias progressivamente muito elaboradas, tendo por detrás poderosas máquinas de projeção académica e editorial, altamente relevantes do ponto de vista económico-financeiro, originárias da área anglófona, das instituições do eixo anglo-americano em quase exclusiva medida, reproduzindo-se velozmente em modo de *pronto-a-pensar* nos meios académicos internacionais, sustentadas por publicações e seus “*indexes*” também em grande maioria anglófonos, frequentemente, acrescentando interpretações e reinterpretações que complicam o entendimento da complexidade da realidade social. No meio desta dinâmica, que alimenta multifacetados canais onde interagem inúmeros indivíduos, grupos e instituições, os “criadores” perdem muitas vezes, naturalmente, o

controlo restrito das suas “criaturas”, quanto à integralidade da mensagem, não obstante a ambiguidade da argumentação que também muitas vezes veiculam, vendo-se obrigados a intervir para tentarem corrigir o seu significado. Veja-se por exemplo o construtivismo e, a propósito, o sintomático artigo “*O Construtivismo no Estudo das Relações Internacionais*”, de Emanuel Adler, patrono desta teoria, com a intenção de pôr ordem na confusão de interpretações, reconhecendo explicitamente o seguinte: “*A abordagem construtivista tem sido descrita e explicada, aplicada empiricamente e contrastada a outras abordagens das relações internacionais. No entanto, há pouca clareza e menos ainda consenso sobre sua natureza e substância.*”(1999)

Consequentemente, para resolver a falta de clareza, a definição de construtivismo proposta por Adler (1999) é esta: “*Construtivismo é a perspetiva segundo a qual o modo pelo qual o mundo material forma a, e é formado pela, acção e interacção humana que depende de interpretações normativas e epistémicas dinâmicas do mundo material.*”

Não é, porém, nada clara esta definição, incorrendo Emanuel Adler num erro comum aos autores que, invocando serem detentores de uma nova perspetiva, complicam ainda mais o entendimento da complexidade da realidade social; por outras palavras, numa linguagem coloquial, metaforicamente futebolística, pegam na bola e fintam-se a si próprios.

Ora, na verdade, a ciência não existe para complicar a explicação da complexidade da realidade; a ciência existe precisamente para produzir conhecimento e sistematizar e mesmo simplificar a explicação da complexidade da

realidade.

Portanto, a premissa fundamental para se compreender a dinâmica contemporânea das relações internacionais é a de que estas não obedecem a uma força determinista visível ou oculta, sendo antes o produto de uma multiplicidade de relações entre Estados, instituições, grupos e indivíduos num ambiente conjuntural de fatores quer previsíveis quer imprevisíveis, entre os quais se contam o *acaso* e a *incerteza*. É de sublinhar que as maiores potências não conseguem controlar efetivamente o sistema, o qual, para além dos já referidos *acaso* e *incerteza*, também sofre a influência de fatores naturais ou ambientais e demográficos e de fatores ou poderes erráticos e subversivos como o terrorismo transnacional e o cibercrime. Por seu turno, em conjugação com esta dinâmica do sistema internacional, o ritmo da evolução da conjuntura, aliado ao desenvolvimento acelerado da ciência e tecnologia, estão a elevar a *complexidade* para o patamar da *perplexidade* (Moreira, 2016) face aos fatores imprevisíveis, que vêm sucedendo de modo também acelerado e disfuncional, com especial destaque para as crises financeiras e tensões militares de impacto regional e global, e para os *planos de contingência* que supostamente lhe devem dar resposta. A situação é ainda influenciada pelo fenómeno da *simultaneidade de informação* - estruturante do processo de globalização em curso - com implicações políticas e estratégicas diretas a nível internacional, acrescentando-lhe portanto complexidade e perplexidade crescentes.

É assim muito útil e objetivo o modelo de análise da evolução da conjuntura internacional que Adriano Moreira vem elaborando há mais de

meio século, desde esse grande marco de mudança nas relações internacionais que foi a Conferência de Bandung de 1955 (Moreira, 1956). A sua teoria da complexidade crescente das relações internacionais é em síntese a seguinte:

As relações internacionais têm evoluído desde a segunda guerra mundial num movimento convergente de expansão global da democracia e desenvolvimento, embora numa dinâmica de complexidade crescente que comporta ao mesmo tempo um movimento de multiplicação e dispersão de centros de decisão política e económica, e ao lado de projetos de integração estatal em grandes espaços institucionalizados, como por exemplo a União Europeia ou a União Africana. Mas a *complexidade crescente*, que se manifesta na internacionalização dos problemas nacionais - isto é, os *problemas nacionais* transformaram-se em *preocupações internacionais* por efeito da globalização (ambiente, migrações, conflitos, novas ameaças e muitos outros) -, vem transmutando-se em *perplexidade crescente* no sentido em que se multiplicou a pluralidade de atores estatais e não-estatais, incluindo os *poderes erráticos*, potenciando a *incerteza* e baixando o nível da *capacidade prospetiva* desses mesmo atores; estes vêm-se assim obrigados a responder aos desafios da conjuntura e dos fatores de turbulência com *planos de contingência*, elaborados muitas vezes num *tempo demorado* relativamente à velocidade dos acontecimentos - portanto, em *tempo diferido* - ou então num *tempo acelerado* propício às falhas de previsão das consequências imediatas e graves das soluções encontradas, as quais requerem por seu turno novos *planos de contingência*. Tudo isto enquadrado numa dinâmica de *anarquia madura*

à escala global que se traduz numa comunidade ou sociedade internacional sem governo mas com uma hierarquia de potências da qual, após a designada Guerra Fria, têm vindo a sobressair nitidamente no topo os Estados Unidos.

Este modelo de análise fica entretanto enriquecido se lhe acrescentarmos três conceitos: *acaso*, *anglobalização* e *tempo trívio*. *Acaso* que é a circunstância dos fatos absolutamente espontâneos e imprevisíveis, e que qualquer analista deve ter consciência da sua existência de modo a reconhecê-los tão rapidamente quanto possível para, pelo menos, avaliar consequências e eliminar causas oriundas de indivíduos, grupos ou instituições para não incorrer na falha de deturpar a *lógica estratégica* destes. *Anglobalização* (Ferguson, 2004) que é a teoria do processo de globalização e correspondentes relações internacionais, segundo a qual os fundamentos financeiros, militares e culturais (e correlativamente políticos e culturais) do mundo atual são uma construção do poder britânico (leia-se “inglês”), consolidados após a Segunda Guerra Mundial até ao presente em “parceria especial” com os Estados Unidos da América. *Tempo Trívio* (Freyre, 1981; Graça, 2010) que é a circunstância epistemológica da integração diacrónica do *tempo*, ou seja, tal como os indivíduos, os grupos, as instituições e os Países ou Estados ou Nações são o que são num determinado Presente em função do que foram e têm sido até esse momento no Presente e no qual se encontram a projetar o Futuro; portanto, Passado, Presente e Futuro são um tempo integrado na *lógica estratégica* dos Estados e do seu posicionamento face à evolução da conjuntura internacional.

2. Os Fatores Estratégicos da Atual Conjuntura Internacional

Por conveniência metodológica, para o efeito, podemos desde logo definir operacionalmente *fatores estratégicos* como os fatores resultantes de ações de atores principais das relações internacionais no âmbito da hierarquia de potências, influentes e tendencialmente condicionantes da evolução da conjuntura, assim como decorrentes da própria dinâmica desta, os fatos sociais também influentes e condicionantes política e económica e mesmo culturalmente dessa evolução, portanto com implicações na configuração do Futuro.

Assim, por critério analítico de definição e delimitação do objeto do presente ensaio e por evidente razão de espaço, podemos considerar que a atual conjuntura internacional (e no que diz particularmente respeito ao espaço europeu) está em grande medida a ser influenciada por quatro fatores estratégicos: a expansão do terrorismo transnacional de base islâmica radical que foi “catapultado” pela invasão ilegal do Iraque em 2003 pelo eixo anglo-americano com base em desinformação e manipulação da opinião pública por parte dos respetivos serviços secretos, transformando a região num “viveiro terrorista” e num movimento antia-mericano e antiocidental, geográfica e sociologicamente mais próximo da Europa; a projeção continuada de movimentos de emigração do Sul para o Norte, acompanhados de reações nacionalistas e xenófobas, cujo macabro número de mortes publicado anualmente pela Organização Internacional das Migrações é maioritário no Mediterrâneo, sendo este assim o local mais mortífero do planeta para os emigrantes, numa proporção cerca de 10 vezes superior aos restantes locais críticos do mundo, correspondendo às

vagas contínuas oriundas da África subsaariana (<http://missingmigrants.iom.int>); a crise da coesão política, económica e social do projeto europeu, o qual, ao completar institucionalmente 60 anos, está a sofrer fortes dinâmicas fraturantes em que são evidentes os efeitos do alargamento a Leste, na sequência da chamada Queda do Muro de Berlim, em detrimento do aprofundamento institucional económico e social do projeto europeu, manifestamente para benefício geopolítico e geoeconómico da Alemanha, contrariando o “empenhamento” e a “determinação” na convergência e coesão económica e social afirmadas no preâmbulo do Tratado de Maastricht, como ficou bem patente nas respostas aos efeitos da crise de 2008 por parte dos países europeus do norte relativamente aos do sul; o fenómeno Brexit que é a saída da Inglaterra da União Europeia que não é passível de ser plenamente compreendido se não se tomar em devida consideração que não só o caminho e campanha favorável ao *Brexit* mas também o processo político inglês que o desencadeou parecem ter-se sustentado no posicionamento histórico dos ingleses face ao “continente”, à Europa assim percecionada, no sentido de a dividirem para melhor governarem os seus interesses, e em especial face à Alemanha que agora noutros moldes, obedecendo a um renovado conceito estratégico nacional, sobretudo económico - que integrou, por exemplo, o conhecimento acumulado pelo sistema de informações da antiga República Democrática Alemã –, encontra nos países do leste da Europa a consolidação atual do seu tradicional espaço vital (*lebensraum*), isto é, um mercado natural para o *made in germany* que conquistou também o resto da União Europeia.

3 – Avaliação Prospetiva

O islamismo é hoje um elemento estrutural sociológico e cultural da Europa, traduzido em dezenas de milhões de cidadãos europeus, e os que seguem o movimento terrorista correspondem a uma exceção, a uma muito pequena percentagem. Contudo, trata-se de um facto sociológico relevante por subverter a ordem tentando implementar o caos social e económico. Para se ter uma noção da dimensão do problema, atente-se no seguinte cenário tentativamente ilustrativo: em França existem aproximadamente 5 milhões de cidadãos muçulmanos, correspondendo 10% a 500 mil, 1% a 50 mil, 0,1% a 5 mil e 0,01% a 500; esta última percentagem muitíssimo reduzida, se porventura traduzisse o número provável de terroristas, implicaria ainda assim um esforço muito considerável dos serviços de segurança franceses em termos de recursos financeiros e humanos; mesmo que, por hipótese, esses terroristas estivessem organizados em grupos de três indivíduos, teríamos mais de 160 focos de conspiração e planeamento terrorista geograficamente dispersos a necessitar de operações de penetração, infiltração e vigilância de 24 horas por dia; portanto, é este o problema estratégico e também operacional da luta contra o terrorismo por parte dos Estados. Não há assim possibilidade de assegurar aos cidadãos integral segurança, ademais porque o paradoxo da tranquilidade da segurança é o de que é um processo em permanente construção a partir da intranquilidade igualmente permanente da insegurança.

Nas próximas duas gerações, a pressão migratória da África sobre a Europa não deixará de aumentar. De acordo com as projeções da

divisão de população do departamento de assuntos económicos e sociais das Nações Unidas, o crescimento demográfico está em progressão exponencial na África, prevendo-se atingir os dois mil milhões de africanos na década de 2030, enquanto está em vias de entrar numa curva descendente na Ásia e se encontra estabilizado no resto do mundo (www.un.org/en/development/desa/population). Neste quadro, a juventude ocupa um lugar principal, concretamente até aos 24 anos de idade, pois o segmento tornar-se-á tendencialmente maioritário ao longo do século XXI. Isto significa que a taxa de desemprego jovem aumentará também exponencialmente criando condições favoráveis tanto para o recrutamento de crianças e jovens para os conflitos internos africanos como para as vagas de emigração contínua dirigida à Europa. Mas este problema não diz respeito unicamente à Europa pois é uma preocupação internacional. Se, relativamente à ajuda ao desenvolvimento africano, o paradigma prioritário da administração Bush – “não há desenvolvimento sem segurança” – não for devolvido à sua anterior condição, os países desenvolvidos do Norte terão um problema ainda maior a médio prazo. Isto é, a ajuda ao desenvolvimento e o reforço do seu financiamento, e a prioridade deste focada na saúde e na educação, não responde somente a um imperativo humanista; pragmaticamente responde também ao um desafio crescente e inevitável à segurança da Europa e do mundo ocidental de um modo geral. É que, na verdade, não existe desenvolvimento sem segurança, mas não existe nem segurança nem desenvolvimento sem saúde e educação.

Por outro lado, observa-se também na Europa uma tendência para se acentuar a clivagem entre países do norte e do sul, ao invés da “convergência” e sobretudo da “coesão” e, em particular, nas respostas diferenciadas a ameaças e desafios como o controlo de fronteiras e o problema da imigração ilegal. O *Brexit* é, em parte, consequência desta conjuntura e ainda é cedo para vislumbrar em que medida é que evoluirá a *Commonwealth*, a partir da posição da Inglaterra, que impulsionou o projeto após a segunda guerra mundial paralelamente ao projeto europeu, especificamente no que respeita à livre circulação de bens e pessoas.

Em suma, não se vislumbra, pelo menos a curto prazo, uma tendência de atenuação das turbulências fraturantes da Europa, do projeto europeu, de momento assolada ainda também por regionalismos e movimentos independentistas no seio dos seus membros. O desalinhamento da Inglaterra

e também dos Estados Unidos (como patente nas posições da administração Trump e na suspensão do tratado de livre comércio) – portanto, do eixo anglo-americano – relativamente ao núcleo do *euromundo*, conforme o conceito de Adriano Moreira (o mundo governado a partir da Europa e dos Estados Unidos, originariamente europeus), introduz um novo *fator estratégico* na conjuntura internacional cujas consequências são ainda impossíveis de avaliar com precisão, sobretudo quanto às probabilidades da sua evolução. Tomando em consideração as possíveis e prováveis implicações nos restantes atores das relações internacionais, cabe à capacidade e “engenho” de cada actor o desenvolvimento independente - isto é, simplesmente, não dependente de outros - de *análise estratégica* enquanto instrumento de produção contínua de conhecimento e prospectiva destinada à tomada de decisão tanto política e económica (estatal) como institucional e empresarial (não-estatal).

Referências Bibliográficas

- Adler, Emanuel (1999). O Construtivismo no Estudo das Relações Internacionais. In Lua Nova, Ago 1999, no.47, (201-246).
- Freyre, Gilberto (1981). Insurgências e Ressurgências Atuais. Cruzamentos de sins e não num mundo em transição. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Editora Globo.
- Graça, Pedro Borges (2010). Mundo Secreto. História do Presente e Intelligence nas Relações Internacionais. Luanda: Instituto de Informações e Segurança de Angola.
- Moreira, Adriano (2016). “Perplexidade”. In Diário de Notícias, 16 de Novembro de 2016.
- Moreira, Adriano (1996). Teoria das Relações Internacionais. Coimbra: Livraria Almedina.
- Moreira, Adriano (1956). Política Ultramarina. Lisboa: Centro de Estudos Políticos e Sociais
- Ferguson, Niall (2004). Empire. How Britain Made the Modern World. London: Penguin Books.

Uma Perspetiva 'Redimensionada' da Diplomacia: para além do Estado e Alargada a Novos Âmbitos

Gerson Sousa

Universidade de Cabo Verde

gerson.sousa@docente.unicv.edu.cv

Resumo

Sempre se convencionou abordar a diplomacia como um dos principais instrumentos da política externa ao serviço de um ator político por excelência, o Estado. Hoje, esse tradicional entendimento deve ser questionado e repensado. Neste sentido, o presente artigo procura explorar em que medida os novos âmbitos e atores da diplomacia, num mundo globalizado e num contexto de novas dinâmicas e preocupações, reconfiguram a fisionomia e o significado da diplomacia enquanto atividade de inquestionável relevância na atualidade. Como argumento de base, desenvolver-se-á a ideia de que, hoje mais do que nunca, se faz absolutamente necessário desenvolver uma renovada perspetiva da diplomacia, superando o escopo da diplomacia clássica, de modo a alcançar atores e problemáticas outrora considerados irrelevantes: os indivíduos, as organizações internacionais e as organizações não-governamentais; o ambiente, o desenvolvimento humano sustentável, os desastres naturais e questões afins.

Palavras-chave: Diplomacia, diplomacia clássica, política externa, organizações internacionais, organizações não-governamentais.

Abstract

It has always been agreed to approach diplomacy as one of the main instruments of foreign policy at the service of the State as a major political actor. Nowadays, this traditional understanding must be questioned and rethought. Therefore, the present essay tries to understand on what extent the new spheres and actors of diplomacy, in a globalized world and within a context of new dynamics and challenges, reconfigure the face and the meaning of diplomacy as an activity of unquestionable relevance in today's world. As our reference point, we argue that today, more than ever before, it is absolutely necessary to develop a renewed perspective on diplomacy, far beyond the scope of the classical diplomacy, in order to address actors and issues once considered irrelevant: the individuals, the international organizations and the non-governmental organizations; the environment, the sustainable human development, the natural disasters and related concerns.

Keywords: Diplomacy, classical diplomacy, foreign policy, international organizations, non-governmental organizations.

Introdução

O relacionamento entre as entidades políticas ao longo da história da humanidade sempre foi pautado por padrões diversificados e, muitas vezes, antagónicos. Os padrões de cooperação e de conflito formam um binómio que bem sintetiza a multiplicidade de interações que vão das relações pacíficas e de amizade às relações conflituosas e de hostilidade, abarcando vários tipos de relacionamentos entre as unidades políticas que, na modernidade, assumiram a forma de Estados, com a assinatura dos Tratados de Vestefália em 1648. É elucidativo notar que na base da área científica de Relações Internacionais (RI) está o binómio cooperação e conflito, expresso por termos simbolicamente mais representativos – paz e guerra – que constituem uma dicotomia transversal no campo das relações internacionais. Revelador desse simbolismo é o título do clássico “*Paix et Guerre entre les Nations*” de Raymond Aron de 1962. É, em grande medida, nessa posição intermédia que a diplomacia opera. Destarte, a diplomacia procura construir relações pacíficas e cordiais, com o propósito de evitar dissensões e conflitos. É, pois, escusado justificar a relevância de um estudo sobre a centralidade revitalizada da diplomacia na actualidade, em que os conflitos de várias ordens (económicos, políticos, sociais, culturais, ideológicos e religiosos) continuam a perigar a paz mundial.

O presente artigo pretende equacionar as mudanças na esfera da diplomacia inserida no contexto das relações internacionais. O cruzamento de factores e a multiplicação de variáveis envolventes tornam a lei da complexidade crescente das relações internacionais uma premissa basilar nesse campo de estudos (Moreira, 2011). Nota-se que

a diplomacia não está imune a esta complexidade que perpassa toda a realidade internacional. Entretanto, importa explorar em que medida a diplomacia tem evoluído em simultâneo com as transformações globais em curso, por ser uma atividade fortemente ligada aos Estados desde a sua origem. Admite-se que as transformações à escala mundial que afectam os Estados, as sociedades e as economias, consoante as respetivas circunstâncias específicas, atingem em particular a área da política externa e, por inerência, um dos seus principais setores, a diplomacia.

Atualmente, vários atores, além do Estado, vêm participando cada vez mais no domínio da diplomacia. Assim, argumentamos em prol da redefinição do alcance e do sentido da diplomacia no mundo contemporâneo, bem como da remodelação dos instrumentos de análise, para compreender o alargamento do campo da diplomacia a novas dimensões e actores, outrora irrelevantes no âmbito do paradigma tradicional. O nosso maior propósito consiste em sustentar a necessidade de um redimensionamento da diplomacia para uma melhor adequação às complexas exigências da contemporaneidade.

O artigo começa por revisitar a concepção clássica da diplomacia, realçando a preponderância da diplomacia no seio dos instrumentos da política externa. O segundo tópico pretende equacionar as mudanças ocorridas no contexto das relações internacionais e as dinâmicas hodiernas no domínio da diplomacia, para melhor enquadrar as oscilações e mutações por ela conhecidas. Vislumbra, ainda, a progressiva configuração de novos campos e atores da diplomacia, abrindo horizontes para futuras investigações sobre os novos paradigmas.

Diplomacia Clássica: Ligação “Umbilical” ao Estado

Como é comum nas disciplinas das ciências humanas e políticas, inexistente uma definição consensual de diplomacia. É neste sentido que Ferreira e Saramago (2012) denotam a vinculação das teorias a certos atores e propósitos. Acresce que, por integrar uma área científica nova, RI, a diplomacia torna-se alvo de controvérsias e imprecisões. Calvet de Magalhães, um reputado diplomata, retrata de forma perspicaz essa situação:

[...] a palavra diplomacia é empregada sem qualquer rigor teórico para designar diferentes coisas. Além de sinónimo de política externa (PE) é empregada frequentemente para designar o instrumento pacífico e genérico da PE ou seja qualquer forma de negociação em oposição aos instrumentos violentos e em particular à guerra (1996, pp. 15-16).

Nota-se, então, que o conceito de diplomacia permanece refém da persistência de uma confusão de conceitos que torna difícil abordar com clareza qualquer matéria teórica relativa às relações internacionais. Subsiste uma concepção simplista que emprega a mesma palavra para exprimir conceitos ou processos essencialmente distintos, o que resulta na impropriedade de termos (Martin, 1966, pp. 1-3). Apesar da proximidade e articulação entre os conceitos de diplomacia, PE e negociação, usar a palavra diplomacia como sinónimo dos referidos termos só dificulta a compreensão. Para exemplificar a falta de clareza na utilização do conceito de diplomacia, mesmo entre autores conceituados, Morgenthau, um dos patriarcas da teoria da política internacional, refere-se à diplomacia como se ela se identificasse com a PE, quando esta última pretende assegurar a paz entre as nações através da

acomodação dos interesses dos Estados (1978, pp. 145-147). O autor encara a diplomacia como a formação e execução da PE em todos os níveis, uma evidente sobreposição de conceitos, algo compreensível por serem conceitos inseparáveis na realidade. Se entre os prestigiados estudiosos da matéria reina alguma imprecisão de conceitos, tal situação generaliza-se no mundo académico (Mattingly,¹⁹⁶⁴; Holsti, 1977; Clausewitz, 2007) e é flagrante na sociedade em geral. Seria despidendo descrever amiúde essa questão e identificar autores.

Como podemos, então, definir a diplomacia? Por não haver consenso sobre o conceito não significa que não haja pontos de convergência entre os estudiosos da matéria. Perfilhamos a definição adoptada por Calvet de Magalhães, segundo a qual a diplomacia “é um instrumento da PE, para o estabelecimento e desenvolvimento dos contactos pacíficos entre os governos de diferentes Estados, pelo emprego de intermediários, mutuamente reconhecidos pelas partes” (1996, pp. 90). Esta definição permite operacionalizar o conceito, pois encara a diplomacia como atividade exercida por intermediários habilitados para o efeito, denominados agentes diplomáticos. Denota-se uma forte ligação entre a PE e a diplomacia, sendo esta última um dos principais instrumentos ao serviço da primeira. Isto significa que a diplomacia está sempre vinculada ao Estado, na medida em que serve para atingir os fins propostos por essa entidade política ao nível das suas relações externas. Por outras palavras, a diplomacia está ao serviço da PE, sendo accionada sobretudo quando o Estado procura desenvolver relações pacíficas, amistosas e

de cooperação com os seus pares e outros atores internacionais.

Entende-se por política externa um conjunto de objetivos, estratégias, instrumentos e técnicas que os legítimos representantes das entidades políticas adoptam e aplicam na sua relação com terceiros (Estados ou organizações internacionais) com vista a prosseguir os seus próprios interesses (Freire e Vinha, 2011). Refira-se que esta definição está bem atualizada, pois tradicionalmente a PE consistia numa área política reservada aos Estados (Rosenau, 1971), o que hoje é questionável, com o surgimento de organizações internacionais com maior atuação política no domínio externo. A PE ainda continua a ser encarada como o setor da política de um Estado em relação ao ambiente externo, face a outros Estados e circunstâncias, assente na visão clássica e ocidental do Estado problematizada por Varela (2014).

O Estado continua a ser principal ator das relações internacionais e a PE ainda é frequentemente entendida como a dimensão da política do Estado direcionada para o exterior (Gonçalves, 2014). Logo, a diplomacia acaba por ser um instrumento que se encontra mais à disposição dos Estados, pelo facto de a PE privilegiar, em grande medida, o instrumento diplomático em detrimento de outros meios e técnicas para

a consecução dos interesses nacionais. Esse instrumento implica menos custos e riscos do que os outros meios, em particular os violentos.

Vale realçar que na execução de uma dada PE, deparamos com uma distinção entre dois grandes conjuntos de instrumentos e técnicas (Aron, 1962, pp. 35-37): por um lado, os instrumentos e técnicas de tipo violento (dissuasão, ameaça, guerra económica, pressão militar, guerra), e, por outro, os instrumentos e técnicas de carácter pacífico (negociação direta, diplomacia e mediação, que se inscrevem nos instrumentos pacíficos resultantes de contactos plurilaterais). De entre tais instrumentos, avulta o papel desempenhado pela diplomacia ao longo dos tempos, desde os primórdios da humanidade em que as tribos primitivas, embora recorrendo com frequência à guerra, tinham o hábito de manter relações pacíficas entre si (Numelin, 1950). Isso atesta a noção de que a diplomacia, enquanto atividade e prática, tem as suas raízes na história longínqua da humanidade, sempre acoplada às unidades políticas: Outrora, tribos primitivas, antigos Estados, cidades ou impérios, hoje, Estados modernos soberanos (Nicolson, 1969). Hodiernamente, essa tendência tem crescido com a complexificação dos processos sociais e políticos e a intensificação das relações internacionais nos mais diversos domínios.

Novas Dinâmicas Internacionais: Oscilações na Diplomacia?

O mundo está em processo de mutação acelerada. As últimas três décadas, desde o final da Guerra Fria, foram marcadas pela intensificação dos processos (geo)políticos, (geo)económicos e securitários, bem como das transformações sociais e culturais,

fruto da revolução nas comunicações e nas tecnologias que incrementaram o fenómeno da internacionalização das economias (em crescendo desde a década de 1970). A este conjunto de processos globais se convencionou denominar de globalização, fenómeno impulsionado

pela internacionalização económica, que gerou um aumento da interdependência entre as sociedades e as economias (Stiglitz, 2007). Na perspetiva de Giddens, esse fenómeno não se cinge à esfera económica, muito pelo contrário, como a própria palavra indica, atinge a globalidade dos setores, com destaque para o setor da vida social (2002). Embora não haja consenso quanto à sua origem entre os especialistas, é pacífico afirmar que a globalização tenha conhecido uma rápida transformação no século XX, no período pós-Segunda Guerra Mundial, em particular desde os meados dos anos 1970. A forte dimensão social desse processo materializa-se no facto de todas as vertentes da vida social em geral serem por ele afetadas.

A dimensão política, por seu turno, é fortemente condicionada pela globalização. Para dar conta de um conjunto de transformações ocorridas a partir da década de 1970, foram formuladas novas teorias para explicar o notável crescimento da interdependência e dos fenómenos transnacionais. Keohane e Nye (1989) desenvolveram, assim, a teoria da interdependência complexa. Neste contexto, a proliferação das organizações internacionais (OI) universais e regionais, a emergência de novos atores como as empresas multinacionais, as Organizações Não-Governamentais (ONG), os atores erráticos (grupos terroristas e de criminalidade organizada, transnacional) e o surgimento de novas problemáticas, como as questões ambientais, as migrações clandestinas e o terrorismo transnacional, transformaram bastante o panorama internacional.

Para além de os Estados já não serem os únicos atores relevantes, em muitas temáticas, outros atores desfrutam de um protagonismo impensável nos

primórdios da era vestefaliana. A título ilustrativo, na questão humanitária e na promoção dos direitos humanos, as OI e as ONG, além das associações nacionais e locais, têm um papel cada vez maior. Neste sentido, Nye sustenta que houve uma alteração quantitativa e qualitativa no papel desempenhado pelos atores transnacionais num mundo de interdependência global, num contexto de mudança significativa no sistema internacional, que torna a agenda da política internacional muito mais vasta e complexa (2002, pp. 244-247). Estas tendências em conjunto reforçam sobremaneira a constante evolução e universalização da sociedade internacional, que começou pela “passagem de uma pluralidade de sociedades, particulares ou regionais, a uma sociedade internacional única à escla global e planetária [...] que teve por motor principal uma dessas sociedades – a sociedade europeia” (Queiroz, 2013, p. 11).

Na senda da globalização da política mundial, numa era da informação e da transnacionalização dos problemas, a política internacional já não pode ser tratada apenas em termos de Estados (Baylis, Smith e Owens, 2008). Os intervenientes não-estaduais que atuam através das fronteiras, com agendas, prioridades, interesses e padrões de comportamento diferentes dos Estados, tornam o poder mais difuso. Corroborando essa ideia, Nye (2012) atesta que o poder, traduzido na capacidade de coagir e influenciar outros atores a agir em conformidade com um determinado objetivo, já não se resume à capacidade bélica e económica; envolve igualmente a ideologia, o poder sobre a opinião, o poder da comunicação, o carisma, o poder da atração e da persuasão, que resultam na fórmula inovadora de *soft power*.

No nosso tempo, o poder “musculado” (*hard power*) é uma das, entre várias outras, formas de poder. E os Estados coabitam com outros atores que procuram aumentar a sua influência, através da sua capacidade económica, e, sobretudo, da sua comunicação numa narrativa atraente, com recurso ao poder suave. Depreende-se que, na atualidade, ao invés de um privilégio dos Estados, a diplomacia – que outrora tinha uma ligação “umbilical” ao Estado – torna-se uma ferramenta ao dispor de uma diversidade de atores e mobilizada para a realização de vários objetivos, e não só a salvaguarda dos interesses nacionais *tout court*.

Em construção está a ideia e a prática, ainda tímida, de, para além dos interesses nacionais particulares, se conceber uma perspetiva holística e solidarista dos interesses da humanidade (Monserrat Filho, 1995). Coexistem lado a lado, a visão idílica (humanista), promovida pelos novos atores internacionais, e a perspetiva dos Estados que perseguem os seus interesses nacionais. Talvez as duas posições não sejam mutuamente excludentes. Há indícios de que estão a emergir paulatinamente outras instâncias com capacidade de desenvolver, de forma integrada e em rede, novas formas de diplomacia. Essas novas “*diplomacias*” tendem a visar a provisão de importantes bens públicos globais como a segurança humana e ambiental, os direitos humanos, o desenvolvimento humano sustentável, a democratização da política e das instituições internacionais. Uma das instâncias com clara atuação positiva nesse cenário é a ONU que tem fomentado o multilateralismo e a construção de um mundo onde a cooperação institucionalizada, as regras do direito internacional e os valores

liberais e humanistas constituem referências essenciais (Fonseca Jr., 2008). No seio dessa organização, a despeito da diversidade de posições e interesses entre os governos, procura-se, embora muitas vezes sem grande sucesso, atender à necessidade de conciliar interesses e padrões de comportamento com as regras concertadas em proveito do bem comum.

Não obstante a diversificação de atores e dimensões interatuantes no domínio da diplomacia, o Estado continua a ser um ator deveras importante no emprego da diplomacia para responder aos desafios da globalização e atender às demandas da sua população. À diplomacia estadual coloca-se o desafio de gerir as mudanças económicas e sociais advenientes da globalização, fenómeno que encerra, segundo Zaki Laidi, todos os factos sociais numa cadeia de causalidade cujo ponto de partida seria o global e já não o local (2000, pp. 39-41). Deste modo, os Estados procuram manejar as consequências da interdependência económica e de toda a dinâmica social em relação às interdependências, na tentativa de direcionar os resultados da globalização para o bem da sua comunidade. Em relação à agenda do desenvolvimento nacional, o Estado tem a missão de aproveitar as oportunidades que surgem para melhorar a posição do país na economia global (Lopes, 2000), em busca de proporcionar benefícios à sua população, com a adopção de políticas em consonância com as idiossincrasias e prioridades nacionais de desenvolvimento, na esteira da argumentação de Rodrik (2010).

Para sintetizar algumas mudanças na atividade diplomática, podemos transcrever uma parte da reflexão de Luís Moita sobre o assunto:

[...] a agenda do trabalho diplomático se alarga substancialmente. Para além das tradicionais funções dominadas pelos assuntos políticos bilaterais, as relações exteriores abrem-se aos mais diversos domínios e integram mesmo as chamadas questões globais [...] Pouco a pouco ganha corpo uma nova diplomacia, uma diplomacia cujos agentes já não são apenas os embaixadores clássicos, uma diplomacia que se confronta com as opiniões públicas e as instituições democráticas, uma diplomacia que não se limita ao bilateral e se desenvolve no multilateral, uma diplomacia, enfim, que já não trata apenas da política interestatal mas se

interessa por múltiplas frentes, com relevo para a problemática económica e incluindo a “gestão da globalidade” (2006, p. 4).

Perante a imperiosa necessidade da partilha da missão conjunta da “gestão da globalidade”, a morfologia diplomática sujeita-se a mudanças (Calvet de Magalhães, 1996). Não apenas o perfil do diplomata se torna mais exigente e criterioso, como também a diplomacia multilateral sai reforçada, incrementando-se o papel das OI, ONG e outros atores da sociedade civil.

Considerações Finais

Reitere-se, nesta parte final, a ideia de que a diplomacia evoluiu muito ao longo do tempo, sobretudo desde o período pós-Segunda Guerra Mundial. Nas últimas décadas, com a intensificação da globalização e da interdependência complexa, a diplomacia foi também afetada pelas mudanças ocorridas. Não se pretende negligenciar o papel do Estado e a sua relevância na diplomacia, mas apenas salientar o alargamento da diplomacia clássica. A diplomacia convencional, enquanto técnica e meio de estabelecimento de relações entre os governos de diferentes Estados, conheceu um substancial alargamento para abranger questões e atores outrora irrelevantes.

Por um lado, os Estados continuam a gozar de uma posição proeminente, mas não exclusiva, pois as OI e as ONG têm-se envolvido no universo da diplomacia, em virtude do processo de transnacionalização dos fenómenos políticos e económicos que atingem as pessoas, independentemente das nacionalidades e fronteiras geográficas. Por outro lado, os desafios já não se cingem à segurança político-estratégica, mas envolvem novas áreas como as

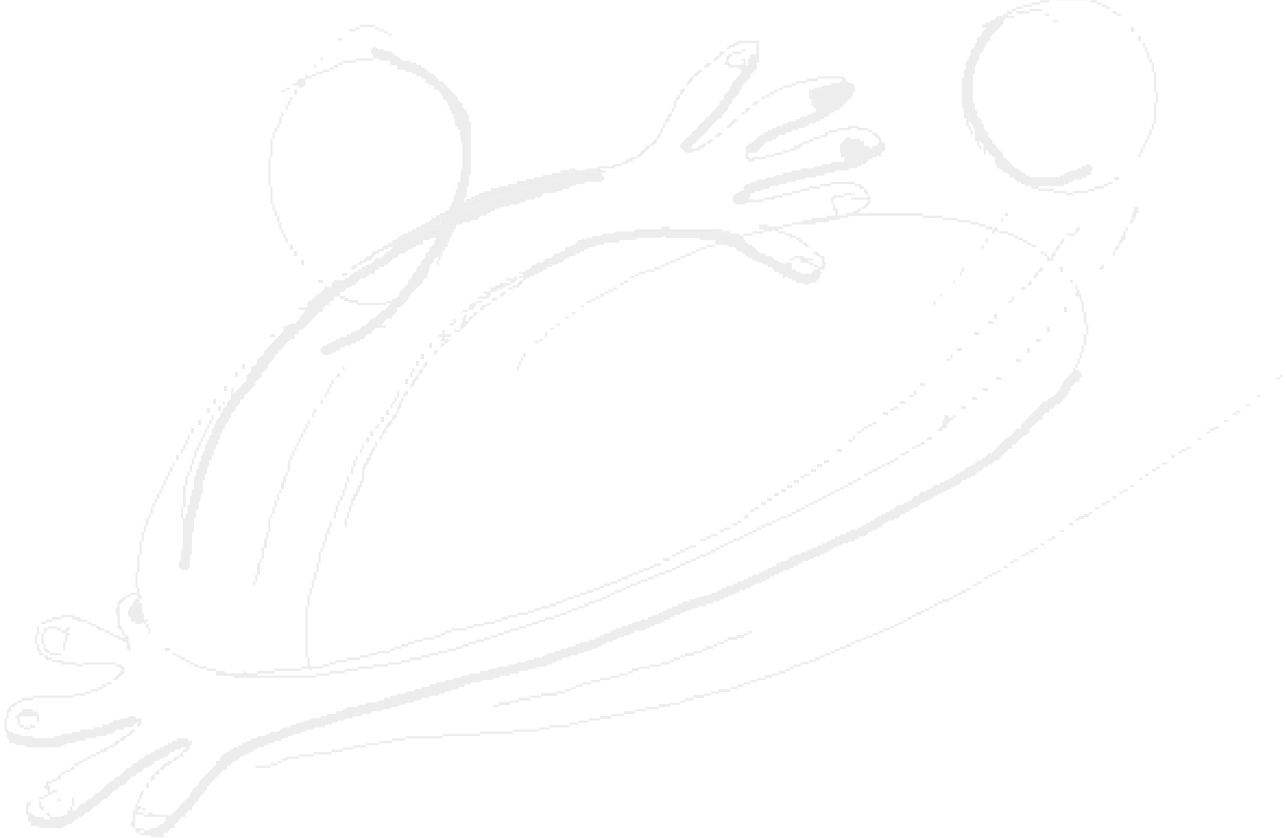
problemáticas ambientais e humanitárias, os direitos humanos, o terrorismo e diversas ameaças transnacionais que afetam toda a humanidade.

Parece-nos razoável aferir que vivemos numa fase de coexistência entre uma diplomacia estadual e uma diplomacia cada vez mais global. Porém, isso não significa que a diplomacia dos Estados esteja obsoleta. Simplesmente, ela deverá coexistir ao lado de uma diplomacia global, resultante da governação global e gestão da globalidade. E essa coexistência abre horizontes para mudanças difíceis de discernir numa época de transição como a que vivenciamos: uma diplomacia estadual e uma diplomacia global em interação; uma diplomacia político-estratégica, mas também pluridimensional (incluindo as dimensões económica, humanitária, ambiental, etc.). Há indícios suficientes de que a diplomacia não mais será uma exclusividade dos Estados. Porventura, o novo *locus* da diplomacia venha a ser forjado no permeio entre a razão do Estado e a idealizada, mas ainda imprecisa, razão da humanidade.

Referências Bibliográficas

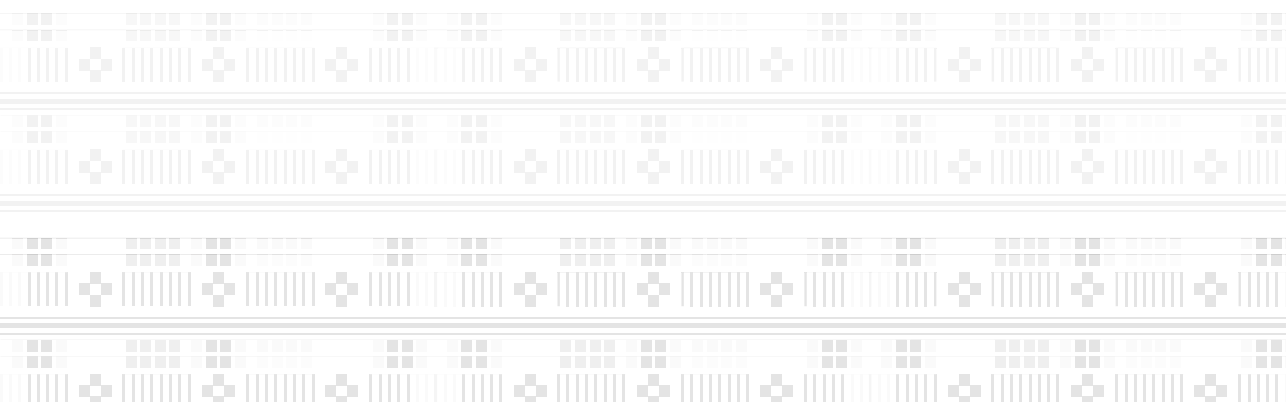
- Baylis, J.; Smith, S.; Owens, P. (org.) (2008). *The Globalization of World Politics: an introduction to international relations*, 4th ed. New York: Oxford University Press.
- Calvet de Magalhães, J. (1996). *A Diplomacia Pura*, 2.^a ed. Venda Nova: Bertrand Editora.
- Clausewitz, C. V. (2007). *Da Natureza da Guerra*. Sintra: Coisas de Ler.
- Ferreira, M. F.; Saramago, A. (2012) Booth e Smith em Aberystwith: a teoria serve sempre alguém e algum propósito. *Relações Internacionais*, N° 36, Dez., pp. 47-59.
- Fonseca Jr., G. (2008). *O Interesse e a Regra: ensaios sobre o multilateralismo*. São Paulo: Paz e Terra.
- Freire, M. R.; Vinha, L. (2011). *Política Externa: modelos, actores e dinâmicas*. In M. R. Freire (coord.). *Política Externa: as relações internacionais em mudança*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra (pp. 13-53).
- Giddens, A. (2002). *O Mundo na Era da Globalização*, 4.^a ed. Lisboa: Editorial Presença.
- Gonçalves, W. (2014). *Política Externa: Dimensões, Actores e Modelos*. In J. P. Delgado; O. B. Varela; S. Costa (Orgs.). *As Relações Externas de Cabo Verde: (Re)leituras contemporâneas*. Praia: Editora ISCJS (pp. 49-71).
- Holsti, K. J. (1977). *International Politics: A framework for analysis*. New Jersey: Prentice-Hall Inc., Englewood Cliffs.
- Keohane, R.; Nye, J. (1989). *Power and Interdependence*, 2.^a ed. Cambridge: Harper Collins Publishers.
- Laidi, Z. (2000). *Imaginários e Política na era da Globalização*. In N. S. Teixeira; J. C Rodrigues; I. F. Nunes (coord.). *O Interesse Nacional e a Globalização*. Lisboa: Edições Cosmos/Instituto da Defesa Nacional (pp. 27-43).
- Lopes, E. (2000). *Interesse Nacional e Globalização Económica*. In N. S. Teixeira; J. C Rodrigues; I. F. Nunes (coord.). *O Interesse Nacional e a Globalização*. Lisboa: Edições Cosmos/Instituto da Defesa Nacional (pp. 48-55).
- Martin, L. W. (1966). *Diplomacy in Modern History*. New York: Macmillan.
- Mattingly, G. (1964). *Renaissance Diplomacy*. Baltimore: Penguin Books.
- Moita, L. (2006). *Da diplomacia clássica à nova diplomacia*. Janus. Disponível em <http://luismoita.com/images/Textos/nova%20diplomacia.pdf>.
- Monserrat Filho, J. (1995). *Globalização, interesse público e direito internacional*. *Estudos Avançados*, Vol. 9, N° 25, pp. 77-92.
- Moreira, A. (2011). *Teoria das Relações Internacionais*, 7.^a ed. Coimbra: Almedina.
- Morgenthau, H. J. (1978). *Politics among Nations: The Struggle for Power and*

- Peace. New York: Alfred A. Knoff.
- Nicolson, H. (1969). *Diplomacy*. Londres: Oxford University Press.
- Numelin, R. (1950). *The beginning of Diplomacy*. Londres: Oxford University Press.
- Nye, J. (2002). *Compreender os Conflitos Internacionais: uma introdução à Teoria e à História*, 3.^a ed. Lisboa: Gradiva.
- Nye, J. (2012). *O Futuro do Poder*. Lisboa: Temas e Debates.
- Queiroz, C. (2013). *Direito Internacional e Relações Internacionais: Organizações Internacionais*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Rodrik, D. (2010). *Uma Economia, Muitas Soluções: Globalização, Instituições e Crescimento Económico*. Lisboa: Verbo.
- Rosenau, J. (1971). *The Scientific Study of Foreign Policy*. New York: The Free Press.
- Stiglitz J. (2007). *Tornar Eficaz a Globalização*. Lisboa: Asa.
- Varela, O. B. (2014). *Crítica da Razão Estatal: uma análise do Estado Moderno em África*. In J. P. Delgado; O. B. Varela; S. Costa (Orgs.). *As Relações Externas de Cabo Verde: (Re)leituras contemporâneas*. Praia: Editora ISCJS (pp. 15-47).



V.

MEIO AMBIENTE



Fatores que influenciam a presença de *Fusarium* SPP. em ninhos naturais da tartaruga *Caretta caretta* na praia de Nhô Martin, Porto Ferreira, ilha da Boa Vista, Cabo Verde

Naya Sena, Elton John Ramos, Ravidson Monteiro, María Medina Suárez, Ana Liria Loza, Hailton Spencer, Denise Andrade Colito

Universidade de Cabo Verde, Cabo Verde Natura 2000

ncorreiasena@gmail.com

denise.colito@docente.unicv.edu.cv

Resumo

A ilha da Boa Vista é das áreas de nidificação da tartaruga *Caretta caretta* mais importantes em todo Atlântico. Estudos realizados anteriormente apontaram o fungo *Fusarium solani* como responsável pela mortalidade massiva em ninhos de *Caretta caretta*, nas praias de nidificação da ilha. O presente estudo analisa os fatores mais determinantes na presença do género *Fusarium*, em ninhos naturais de tartarugas *Caretta caretta*, na praia de Nhô Martin. Foram amostrados 36 ninhos e recolhidos dados e amostras no momento da marcação de cada ninho (substrato de incubação e esfregaço cloacal) e no período após eclosão (substrato de incubação e cascas de ovos). Todos os ninhos foram monitorizados diariamente durante o período de incubação. As amostras coletadas foram analisadas microscopicamente, de maneira a determinar a presença do género *Fusarium*. Os resultados indicam que a conjugação da contaminação prévia do substrato de nidificação, a perturbação da estrutura do ninho (ondas, cheias e caranguejos *Ocypode cursor*), a proximidade da vegetação e a variação dos níveis de humidade contribuem para a presença deste género fúngico. A taxa de infeção dos ninhos estudados pelo género *Fusarium* foi de 88,2%, estando o fungo disperso de forma genérica por toda a praia. A taxa média de emergência de crias foi de 53,5% em ninhos não infetados e 38% em ninhos infetados, demonstrando que a presença do género *Fusarium* afeta, negativamente, o sucesso reprodutivo

Palavas-chave: Tartarugas marinhas, *caretta caretta*, *fusarium spp.*, infeção.

Abstract

The Boa Vista island is one of the most important nesting areas for the *Caretta caretta* turtle across the Atlantic. Previous studies have reported the fungus *Fusarium solani* as responsible for the massive mortality in *Caretta caretta* nests on the nesting beaches of the island. The present study analyses the most determinant factors in the presence of the *Fusarium* genus in natural nests of *Caretta caretta* on Nhô Martin beach. Thirty - six nests were sampled. Data and samples were collected at the time of marking of each nest (incubation substrate and cloaca smear) and in the period after hatching (incubation substrate and egg shells). All nests were monitored daily during the incubation period. The

collected samples were microscopically analysed in order to determine the presence of the *Fusarium* genus. The results indicate that the conjugation of the previous contamination of the nesting substrate, the disturbance of the nest structure (waves, floods and *Ocypode cursor* crabs), the proximity to vegetation and the variation of humidity levels contribute to the presence of this fungal genus. The infection rate by the genus *Fusarium* in the studied nests was 88.2%, being the fungus generically dispersed in the beach. The mean rate of emergence of hatchlings was 53.5% in non-infected nests and 38% in infected nests, demonstrating that the presence of *Fusarium* genus negatively affects reproductive success.

Keywords: Sea turtles, *caretta caretta*, *fusarium* spp., infection.

1. Introdução

As tartarugas marinhas fazem parte dos ecossistemas marinhos há mais de 100 milhões de anos. Hoje, as populações de tartarugas marinhas estão em declínio, sobretudo, devido aos métodos de pesca comercial, que resultam muitas vezes na pesca acidental destas espécies e/ou ferimentos graves, à deterioração dos seus *habitats*, à poluição e às mudanças climáticas (Loureiro *et al.*, Eds, 2008; Marcolvaldi *et al.*, 2011). O desenvolvimento industrial e económico e o aumento da população mundial resultaram na sobrecarga dos oceanos e numa exploração desenfreada dos recursos marinhos (Santos *et al.*, 2011, Wallace *et al.*, 2011).

Sarmiento-Ramírez *et al.* (2010) realizaram um estudo com o intuito de testar os postulados de Koch para provar a patogenia do *Fusarium solani* em ovos da tartaruga *Caretta caretta*, na ilha da Boa Vista, Cabo Verde, onde concluíram que a infeção dos ovos, pelos quais este agente é responsável, arrasta uma larga percentagem de mortalidade da espécie, e que essa infeção representa uma ameaça para a sobrevivência da subpopulação de *Caretta caretta* do nordeste Atlântico, que está classificada como “Em perigo

de extinção” pela International Union of Conservation of Nature - IUCN (Casale & Tucker, 2015).

A ilha da Boa Vista é uma das regiões de nidificação mais importantes para a espécie, já que representa cerca de 85% a 90% da nidificação da tartaruga *Caretta caretta* em Cabo Verde, com uma média de mais de 10.000 ninhos por ano. A subpopulação Cabo-verdiana é geneticamente distinta das demais do Atlântico e do Mediterrâneo, o que a torna ainda mais vulnerável, já que o fluxo de genes com outras populações é muito reduzido (Monzón-Argüello *et al.*, 2010; Marco *et al.*, 2011, Rocha *et al.*, 2015).

Atualmente, o sucesso de eclosão desta espécie está seriamente ameaçado, uma vez que grande parte dos seus ninhos tem sido encontrada com sintomas de infeção fúngica, o que tem resultado numa elevada taxa de insucesso de eclosão. Nesse sentido, a identificação das patogenias que possam ameaçar esta espécie em perigo e a compreensão dos fatores que influenciam a sua presença são cruciais para o desenvolvimento de planos de conservação mais eficazes (Sarmiento-Ramírez *et al.*, 2010, Sarmiento-Ramírez *et al.*, 2014, Trip, 2014).

2. Metodologia

2.1. Área de Estudo

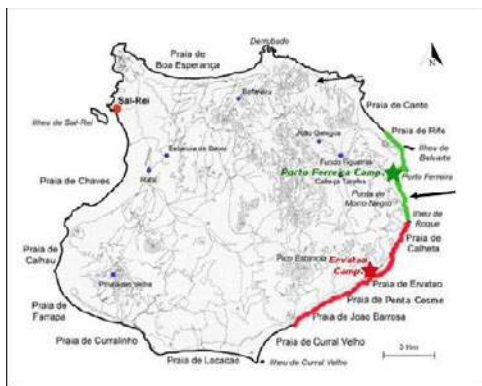
A ilha da Boa Vista, terceira maior do arquipélago de Cabo Verde e com uma extensão territorial de 620 km², é caracterizada pelas extensas praias de areia branca e por um turismo balnear convencional. A ilha possui também um grande valor ecológico (SDTIBM¹), já que detém 14 das 47 Áreas Protegidas de Cabo Verde (IWO-BV,² 2012) e agrega uma das maiores colónias de tartaruga *Caretta caretta* do Mundo, acolhendo cerca de 85% da nidificação desta espécie no arquipélago (Marco, A. *et al*, 2011). É na costa leste da ilha que estão situadas a Reserva Natural das Tartarugas, de 14 875 ha, e o Parque Natural do Norte, de 22 047 ha (IWO-BV, 2012) e, juntas,

estas Áreas Protegidas albergam cerca de 90% da taxa de nidificação da ilha (Marco *et. al*, 2012).

O presente estudo foi realizado na praia de Nhô Martin, na zona este da Boa Vista, situada no Parque Natural do Norte (indicada pela seta na Figura 1) e monitorizada pela Organização Não-Governamental, Natura 2000.

De entre as várias praias da região, a de Nhô Martin é a que apresenta uma maior taxa de ninhos e rastros registados na zona Este do Parque. De acordo com Neves (2011), a praia apresenta condições propícias para a desova e incubação de ovos durante toda a temporada, já que o impacto das ondas sob a orla costeira é reduzido.

Figura 1. Localização costeira das áreas monitorizadas pela ONG Natura 2000 (Natura 2000).



Topograficamente, Nhô Martin prolonga-se por 525 metros, tem largura estreita, apresenta um substrato

predominantemente de areia e possui algumas dunas cobertas com vegetação (Neves, 2011).

1. Sociedade de Desenvolvimento Turístico das Ilhas de Boa Vista e Maio, SA.

2. Escritório Insular de Conservação da Boa Vista - Áreas Protegidas da Boa Vista.

2.2. Colheita e Análise de Amostras

A marcação de ninhos e a coleta inicial de amostras decorreu entre 2 de Julho e 14 de Agosto de 2013. Nessa fase, foram marcados 69 ninhos. Realizou-se a recolha inicial de amostras de areia, tendo sido possível realizar o esfregaço cloacal em 54 fêmeas.

Os procedimentos realizados na recolha de amostras e marcação dos ninhos integraram-se nos métodos estabelecidos pela Rede Nacional de Proteção das Tartarugas Marinhas de Cabo Verde (TAOLA), através da publicação do Manual para a Monitorização (Marco *et al.*, 2012).

Durante as monitorizações noturnas, todas as tartarugas avistadas a “subir” à praia de Nhô Martin para desovar foram identificadas visualmente e à distância. A aproximação à fêmea realizou-se apenas na fase final de construção do ninho. Com o ninho concluído e ainda antes da oviposição, procedeu-se à recolha de amostra de areia da parte mais profunda do ninho. Fez-se a contagem visual dos ovos depositados e no quinquagésimo ovo realizou-se o esfregaço cloacal.

Terminada a postura de ovos e a compactação do ninho, o código do marcador PIT (*Passive Integrated Transponder*)

das fêmeas foi registado, com o auxílio do leitor eletrónico.

Subsequentemente, e após as medições biométricas, realizava-se a coleta de amostras da areia de superfície, utilizada para cobrir o ninho.

A cada ninho era atribuído um número único e irrepetível, gravado numa estaca de madeira. A fim de diminuir o impacto dos ataques de caranguejo, os ninhos foram protegidos por redes de plásticos.

Após a marcação dos ninhos e da coleta inicial de amostras, todos os ninhos em estudo foram diariamente monitorizados em prospeções matinais, durante 70 dias, sendo que, no último dia, foi realizada a exumação do ninho. Todos os dados relativos à ocorrência de chuvas, submersão dos ninhos por marés ou inundações, número de buracos de caranguejos, e qualquer outra perturbação, foram diariamente registados nas Fichas de Seguimento de Ninho. Aquando da exumação dos ninhos foram analisados e contabilizados todos os resíduos de incubação (casca, ovos não eclodidos e crias mortas) e foram coletadas as amostras finais de areia e de cascas com sinais de contaminação fúngica.

2.2.1. Amostragem de areia

Procedeu-se à coleta de amostras de areia no momento da marcação e da exumação do ninho. Para ambos os casos, a metodologia aplicada foi a mesma. Fez-se a colheita de um punhado de areia a cerca de 5 cm abaixo do nível do ninho escavado pela fêmea, bem como acima do ninho, a cerca de 15 cm da superfície (Brandão *et al.*, 2011), utilizando para o efeito luvas e sacos esterilizados.

As amostras de areia foram processadas pelo método de espalhamento em placa em meio de cultura Ágar Sabouroud, de forma a determinar a contaminação ou não das amostras coletadas, tendo sido incubadas à temperatura ambiente por aproximadamente 15 dias.

2.2.2. Amostragem de cascas

Na exumação dos ninhos desenteram-se todos os remanescentes do ninho, tendo sido possível encontrar cascas inteiras, pedaços de cascas, ovos inteiros não eclosionados, crias mortas e crias por eclosionar. As cascas, quando contaminadas com *Fusarium*

(Figura 2), apresentam características macroscópicas como pequenas pintas amarelas, azuis, vermelhas, rosas, roxas ou negras (Sarmiento-Ramírez *et al.*, 2010, Sarmiento-Ramírez *et al.*, 2014).

Figura 2. Ovo com características macroscópicas de infeção por *Fusarium* spp. (Naya Sena).



Desta forma, todas as cascas ou pedaços de cascas que apresentavam estas características foram coletadas e limpas com água destilada, de maneira a desprenderem-se os grãos de areia e quaisquer vestígios orgânicos. Após secarem a temperatura ambiente, por cerca de meia hora, as cascas foram armazenadas em tubos estéreis de plástico. No momento da inoculação, as cascas foram mergulhadas em água

destilada para facilitar o seu manuseio e corte. Os fragmentos com aparente infeção fúngica foram colocados em placas de petri contendo meio de cultura Ágar Sabouroud. As placas inoculadas foram incubadas à temperatura ambiente, por um período médio de 15 dias. Após o crescimento das colónias e respetiva análise macroscópica, procedeu-se à recolha de amostras para análise microscópica.

2.2.3. Amostragem da cloaca

Com o auxílio de uma zaragatoa estéril, procedeu-se ao esfregaço na cloaca das fêmeas. Para não perturbar o processo de oviposição, o esfregaço só se realizou após a postura do quinquagésimo ovo. De imediato, procedeu-se à inoculação das placas de petri previamente preparadas, contendo meio de cultura Ágar Sabouroud. As placas foram seladas com fitas de parafina e

armazenadas em malas térmicas refrigeradas, no momento da coleta, e, posteriormente, num frigorífico.

As placas inoculadas foram incubadas em aparelho de estufa, a uma temperatura de 37°C, por um período de 15 dias.

2.2.4. Medição de pH

Para análise dos valores de pH, as amostras de areia coletadas para o efeito na marcação dos ninhos e do mesmo local que a amostra de areia de profundidade, foram misturadas com água destilada (40 g de areia e 40 ml

de água destilada) em recipientes de plástico estéreis. A mistura foi agitada manualmente por 10 minutos e com o auxílio de um aparelho medidor de pH (pHmetro) procedeu-se à medição dos valores.

2.3. Análise Estatística

Os dados recolhidos foram introduzidos no Microsoft Excell, tendo-se criado uma base de dados. A análise estatística dos dados foi feita com o *software* informático SPSS, v. 20, com nível de

significância de 5%. As variáveis contínuas foram expressas em medidas de tendência central e dispersão, e as variáveis categóricas foram expressas em frequências simples.

3. Resultados e Discussão

Dos 69 ninhos marcados para este estudo, o que representava 45.7% dos ninhos identificados na praia de Nhô Martin, subsistiram apenas 36, tendo-se perdido cerca de 42% dos ninhos marcados inicialmente. Esta perda tão expressiva é normal em praias com o relevo semelhante ao da praia de Nhô Martin (Natura 2000) e pode ser explicada pelo facto da época de nidificação das tartarugas coincidir com a época das chuvas em Cabo Verde. E em Nhô Martin desembocam, pelo menos, três pequenas ribeiras. Assim sendo, sempre que ocorre precipitação forte, a praia é atravessada por cheias e correntes de lama, em direção ao mar e perde-se uma quantidade considerável de ninhos.

A inundação e a destruição dos ninhos devido aos avanços da maré são também frequentes e contribuem, em

menor escala, para o declínio do número total de ninhos (Marco *et al.*, 2010; Neves, 2011). Mas também, 15 ninhos foram completamente dizimados por caranguejos fantasma, *Ocypode cursor*. A taxa de predação de ninhos por estes caranguejos é bastante elevada nas praias da Boa Vista (Vieira, 2011), comprometendo, muitas vezes, o sucesso reprodutivo das tartarugas. Assim, os 34 ninhos restantes representam 22,5% de todos os ninhos marcados na praia de Nhô Martin.

As análises macroscópicas e microscópicas revelaram a infeção por *Fusarium spp.* em 30 ninhos dos 34 marcados. Portanto, a taxa de infeção foi de 88,2% (Tabela 1 e Figura 3). As lâminas em que foi detetada a presença de *Fusarium spp.* revelaram hifas septadas, com estrutura alongada e de fácil identificação.

Tabela 1. Análise Macroscópica das Colónias

Amostra	Colónias Positivas			Colónias Negativas	Total
	Branças	Roxas	Amareladas		
Areia Profundidade Marcação	7 (10,1%)	2 (2,9%)	0 (0%)	60	69
Areia Superfície Marcação	6 (8,7%)	1 (1,4%)	1 (1,4%)	61	69
Areia Profundidade Exumação	18 (52,9%)	2 (5,8%)	1 (2,9%)	13	34
Areia Superfície Exumação	10 (29,4%)	2 (5,8%)	1 (2,9%)	21	34
Cascas	28 (82,4%)	2 (5,8%)	0 (0,0%)	4	34

Figura 3. Observação microscópica de *Fusarium* spp. em lâminas dos ninhos 102 (A) e 217 (B) (Naya Sena).

Os esfregaços na cloaca das fêmeas foram feitos com o intuito de perceber se este poderia ser um ponto de transmissão para os ovos. Entretanto, Sarmiento-Ramírez *et al.*, mencionaram em 2014, já depois da coleta de

amostras para este estudo, que o muco expelido pela cloaca, no momento da postura, contém propriedades antifúngicas. Este facto veio a ser confirmado pelo presente estudo. Foram amostradas 54 fêmeas e a taxa de infeção por

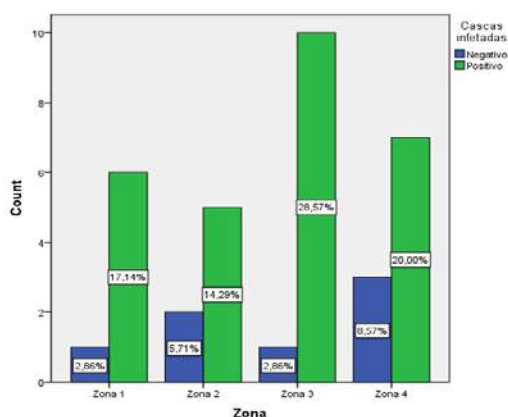
Fusarium spp. foi de 0%. Nenhuma das placas revelou qualquer crescimento fúngico que correspondesse, macroscopicamente ou microscopicamente, ao género *Fusarium*.

Quanto ao fator localização, os resultados estatísticos revelam que o fungo se encontra disperso por toda a praia de Nhô Martin (Figura 4), sendo que todas as zonas de nidificação apresentaram ninhos com infecção positiva e negativa, em semelhante proporcionalidade. A zona 3 revelou maior taxa de

infecção por ter sido a zona onde foram marcados mais ninhos, com um total de 11 ninhos estudados.

No que se refere ao pH do substrato de nidificação, todos os substratos analisados demonstraram ter uma natureza alcalina (Figura 5), apesar do crescimento da grande maioria das espécies de *Fusarium* ser favorecida em substratos de carácter ácido (Marín *et al.*, 1995; Gupta *et al.*, 2010; Srivastava *et al.*, 2011).

Figura 4. Distribuição das taxas de infecção pelas diferentes zonas da praia de Nhô Martin.

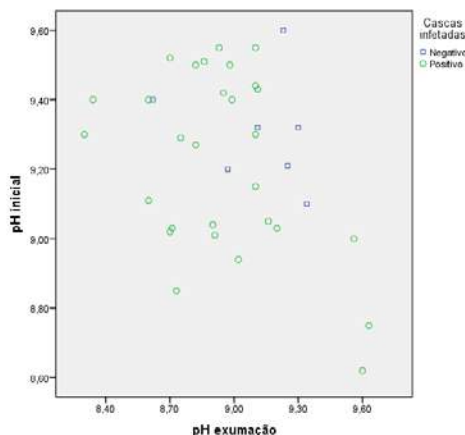


Contudo, existe uma variedade de espécies que se desenvolve e /ou se adapta muito bem em meios alcalinos (Foster & Bills, 2011). O valor médio de pH observado nas amostras de areia coletadas na marcação e exumação de

ninho foi de 9, 24 ($\pm 0,24$) e 8,97 ($\pm 0,31$), respetivamente.

A Figura 5 ilustra a relação entre os diferentes valores de pH e a contaminação dos ninhos pelo género *Fusarium*.

Figura 5. Distribuição dos valores de pH das amostras de areia pelos ninhos infetados por *Fusarium spp.*



Apesar do pH do meio envolvente não ser o mais favorável, os fungos do género *Fusarium* encontram-se vastamente dispersos pela praia de Nhô Martin, pelo que terão de ser outros

os fatores que estarão a determinar a sua presença.

Na Tabela 2 foram apresentadas as variáveis que apresentaram as forças de associação mais elevadas.

Tabela 2. Correlação entre vários fatores e a presença de infeção por *Fusarium spp.*

Fatores	rho	p
Vegetação	0,174	0,311
Lixo	0,165	0,335
Areia Profundidade	0,148	0,389
Chuva	0,22	0,198
Vegetação + Lixo	0,154	0,385
Vegetação + Chuva	0,155	0,382
Lixo + Areia Profundidade	0,18	0,307
Lixo + Chuva	0,21	0,233
Areia profundidade + Chuva	0,21	0,233
Areia profundidade + Inundação	0,152	0,392
Chuva + Inundação	0,211	0,23
Combinação 1	0,179	0,31
Combinação 4	0,166	0,347
Combinação 7	0,176	0,32
Combinação 8	0,21	0,233

rho: Coeficiente de Correlação de Spearman; p: probabilidade. Combinação 1: vegetação + lixo + areia profundidade + Chuva; Caranguejos, Combinação 4: Vegetação + lixo + tipo solo, Combinação 7: Chuva + areia + inundação + areia profundidade, Combinação 8: vegetação + lixo + areia profundidade + chuva

De uma forma geral, todos os fatores analisados apresentaram associação moderada positiva com a variável dependente “infeção das cascas”, querendo isto dizer que a infeção por *Fusarium spp.* dos ninhos pode ser explicada, em parte, pela presença destes fatores.

A alteração dos níveis de humidade parece ser o fator que mais influencia a presença do fungo nos ninhos. Ao analisar os fatores separadamente, a ocorrência de chuva durante o período de incubação é o fator que apresenta maior força de associação com a variável “infeção das cascas”. Na análise

conjunta dos fatores, a combinação chuva e inundação, durante o período de incubação, apresenta também forte associação com a presença de *Fusarium*.

A proximidade às vegetações tem também alguma influência na infeção dos ninhos pelo género *Fusarium*. A bibliografia consultada revela que várias espécies de *Fusarium* estabelecem relações de parasitismo com raízes de plantas, sendo capazes de produzir uma variedade de micotoxinas que provocam infeções fúngicas graves (Santin *et al.*, 2000, Oliveira & Costa, 2002, Milanese, 2009). Tal facto veio a confirmar-se neste estudo, sendo o fator proximidade das vegetações o segundo mais influente na presença da infeção fúngica nos ninhos.

O fator presença de lixo também contribui para a taxa de infeção. As correntes marítimas transportam toneladas de lixo, e a zona Este da ilha da Boa Vista é severamente castigada com este fenómeno, sendo as suas praias poluídas com os mais variados resíduos sólidos (Carqueijeiro, 2013). Este fenómeno pode ser um fator de dispersão de doenças e patologias não só para as tartarugas, mas também para os seres humanos.

A contaminação prévia da areia de

profundidade do ninho revelou ser também um fator importante. Todos os ninhos que apresentaram a areia de profundidade contaminada antes da oviposição, apresentaram infeção pelo género *Fusarium* nas cascas.

De ressaltar o coeficiente de correlação da combinação 8, combinação dos quatro fatores que apresentaram maior força de associação: vegetação, lixo, areia de profundidade de marcação e chuva. A presença conjunta destes fatores parece contribuir, significativamente, também para a presença dos fungos nos ovos.

No que concerne ao sucesso reprodutivo, a média da taxa de emergência (n.º de crias emergidas/n.º inicial de ovos) dos 30 ninhos infetados foi de cerca de 38% ($\pm 26,6$), o que é considerado um valor médio muito baixo, em ninhos naturais, quando comparado com os valores apresentados em áreas similares de nidificação em outras partes do mundo (Marco *et al.*, 2010). E, quando comparado com a média da taxa de emergência entre os ninhos não infetados, que foi de 53.5% ($\pm 45,9$), é possível afirmar que a presença deste género de fungos tem um impacto negativo no sucesso reprodutivo das tartarugas marinhas nesta praia.

4. Conclusões

O género *Fusarium* está amplamente disperso por toda a praia de Nhô Martin, estando presente em todos os tipos de substratos amostrados (argiloso, arenoso e misto) e em todas as áreas de nidificação da praia.

A análise dos resultados permite concluir que a ocorrência de um fator não implica, por si só, a incidência da infeção fúngica dos ovos de tartaruga *Caretta caretta* por *Fusarium spp.* É

necessário a confluência de vários fatores para que tal aconteça.

Contudo, verificou-se que a principal defesa natural que as tartarugas *C. caretta* possuem contra as infeções “fusarianas” é a estabilidade e o isolamento, quase hermético, do seu ninho. Em condições normais e livre de qualquer perturbação, os valores da temperatura e da humidade pouco variam, os níveis de oxigenação são constantes e

o substrato permanece imóvel, durante todo o período de incubação.

Os fatores que demonstraram ser mais relevantes na presença de *Fusarium spp* nos ninhos naturais estudados foram: a inundação dos ninhos por chuvas, a proximidade da vegetações, a presença de lixo e, por fim, a contaminação prévia do substrato de nidificação, por ordem decrescente de relevância. É de salientar que, de forma mais ou menos direta, todos os fatores acima descritos perturbam a estrutura física do ninho, alterando

os parâmetros e a estabilidade físico-químicas do mesmo, podendo ser este o fator principal para a ocorrência das infecções fúngicas.

A taxa de emergência dos ninhos amostrados (38%) foi baixa, não fugindo, contudo, à média das restantes praias da ilha da Boa Vista. Isto pode ser um indicador que esta infeção por *Fusarium* pode estar também a comprometer o sucesso reprodutivo nas restantes praias da ilha. Por outro lado, nos ninhos não infetados a média da taxa de emergência foi mais alta.

5. Recomendações

Neves (2011) constatou que as redes de plástico com as quais se cercam os ninhos não são totalmente eficazes. No presente estudo, perderam-se 15 ninhos que foram dizimados, na sua totalidade, por ataques de caranguejo. E dos 36 ninhos amostrados somente 3 não foram atacados nenhuma vez pelos caranguejos fantasma. É, então, necessário desenvolver novas técnicas ou mecanismos para melhor proteger os ninhos da predação por *Ocypode cursor*, que contribui para o baixo sucesso reprodutivo.

Muitos acampamentos na ilha da Boa Vista recorrem aos viveiros ou *hatcheries* para aumentar o sucesso reprodutivo, uma vez que se perdem muitos ninhos na época das chuvas e com os avanços constantes das marés. É recomendável que os *hatcheries* sejam construídos o mais distante possível de qualquer vegetação. Nos *hatcheries* a

taxa de emergência é elevada e os restos de casca são, proporcionalmente, abundantes. As cascas de ovos que indicarem algum tipo de infeção fúngica devem ser despojadas de forma menos contaminante possível, que, neste caso, seria a incineração, de maneira a evitar a dispersão dos fungos. Como se pôde comprovar pelos resultados deste estudo, a areia está a ser contaminada por ovos infetados.

Por fim, a limpeza das praias é de extrema importância. O lixo trazido pelas correntes marítimas contaminam as praias, deixando as fêmeas nidificantes vulneráveis às feridas e ao encalhe nos despojos (cordas, placas de madeira, etc.) e deixando os substratos de nidificação propensos a hospedar infecções fúngicas prejudiciais ao processo de nidificação e que, em muitos casos, apresentam uma ameaça à saúde pública.

Referências Bibliográficas

- Brandão, J., Silva, C., Ferreira, F., Costa, C., Cunha, M., Moura, I. & Rosado, L. (2011). Monitorização da Qualidade das Areias em Zonas Balneares. Lisboa: Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge.
- Carqueijeiro, E. (2013). Projecto de Consolidação do Sistema de áreas Protegidas de Cabo Verde: Relatório de Atividades Referente ao Ano de 2012. Cabo Verde: Direção Geral do Ambiente. Consultado a 10/11/2015. Disponível em: https://info.undp.org/docs/pdc-/Documents/CPV/Aires_Porteges_Rapport_Annual_2012.pdf/
- Casale, P. & Tucker, A. (2015). *Caretta caretta*. The IUCN Red List of Threatened Species 2015. Consultado a 02/12/2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.2305/IUCN.UK.2015-4.RLTS.T3897A83157651.en>.
- Foster, M. & Bills, G. (2011). Biodiversity of Fungus: Inventory and Monitoring Methods. Londres: Academic Press.
- Gupta, V., Misra, A. & Gaur, R. (2010). Growth Characteristics of *Fusarium* spp Causing Wilt Disease in *Psidium guajava* in India. Journal of Plant Protection Research, 50(4), 452-462. Disponível em: [http://www.plantprotection.pl/PDF/50\(4\)/JPPR_50\(4\)_08_Gupta.pdf](http://www.plantprotection.pl/PDF/50(4)/JPPR_50(4)_08_Gupta.pdf).
- Loureiro, A., Almeida, N., Carretero, M. & Paulo, O. S. (Eds) (2008). Atlas dos Anfíbios e Répteis de Portugal. Lisboa: Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade.
- Marco, A., Abella, E., Monzón-Argüello, C., Martins, S., Araújo, S. & López-Jurado, L. F. (2011). The international importance of the archipelago of Cape Verde for marine turtles, in particular the loggerhead turtle *Caretta caretta*. Sociedade Cabo-verdiana de Zoologia, 2(1), 1-2.
- Marco, A., Abella, E., Liria-Loza, A., Martins, Loureiro, N. & López-Jurado, L. (2012). Manual para a Monitorização de Tartarugas Marinhas nas Ilhas de Cabo Verde. Zoologia Caboverdiana, 3, 24-47. Disponível em: <http://www.scvz.org/-zoolcv/vol3noE/Manual%20TAOLA%202012%20Portugues.pdf>.
- Marcovaldi, M., Santos, A. S. & Sales, G. (2011). Plano de Ação Nacional para Conservação das Tartarugas Marinhas. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio.
- Marín, S., Sanchis, V. & Magan N. (1995). Water Activity, Temperature, and pH Effects on Growth of *Fusarium moniliforme* and *Fusarium proliferatum* Isolates from Maize. Canadian Journal of Microbiology, 41(12), 1063-1070. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/labs/articles/8542550/>.
- Milanesi, P. (2009). Caracterização, Toxicidade e Patogenicidade de *Fusarium* spp. em Genótipos de Soja em Sistemas de Plantio Direto. Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil.
- Monzón-Argüello, C., Rico, C., Naro-Maciel, E., Varo-Cruz, N., López, P., Marco,

- A. & López-Jurado, L. (2010). Population structure and conservation implications for the loggerhead sea turtle of the Cape Verde islands. *Conservation Genetics*, 11(5), 1871-1884. Doi: 10.1007/s10592-010-0079-7.
- Neves, J. (2011). Estudo da abundância de ninhos da tartaruga *Caretta caretta* (LINNEAUS, 1758) nidificantes nas praias da zona este da Boa Vista (Porto Ferreira) e a sua contribuição no recrutamento de crias na população no ano de 2010. Monografia de Graduação, Universidade de Cabo Verde, Praia, Cabo Verde.
- Oliveira, V. & Costa, J. (2002). Análise de restrição de DNA ribossomal amplificado pode diferenciar *Fusarium solani* f. sp. *Phaseoli* de *Fusarium solani* f. sp. *glycines*. *Fitopatologia Brasileira*, 27 (6), 631-634. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/fb/v27n6/a13v27n6.pdf>.
- Rocha, P., Melo, T., Rebelo, R. & Catry, P. (2015). A significant nesting population of loggerhead turtles at the Nature Reserve of Santa Luzia, Cabo Verde. In *BioOne*, 14(2), 161-166. Doi: <http://dx.doi.org/10.2744/CCB-1143.1>
- Santos, A., Soares, L., Marcolvaldi, M., Monteiro, D., Giffoni, B. & Almeida, A. (2011). Avaliação do Estado de Conservação da Tartaruga Marinha *Caretta caretta* Linnaeus, 1758, no Brasil. *Biodiversidade Brasileira*, 1(1), 3-11.
- Santin, E., Maiorka, A., Zanella, I. & Magon, L. (2000). Micotoxinas do *Fusarium* spp na Avicultura Comercial. *Ciência Rural*, 31(1), 185-190. Doi: 10.1590/S0103-84782001000100030.
- Sarmiento-Ramírez, M., Abella, E., Martín, M., Tellería, M., López-Jurado, L., Marco, A. & Diéguez-Urbeondo, J. (2010), *Fusarium solani* is responsible for mass mortalities in nests of loggerhead sea turtle, *Caretta caretta*, in Boa Vista, Cape Verd. *Federation of European Microbiological Societies*, 312(2010), 192-200.
- Sarmiento-Ramírez, M. (2013). Un hongo favorecido por el cambio climático desafía a las tortugas. *La Razon*. Disponível em: <http://www.larazon.es/verde/un-hongo-favorecido-por-el-cambio-climatico-desafia-a-las-tortugas-AD4665013#.UqjZbY-14Zbn>.
- Sarmiento-Ramírez, M., Abella-Pérez, E., Phillot, A., Sim, J., West., P, Martín, M. ... & Diéguez-Urbeondo, J. (2014). Global Distribution of Two Fungal Pathogens Threatening Endangered Sea Turtles. *PLoS ONE*, 9(1): e85853. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1371/journal.pone.0085853>.
- Srivastava, S., Pathak, N. & Srivastava, P. (2011). Identification of Limiting Factors for the Optimum Growth of *Fusarium oxysporum* in Liquid Medium. *Toxicology International*, 18(2), 111-116. Doi: 10.4103/0971-6580.84262.
- Trip., E. (2014). Sea Turtle Threatened by Fungus. *Marine Science Today*. Consultado a 20/11/2015. Disponível em: <http://marinesciencetoday.com/2014/02/04/sea-turtles-threatened-by-fungus/>.
- Vieira, S. (2011). Ecologia do *Ocypode cursor* e impacte da predação sobre os

ninhos de *Caretta caretta* na ilha da Boa Vista, República de Cabo Verde. Dissertação de Mestrado, Universidade do Algarve, Faro, Portugal. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.1/5579>.

Wallace, B., DiMatteo, A., Bolten, A., Chaloupka, M., Hutchinson, B., Abreu-Grobois, F. ... Mast, R. (2011). Global Conservation Priorities for Marine Turtles. In PloS ONE, 6(9). Doi: 10.1371/journal.pone.00245.

Cabo Verde e os Desafios dos SIDS: riscos e oportunidades socioambientais

João Paulo Madeira

Universidade de Cabo Verde

joao.madeira@docente.unicv.edu.cv

Resumo

O presente artigo tem como objetivo central analisar os riscos e oportunidades socioambientais de Cabo Verde que se enquadra no grupo de Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento. Esta problemática sugere uma reflexão multidimensional e interdisciplinar que prioriza o cruzamento dos dados obtidos a partir de uma análise crítica. Decorrente do elevado custo que o investimento no sector ambiental poderá acarretar, acredita-se que poderão ser delineadas estratégias intersectoriais e ações coordenadas no sentido de capacitar os Pequenos Estados Insulares africanos a lidarem melhor com o seu espaço a partir da sua posição geográfica. Como forma de garantir a força e a coesão interna e, por conseguinte, a segurança ambiental, torna-se necessário trabalhar a capacidade de resiliência das populações com o intuito de melhor lidar com os problemas que afetam os seus territórios. Esta análise permitirá tecer considerações sobre a importância da cooperação internacional, uma vez que estes Estados se confrontam diariamente com problemas sociais, económicos e ambientais específicos sendo, por esse motivo, necessário constituir estratégias e planos de ação concertados na limitação das ameaças concernentes aos problemas ambientais.

Palavras-chave: Cabo Verde, Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, Riscos, Oportunidades socioambientais.

Abstract

The main purpose of this article is to analyse the environmental risks and opportunities of Cape Verde within the framework of the group of Small Island Developing States. This issue advocates a multidimensional and interdisciplinary reflection that prioritizes the intersection of data obtained from a critical analysis. Due to the high cost that investment in the environmental sector may entail, we believe that cross-sectoral strategies may be outlined and actions may be coordinated in order to empower the African Small Island Developing States to better manage their space considering their geographical location. As a means of ensuring the strength and internal cohesion and, therefore, environmental security, it is necessary to work on the populations' capacity of resilience with

the aim of better dealing with the problems that affect their territories. This analysis will allow us to make some remarks on the importance of international cooperation, since these States are faced daily with specific social, economic and environmental problems being, therefore, necessary to devise strategies and concerted action plans regarding the restriction of the threats related to environmental problems.

Keywords: Cape Verde, Small Island Developing States, Risks, Social and Environmental opportunities.

Introdução

A presente investigação procura analisar o contributo dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento¹ e, em particular, do arquipélago de Cabo Verde face aos desafios ambientais em África, atendendo às suas particularidades geográficas. Como forma de delimitar o objeto de estudo, propôs-se a seguinte pergunta que servirá de ponto de partida: como Cabo Verde poderá reduzir os riscos dos fenómenos que ameaçam o ambiente? O arquipélago e os demais SIDS tais como São Tomé e Príncipe, Comoros, Maurícias e Seicheles enfrentam no dia-a-dia limitações e constrangimentos estruturais resultantes da sua insularidade e vulnerabilidade entre os quais se destacam: escassos recursos disponíveis que priva os SIDS das vantagens comparativas entre os países da região da África Ocidental em termos de custos e economias de pequena escala, geralmente dependentes do sector público e

dos mercados externos, custos elevados de infraestruturas, transportes, telecomunicações e energia; baixa resiliência comunitária contra os desastres ambientais; elevada volatilidade no processo de crescimento económico; vulnerabilidade a choques externos, fraca base de competências e reduzida participação de agentes privados em programas ambientais.

O tema constitui um importante desafio no sentido de se aprofundar um estudo sobre a importância dos SIDS no panorama internacional, tendo como referência o arquipélago situado aproximadamente a 500 km da costa ocidental africana. Perante a inexistência de um estudo aprofundado que relacione territórios insulares em desenvolvimento e o ambiente no continente africano, parte-se do pressuposto que este trabalho preste um contributo para o interesse público.

Definição dos Objetivos do Estudo

Este estudo tem como principal objetivo identificar, entre outros aspetos, as principais implicações da insularidade que apresentam riscos e oportunidades do ponto de vista técnico, económico e socioambiental e que desafiam

o Estado Cabo-verdiano na procura de soluções alternativas, ao mesmo tempo, que se traduzem em potencialidades no sentido de projetar o país. Dever-se-á igualmente analisar em que medida a configuração ambiental e territorial

1. Em inglês, Small Island Developing States (SIDS)

dos SIDS africanos poderá contribuir no sentido de obter maiores vantagens comparativas no panorama internacional. Por último, pretende-se avaliar os problemas no sentido da formulação de soluções práticas, quer do ponto

de vista técnico e académico, quer do ponto de vista do desenvolvimento de planos de ação baseados em processos participativos de tomada de decisão a nível nacional, regional e local.

Metodologia utilizada

Este estudo segue uma abordagem qualitativa e participativa com recurso à triangulação de dados obtidos a partir da pesquisa bibliográfica por forma a garantir a sua validade e legibilidade. Este procedimento envolve diferentes métodos de recolha de dados com o objetivo de produzir resultados e propor medidas preventivas ou corretivas, em particular, o conhecimento sobre a sustentabilidade e preservação ambiental com a utilização dos recursos naturais de forma responsável. Para

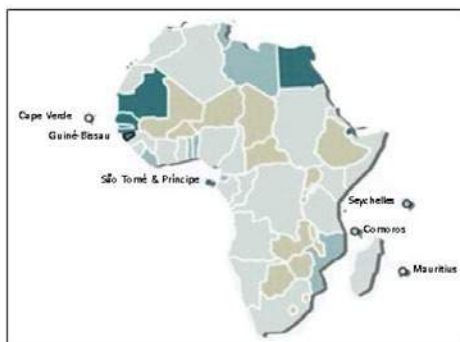
esse efeito, procedeu-se a uma análise das causas, identificação dos problemas no sentido da formulação de soluções práticas e o desenvolvimento de futuros planos de ação. Justifica-se esta metodologia uma vez que não existe apenas uma abordagem ou uma ‘teoria dos pequenos Estados’ capaz de explicar o comportamento destes (Freire 2007: 73). Pretende-se com esta investigação, abrir espaço para a utilização de perspetivas diferenciadas, sobretudo no que concerne ao caso de Cabo Verde.

SIDS e os Desafios Ambientais em Cabo Verde

Os SIDS africanos enfrentam um conjunto de desafios ambientais como sejam alterações climáticas, catástrofes naturais e problemas de desenvolvimento com reflexos negativos na manutenção da paz e da segurança internacional (Sutton e Payne, 1993; United Nations, 2015). Diversos investigadores como Barnett e Adger (2007),

Brown et al. (2007), Raleigh e Urdal (2007), Buhaug et al. (2008), Raleigh, Jordan e Salehyan (2008), Detraz e Batsill (2009) e Trombetta (2008) têm vindo a trabalhar a problemática do ambiente e da segurança considerando que existe uma relação de causalidade entre a escassez de recursos naturais e os conflitos inter e intraestatais.

Figura: Localização geográfica dos SIDS Africanos



Fonte: Adaptado pelo autor com base em Zaki e Parakh (2008)

As características geográficas e ambientais intervêm e condicionam a discussão a respeito das temáticas ambientais dos SIDS africanos. Decorrente do elevado custo que o investimento neste sector poderá acarretar, acredita-se que deverão ser delineadas políticas intersectoriais e ações coordenadas no sentido de capacitar os

SIDS africanos a lidarem melhor com o seu espaço. Como forma de garantir a força e coesão interna e, por conseguinte, a resiliência das populações, espera-se que a definição de estratégias de gestão ambiental seja efetivamente promotora para que os SIDS sejam capazes de enfrentar os problemas que a todos diz respeito.

Tabela: Caraterização dos SIDS Africanos

SIDS Africanos	Área (km²)	População (mil hab.)	Produto Interno Bruto	Localização Estratégica
Cabo Verde	4.030	539.560	1,617 bilhões USD	Aproximadamente 500km da Costa Ocidental Africana (ao largo do Senegal)
Comoros	1.861	795.601	616,7 milhões USD	Ao largo da costa leste africana e a 230 km de Moçambique
Guiné-Bissau	28.120	1.816.000	1,126 bilhões USD	Na África Ocidental e faz fronteira com o Senegal (ao norte), Guiné Conacri (ao sul e leste)
Maurícias	2.030	1.263.000	12,16 bilhões USD	No Trópico de Capricórnio e a 855 km de Madagáscar
São Tomé e Príncipe	960	199.910	351,1 milhões USD	Na região do Golfo da Guiné e a 250 km da Costa da costa noroeste do Gabão
Seicheles	455	94.677	1,427 bilhões USD	A 1.100 km a nordeste de Madagáscar e a 1.600 km a leste do Quênia

Fonte: Compilado pelo autor com base nos seguintes sítios web: <https://data.worldbank.org/> e <http://unctadstat.unctad.org/EN/> [consultado a 15 de junho de 2018].

Os SIDS africanos, por causa da pequenez dos seus territórios, da reduzida dimensão populacional, isolamento, escassez de recursos naturais, falta de articulação territorial, gestão ambiental e integração, dependência do

setor turístico, fraco desenvolvimento local, dificuldades de acesso ao financiamento do desenvolvimento, tanto a nível local como nacional, bem como a exposição aos diferentes riscos ambientais, cabe-lhes agir nos mais variados

sectores estratégicos, o que implica necessariamente a criação de condições em matéria de governação, direitos humanos e aposta no crescimento sustentável e inclusivo. Cabo Verde conseguiu, através da criação de condições e estratégias de resiliência, amenizar os efeitos negativos da sua insularidade, entre os quais a diminuição dos recursos naturais, escassez de água e longos períodos de seca, aproveitando as oportunidades no que concerne ao crescimento e desenvolvimento socioeconómico. O arquipélago ocupa uma posição privilegiada entre as margens do Atlântico e, por esse motivo, tem despertado interesse por parte da comunidade internacional no que se

refere ao estabelecimento de diferentes parcerias.

A própria insularidade constitui uma das limitações o que implica uma incidência negativa no processo de desenvolvimento do país. Sendo assim, esta não deve ser posta de lado nas opções políticas para o sector. A situação tem vindo a agravar-se de há duas décadas a esta parte, uma vez que o arquipélago não dispõe de recursos humanos, logísticos e financeiros suficientes para a fiscalização do seu vasto território marítimo, em especial na sua Zona Económica Exclusiva (ZEE) que se estende por mais de 730 mil km², o que resulta na fragilidade das suas fronteiras.

Resultados do Estudo

No que concerne aos resultados do estudo, foi possível apresentar os seguintes e, consequentemente propor algumas recomendações: [i] Os SIDS desempenham um papel relevante na região africana, constituindo assim uma plataforma na criação de uma política de desenvolvimento sustentável; [ii] A falta de um sistema integrado de controlo e monitorização da zona costeira têm dificultado a possibilidade de aliar, de forma equilibrada, as características do arquipélago às suas necessidades; [iii] A insularidade e o posicionamento geopolítico conferem um conjunto de potencialidades, em particular no que se refere à sua importância enquanto ponto de ligação intercontinental de relações comerciais, económicas e culturais, particularmente orientadas para o setor turístico; [iv] É premente o investimento num sistema integrado de vigilância, monitorização e de controlo da zona costeira através de sistemas informáticos que

se adequam as características do arquipélago às suas necessidades; [v] A participação de Cabo Verde nos organismos multilaterais constitui eixos centrais no quadro de cooperação através de um esforço integrado que assegure o desenvolvimento socioeconómico e proteção ambiental, assim como, que proporcione a existência de salvaguardas e mecanismos de resiliência, esperando que estes se traduzam em efeitos positivos a longo prazo; [vi] As formas de cooperação entre os SIDS deverão ser ajustadas à realidade dos países insulares para que seja possível obter respostas de forma premente e eficaz às ameaças ambientais que se verificam nesta região, uma vez que estas ultrapassam as capacidades de resposta desses Estados e, por esse motivo, não poderão atuar de forma isolada.

Conclusão

O artigo teve como principal objetivo divulgar parte da investigação que ainda se encontra em curso. Estas temáticas requerem uma especial atenção, pois abrangem uma vasta gama de assuntos relacionados com os riscos sociais e ambientais que, pelo menos em algumas regiões, assumem maiores riscos, mas, concomitantemente, oportunidades de acesso a programas de financiamento no sentido de debelar, no caso cabo-verdiano, dos efeitos da sua insularidade, tomando igualmente em

consideração as alterações climáticas, os longos períodos de seca e a diminuição dos recursos hídricos. Para o efeito, apela-se a um envolvimento a partir de uma abordagem integrada e participativa de académicos, decisores políticos e cidadãos sob forma de grupos de trabalho, *workshops*, seminários e conferências. Espera-se que os resultados obtidos assegurem os esforços tendentes à tão almejada sustentabilidade ambiental.

Referências Bibliográficas

- Barnett, J. and Adger, N. (2007). Climate Change, Human Security and Violent Conflict. *Political Geography*, 26, 6, 639-655.
- Brown, O., Hammill, A. and McLeman, R. (2007). Climate Change as the New Security Threat: Implications for Africa. *International Affairs*, 83, 6, 1141-1154.
- Buhaug, H., Gleditsch, N. P. and Thaisen, O. (2008). Implications of Climate Change for Armed Conflict. Washington, DC: World Bank Group.
- Detraz, N. and Batsill, M. (2009). Climate Change, Environmental Security: For Whom the Discourse Shifts. *International Studies Perspectives*, 10, 3, 304-321.
- Freire, M. (2007). O Modus Operandi de Segurança e Defesa de um Pequeno Estado. *Nação e Defesa*, 118, 69-105.
- Madeira, J. P. (2017). Sustentabilidade Ambiental dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento: O caso de Cabo Verde. *Rede - Revista Eletrônica do PROEDEMA*, 11, 2, 17-25.
- Raleigh, C. and Urdal, H. (2007). Climate Change, Environmental Degradation and Armed Conflict. *Political Geography*, 26, 6, 674-694.
- Raleigh, C., Jordan, L. and Salehyan, S. (2008). Assessing the Impact of Climate Change on Migration and Conflict. Washington, DC: World Bank Group.
- Sutton, P. and Payne, A. (1993). *Size & Survival: the Politics of Security in the Caribbean and the Pacific*. London: Frank Cass.
- Trombetta, M. J. (2008). Environmental Security and Climate Change: Analysing the Discourse. *Cambridge Review of International Affairs*, 21, 4, 585-602.
- United Nations Member States (2015). *Peace and Security Challenges Facing*

Small Island Developing States. Wellington: Ministry of Foreign Affairs of New Zealand.

UNCTAD (2018). Fact sheets. Recuperado em 15 de junho, 2018, UNCTADstat: <http://unctadstat.unctad.org/EN/>.

World Bank Group (2016). World Bank Open Data. Recuperado em 15 de junho, 2018, The World Bank Group Data: <https://data.worldbank.org/country/cabo-verde>.

Zaki, I. H. and Parakh, R. M. (2008). Small State Security Dilemma: A Maldivian Perception. New Delhi: Lancer Books.

NOTAS BIOGRÁFICAS DE AUTORES

Euclides Fernandes Correia – Centro de Produção e Promoção de Conhecimentos- CeProK. Mestre pela Universidade Jean Piaget de Cabo Verde, em 2017. Investigações relevantes: “A Mulher Guineense e a Sua Inserção no Mercado de Trabalho em Cabo Verde: o caso da Cidade da Praia”; e “O Ensino Superior Cabo-Verdiano Visto à Lupa pelos Académicos”. Experiência profissional: Centro de Produção e Promoção de Conhecimentos- CeProK.

Fernando Moreira – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD). Doutorado pela mesma, em 1999. Investigações relevantes: (2011). *Cultura Portuguesa - ensaios*. Vila Real: CEL/UTAD; (2015) – “Visões da Realidade em José Eduardo Agualusa e Mia Couto”. In *Identidades em Movimento – Construções Identitárias na África de língua portuguesa e seus reflexos no Brasil e em Portugal*. Frankfurt am Main: Ibero-Amerikanisches Institut, pp. 109-120; Experiência profissional: Membro do Conselho Científico da ECHS/UTAD (2009-2017); Docência: UCs – História da Cultura Portuguesa (2º ciclo); Cultura Portuguesa (3º ciclo). Centro de investigação: CITCEM – FLUP.

Gerson Sousa – Universidade de Cabo Verde (UNICV). Mestre pelo ISCSP-UL em 2011. Investigações relevantes: (2016). *Desafios da cooperação para o desenvolvimento no início do século XXI: da questão do financiamento à retórica da boa governação*. Revista Cabo-Verdiana de Ciências Jurídicas e Sociais, n.º 1, Janeiro/Junho, ISCJS, pp. 61-90; (2016). Experiência profissional: Docente na Universidade de Cabo Verde desde 2015; Uni-Piaget (2013-2014) e Uni-Santiago (2011-2014). Centro de investigação: Observatório de Segurança Humana (OSH) e CAPP-ISCSP-UL.

Iva Svobodová – Universidade de Masaryk, Faculdade de Letras, Cidade: Brno, República Checa. Doutorada pela mesma, em Língua e Linguística Portuguesas. Investigações relevantes: *Português como língua estrangeira na República Checa*. In Teixeira, José. *O português como língua num mundo global. Problemas e potencialidades*. Braga: Centro de Estudos Lusíadas da Universidade do Minho, 2016; Dupla marcação do artigo. In Pinto, João Baptista. *Textos Da Memória A Memória Dos Textos (Homenagem a Prof.ª Ângela Vaz Leão)*. Rio de Janeiro: Letra Capital, Rio de Janeiro, 2015. s. 206-217, 12 s. Experiência profissional: A partir de 2001 – Professora Auxiliar na Universidade de Masaryk em Brno, República Checa; 2001 – tradutora e intérprete na Embaixada do Brasil em Praga. Centro de investigação: Instituto de Línguas e Literaturas Românicas, FLUM.

Ivete Ferreira – Universidade Federal de Pernambuco. Mestre pela Universidade de Cabo Verde, em 2012. Investigações relevantes: Subsídios para a implementação de um SIG (Sistema de Informação Geográfica) na Camara Municipal da Praia. Experiência profissional: Coordenadora do Serviço de Desenvolvimento Urbano na Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano; Professora na III e IV Edição de Mestrado em Ciências e Sistemas de Informação Geográfica na UNICV. Centro de investigação: Grupo de pesquisa em Inovação, Tecnologia e Território, GRITT, UFPE.

João Paulo Madeira – Universidade de Cabo Verde. Doutor pela Universidade de Lisboa, em 2016. Investigações relevantes: “O processo de construção da identidade e do Estado-Nação em Cabo Verde”. Revista Vozes dos Vales da UFVJM. Nº 6, Ano III, 2014; Bolseiro de pós-doutoramento pela Fundação Calouste Gulbenkian na Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT), Universidade Nova de Lisboa (UNL) enquanto membro da Rede de Estudos Ambientais em Países de Língua Portuguesa (REALP). Experiência profissional: Docência – UNI-CV – 2010-2013; Secretário da Unidade de Investigação Centro de Administração e Políticas Públicas (ISCSP-UL) – 2008-2012; e Centro de investigação: Centro de Administração e Políticas Públicas, ISCSP-UL.

Lionilda de Sá Nogueira – Universidade de Cabo Verde. Assistente Graduada na mesma Universidade. Investigações relevantes: Formação Contínua dos professores-requisito para um ensino de qualidade-II Congresso de Educação 2015; Gestão da qualidade de formação de professores-perspetiva de estudantes – XIII Congresso Galego Português de Psicopedagogia 2015. Experiência profissional: Vários cargos de gestão na UNI-CV.

Maria de Fátima Pires – Universidade de Cabo Verde. Mestre pela mesma, em 2014. Investigações relevantes: Higiene Oral das Crianças no Contexto do Pré-escolar: Estudo de Caso no Jardim de Cruz Vermelha de Santa Cruz; A relação professor/a e aluno/a numa perspectiva de interação social: estudo de caso na escola satélite Pólo nº 1, concelho de Santa Cruz. Experiência profissional: Educadora de Infância e Professora de Ensino Básico/Coordenadora do Ensino Pré-Escolar.

Naya Correia Sena – Universidade de Cabo Verde. Licenciada pela mesma, em 2017. Investigações relevantes: Morera-Pujol, V., Reyes-González, J., Gomes Correia, N., Flores, M., Ramos, R., González-Solís, J. El efecto de la competencia densodependiente en las áreas de alimentación de colonias cercanas de pardela cenicienta (*Calonectris borealis*). Departamento de Biología Animal da Universidade de Barcelona. Comunicação oral apresentada no IX Congresso de Ornitologia da SPEA/VI Congresso Iberico de Ornitologia. Experiência profissional: Coordenadora de Campo do Projeto de Investigação na colónia de Cagarras (*Calonectris borealis*), em Veneguera, Gran Canaria, em colaboração com o Departamento de Biología Animal da Universidade de Barcelona. Junho-Setembro de 2015; Junho-Agosto de 2016.

Orquídea Ribeiro – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD). Doutorada pela mesma, em 2006. Investigações relevantes: (2015): “Na fronteira da sombra: personagens femininas em textos de Mia Couto.” In: Enrique Rodrigues-Moura e Doris Wesser. Identidades em Movimento. Construções Identitárias na África de língua portuguesa e seus reflexos no Brasil e em Portugal. Frankfurt am Main: TFM – Verlag: 95-107. ISBN 978-3-939455-12-7; ISSN 1432-4393. Com refere; com LITO; Cristina (2014): O nevoeiro das identidades em Venenos de Deus, Remédios do Diabo (2008) de Mia Couto”. In: Lusorama. Revista de Estudos sobre os Países de Língua Portuguesa, v. 0, n. 99-100: 68-84. Com arbitragem científica. Alemanha / Português; Série: 0; ISSN/ISBN: 0931-9484. Experiência profissional: Diretora do Departamento de Letras, Artes e Comunicação (2013-2017); Diretora dos Ciclos de Estudos em Ciências da Cultura (2009-2017). Centro

de investigação: Centro de Estudos em Letras (CEL) – UTAD.

Paulino do Canto – Universidade de Cabo Verde. Licenciado pela mesma, em 2016. Investigações relevantes: A cultura cívica e a imaginação política pós-colonial em Cabo Verde: ensaio bibliográfico. (aguardando, Revista Pós – Universidade de Brasília). Experiência profissional: Assistente de Investigação no Centro de Investigação e Formação em Género e Família (CIGEF). Centro de investigação: CIGEF – UNI-CV.

Pedro Borges Graça – Universidade de Lisboa - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Doutorado pela Universidade Técnica de Lisboa - ISCSP em 2004. Investigações relevantes: Investigador Responsável pelo Projeto A Extensão da Plataforma Continental: Implicações Estratégicas para a Tomada de Decisão (financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia e em parceria com a Marinha Portuguesa e a ESRI-Portugal); Mundo Secreto: História do Presente e “Intelligence” nas Relações Internacionais, Luanda, Instituto de Informações e Segurança de Angola. Experiência profissional: Coordenador do Doutoramento em Estudos Estratégicos (UL-ISCSP); Coordenador do Grupo de Investigação em Estratégia e “Intelligence” do Centro de Administração e Políticas Públicas (UL-ISCSP). Centro de investigação de Administração e Políticas Públicas pela (UL-ISCSP), Membro do Conselho de Curadores da Fundação Portugal-África.

Samira Moniz – Universidade Jean Piaget / Escola Secundária Cónego Jacinto. Licenciada pela Universidade Federal Juiz de Fora, em 2003.

Susana Pimenta – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Doutorada pela mesma, em 2016. Investigações relevantes: com Ribeiro, Orquídea (2013): “O sujeito pós-colonial em Castro Soromenho, Luandino e Mia Couto.” In: Ribeiro, Orquídea e Moreira, Fernando (eds.). Mosaicos Culturais I – Olhares e Perspetivas. Vila Real: CEL/UTAD: 9-21. ISBN: 978-989-704-169-3; com Ribeiro, Orquídea (2014): “Ilhéu da Contenda: Cabo Verde e o retrato de uma época.” In: Revista de Letras, II, n.º 13. Série: 2; ISSN/ISBN: 0874-7962. Experiência profissional: Docência na área da Cultura na UTAD (2002-2004/ 2007-2012; 2013). Centro de investigação: Centro de Estudos em Letras (CEL) – UTAD.